



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

JOSÉ ALVES SANTOS

O REINO DE DEUS E SUA DIMENSÃO PLANETÁRIA

GOIÂNIA
2014

JOSÉ ALVES SANTOS

O REINO DE DEUS E SUA DIMENSÃO PLANETÁRIA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciências da Religião do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Joel Antônio Ferreira.

GOIÂNIA
2014

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

Santos, José Alves.
S237r O Reino de Deus e sua Dimensão Planetária [manuscrito] /
José Alves Santos. – Goiânia, 2014.
126 f.: 30 cm.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião,
2014.

“Orientador: Prof. Dr. Joel Antônio Ferreira”.
Bibliografia.

1. Reino de Deus. 2. Bíblia. N. T. Marcos. 3. Meio Ambiente.
I. Título.

CDU 2-175.7(043)

TESE DO DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DEFENDIDA EM 30
DE SETEMBRO DE 2014 E APROVADA COM A NOTA 10,7 PELA BANCA
EXAMINADORA

1. Dr. Joel Antônio Ferreira /PUC Goiás (Presidente) J. Ferreira

2. Dr. Valmor da Silva /PUC Goiás (Membro) Valmor da Silva

3. Dr. Clóvis Ecco /PUC Goiás (Membro) Clóvis Ecco

4. Dr. Pietro Sassatelli /UFG (Membro) Pietro Sassatelli

5. Dr. Genebaldo Freire Dias /UCB (Membro) G. Dias

Dedico esta tese a todas as pessoas que creem num mundo melhor, que concebem um Deus que defende a vida, que ensinam o valor e o respeito por todos os seres criados, que propõem caminhos de libertação, que respeitam a liberdade de todos, que incentivam a coragem, apaziguam o medo e animam outras a caminhar. Enfim, para todas as pessoas que estão abertas à proposta de vida nova apresentada por Marcos, em anunciar e testemunhar o Reino de Deus, como caminho de libertação integral da pessoa humana.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, mediante a Jesus Cristo, pela inspiração na escolha do tema desta tese, que é central na mensagem cristã.

De forma especial agradeço à senhora Raimunda Alves Santos, minha genitora, que sempre me deu apoio moral e incentivo.

Ao Prof. Joel Antônio Ferreira, meu orientador, Pós-Doutor em Bíblia, pela orientação e empenho acadêmico na construção desse trabalho.

Às pessoas de todas as comunidades com as quais trabalhei durante meus 30 anos de experiência no ministério pastoral, e que me forneceram subsídios importantíssimos para levar adiante esse projeto.

A todos os meus alunos que, ao longo de 17 anos de magistério no ensino superior, motivaram-me a aprofundar meus conhecimentos acadêmicos e intelectuais.

Ao Prof. Garcia Rúbio, Doutor em Teologia e Professor Titular da PUC-Rio, que foi meu professor de Cristologia e Antropologia Teológica e que me orientou em meu trabalho monográfico sobre o tema “O Reino de Deus Causa Única da vida de Jesus Cristo” (1984), trabalho esse que resultou no meu primeiro livro.

Ao Prof. Valmor da Silva, Doutor em Bíblia, pelas valiosas contribuições que me foram dadas por ocasião da qualificação desta tese.

Ao Dr. Pietro Sassatelli, componente da banca de minha qualificação, pelas sugestões sábias.

Aos amigos: Diácono Permanente Dr. Antônio Lopes, companheiro de curso e de Arquidiocese, pelo incentivo e colaboração nas revisões dos textos; e Dr. Genebaldo Freire Dias, conterrâneo sergipano, pedrinhense, PhD em Ecologia, pelo apoio e assessoria técnica ao terceiro capítulo.

A Dom Sérgio da Rocha, Arcebispo de Brasília e Doutor em Teologia, meu Pastor, pelo apoio e revisão do terceiro capítulo.

À Professora Orientadora Educacional Rosemeire Aparecida de Carvalho, pelo auxílio na digitação dos textos.

A Meiry de Araújo Santos, pelo apoio moral e financeiro.

Por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a viabilização deste trabalho.

“Depois que João foi preso, veio para a Galileia proclamando o Evangelho de Deus, dizendo: O tempo está cumprido e o Reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede no Evangelho.” (Mc 1,14-15).

RESUMO

SANTOS, José Alves. O Reino de Deus e sua dimensão planetária. Goiânia: PUC-Goiás.

Esta tese contém um estudo sobre o Reino de Deus à luz do Evangelho de Marcos. Ela se inicia com uma contextualização da história política, sociocultural e econômica da Palestina (século I d.C.), lugar e contexto onde Marcos escreveu seu Evangelho, no qual há o relato da situação dos destinatários da mensagem do Reino. O Evangelista se dirige a todos os povos, principalmente àqueles que viviam na Palestina e nos seus arredores, e enfrentavam momentos difíceis de perseguições por parte do Império Romano e do poder religioso vigente. Em seguida, aborda a temática específica sobre o Reino de Deus engendrado por Marcos a partir da expressão-eixo que é utilizada nesse trabalho: “Depois que João foi preso, veio para a Galileia proclamando o Evangelho de Deus, dizendo: O tempo está cumprido e o Reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede no Evangelho” (Mc 1,14-15). Enfatizando-se o caráter dinâmico da proposta do Reino em defesa da vida em todas as suas dimensões, amplia-se a uma reflexão atual, a vida ameaçada pelas mudanças climáticas.

Palavras-chave: Reino de Deus, Marcos (1,14-15), Palestina, Evangelho, Meio Ambiente.

ABSTRACT

SANTOS, José Alves. The God Kingdom and his Planetary Dimension. Goiânia: PUC-Goiás.

This thesis presents a study on the Kingdom of God in the light of the Gospel of Mark. Begins, with a contextualization of the political, socio-cultural and economic history of Palestine (first century AD), place and context in which Mark wrote his Gospel, in which there is an account of the situation of the recipients of the message of the Kingdom. The Evangelist heads towards all people, especially those living in Palestine and its surroundings and facing difficult moments of persecution by the Roman Empire and the current religious power. Then approaches the specific theme of the Kingdom of God engendered by Mark from the axis expression that is used in this paper: "After John was arrested, came to Galilee proclaiming the gospel of God, saying, The time is fulfilled and the kingdom of God is near. Repent and believe the gospel" (Mark 1:14-15). Emphasizes the dynamic character of the proposal from Kingdom in defense of life in all its dimensions expands to a current a reflection, life threatened by climate change

Keywords: Kingdom of God, Marks (1,14-15), Palestine, Gospel, Environment.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1Pd	–	1ª Epístola de Pedro
1Ts	–	1ª Epístola aos Tessalonicenses
2T	–	2ª Epístola a Timóteo
Ap	–	Livro do Apocalipse de João
At	–	Livro dos Atos dos Apóstolos
Cl	–	Epístola aos Colossenses
CO ₂	–	Gás Carbônico
Dt	–	Deuteronômio
Ef	–	Epístola aos Efésios
Ez	–	Livro do Profeta Ezequiel
Fm	–	Epístola a Filêmon
GEE	–	Gases do Efeito Estufa
Hb	–	Epístola aos Hebreus
IPCC	–	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i> ou, em português, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
Is	–	Livro do Profeta Isaías
Jo	–	Evangelho de João
Jr	–	Livro do Profeta Jeremias
Lc	–	Evangelho de Lucas
Mc	–	Evangelho de Marcos
Ml	–	Livro do Profeta Malaquias
Mq	–	Livro do Profeta Miqueias
Mt	–	Evangelho de Mateus
PBMC	–	Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas
PIB	–	Produto Interno Bruto
Rm	–	Epístola aos Romanos
Sf	–	Livro do Profeta Sofonias

- UNFCCC – Convenção do Clima (ou Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima)
- v. – Versículo
- vv. – Versículos
- Zc – Livro do Profeta Zacarias

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CONTEXTUALIZAÇÃO: CONDIÇÕES POLÍTICA, SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICA DA PALESTINA NO SÉCULO I.....	18
1.1 A SITUAÇÃO POLÍTICA NO CONTEXTO DO EVANGELHO DE MARCOS.....	23
1.2 SITUAÇÃO SOCIAL ECONÔMICA NO EVANGELHO DE MARCOS.....	30
1.3 SITUAÇÃO RELIGIOSA E CULTURAL NO EVANGELHO DE MARCOS.....	39
2 O REINO DE DEUS NO EVANGELHO DE MARCOS.....	45
2.1 QUEM É MARCOS?.....	45
2.2 LOCAL E DATA DE ESCRITA DO EVANGELHO DE MARCOS	47
2.3 GALILEIA, LUGAR DO PRIMEIRO ANÚNCIO DO REINO DE DEUS	48
2.4 ESTRUTURA TEOLÓGICA E LITERÁRIA DO EVANGELHO DE MARCOS.....	49
2.5 O TEXTO DE MARCOS SURGE EM UMA SITUAÇÃO DE CONFLITOS E CONFRONTOS	55
2.6 EXEGESE DE MARCOS (1,14-15)	64
2.6.1 O prólogo do Evangelho de Marcos	64
2.6.2 “Princípio do Evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus” (Mc 1,1).....	65
2.6.3 A Estrada do Senhor (Mc 1,2-3).....	67
2.6.4 João Batista e o batismo de conversão (Mc 1,4-6).....	67
2.6.5 Batismo da água e batismo do Espírito Santo (Mc 1,7-8)	67
2.6.6 O batismo de Jesus (Mc 1,9-11).....	68
2.6.7 A prova no deserto (Mc 1,12-13).....	68
2.7 O REINO DE DEUS	69
3 O REINO DE DEUS E SUA DIMENSÃO PLANETÁRIA	80
3.1 QUADRO DA SITUAÇÃO GLOBAL DO PLANETA TERRA	81
3.2 CONSEQUÊNCIAS DO AQUECIMENTO GLOBAL.....	84

3.3	AGENTES CAUSADORES DO PROCESSO GLOBAL DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.....	91
3.4	O REINO DE VIDA AMEAÇADO PELA GANÂNCIA DO SER HUMANO	95
3.5	CAMINHOS DE SUSTENTABILIDADE COMO GARANTIA DA CONTINUIDADE DO REINO DA VIDA	107
	CONCLUSÃO	118
	REFERÊNCIAS.....	121

INTRODUÇÃO

Diante dos estudos já realizados por exegetas bíblicos especializados em Marcos sobre o tema Reino de Deus, verificamos a complexidade e as diversas leituras que se tem feito sobre esse assunto.

Na perspectiva do povo judeu, por exemplo, o Reino de Deus é visto como um acontecimento para além da história (apocalíptica judaica). Já para Marcos (1,15), o Reino de Deus é uma realidade presente aqui e agora. E a opção por essa segunda concepção implica, sem dúvida, em mudanças e transformações pessoais e estruturais da realidade histórica em que vivemos.

A partir dessas premissas, levantamos duas questões: Qual a proposta do Reino de Deus no Evangelho de Marcos? Como essa proposta melhor se contextualiza nos dias de hoje? Para respondê-las julgamos necessário, antes de tudo, fazer um estudo do ambiente sociopolítico, histórico e religioso da época em que Marcos escreveu seu Evangelho.

Nesse sentido, levantamos neste trabalho a hipótese de que o Reino de Deus apresentado por Marcos constitui o centro da mensagem de Jesus, que ilumina e liberta toda a realidade humana e cósmica.

Logo, o principal objetivo deste trabalho consiste em tentar mostrar que o conhecimento sobre o Reino de Deus, tal como nos é apresentado por Marcos, ilumina a prática de vida da pessoa humana em todas as situações, tempos e lugares. Procuramos, por isso, apresentar uma compreensão do que seja o Reino de Deus, destacando as situações de conflito vividas pelos destinatários desse Reino, bem como tentar provar que o Reino de Deus é uma realidade cósmica, enquanto defende a vida em todas as suas formas. À luz da proposta de Marcos (1, 14-15), estudamos as mudanças climáticas, questão essa que ameaça a vida no planeta Terra.

Com relação à metodologia desta tese, optamos em realizar uma pesquisa bibliográfica, por meio da qual desenvolvemos as seguintes etapas: análise política, socioeconômica e religiosa da Palestina do século I d. C.; leitura de Marcos (1,14-15), sobre a proposta do Reino de Deus; crítica textual; crítica literária; crítica histórica e sociológica, pelo modelo dialético (conflitual); crítica da redação; confrontação com a realidade atual, onde procuramos ver o Reino de Deus em uma

perspectiva ecológica; e, finalmente, faremos uma análise mais acurada sobre os riscos e as ameaças à vida no planeta Terra.

Tendo como foco central da nossa tese o capítulo 1,14-15 do Evangelho de Marcos, que trata do Reino de Deus, resolvemos tomar por base a tradução literal desse Evangelho: “14 Depois que João foi preso, veio para a Galiléia proclamando o Evangelho de Deus, 15 dizendo: O tempo está cumprido e o reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede no Evangelho”.

A fim de datar o período e o local de escrita do Evangelho de Marcos, diante da diversidade de teorias, estabelecemos a data de 70 d.C., na Galileia, por ter sido nessa época e lugar que Roma, sob o comando do General Tito Flávio Vespasiano, entra em guerra contra os judeus, sitia a Galileia e realiza um grande massacre, do qual alguns sobreviveram, outros fugiram e muitos se tornaram prisioneiros.

Nesse contexto, o anúncio do Reino de Deus por Marcos tem como objetivo reacender a fé e a esperança de um povo sofrido, além de incentivar a defesa da vida, então ameaçada pelo poder da morte. O Evangelista reúne as contribuições das várias comunidades e resgata a memória de Jesus de Nazaré, relembra o que Ele ensinou e viveu. Anima o povo a caminhar, ensina que o mesmo Jesus, que foi ao encontro dos pobres, famintos e excluídos da sociedade, na Palestina do seu tempo, continua presente no meio de nós, em defesa da vida, onde quer que ela seja ameaçada. O anúncio do Reino de Deus por Marcos reivindica, assim, uma ruptura com tudo o que gera a morte e ameaça a vida, no presente no passado e no futuro.

Devido ao caráter dinâmico e universal do Reino de Deus, estendemos nosso estudo aos problemas atuais, fazendo uma análise da situação global relacionada às condições climáticas, que colocam a vida da biosfera em risco. À luz da contribuição de renomados cientistas da área ambiental e de documentos como a Carta da Terra, mostramos a gravidade da situação de risco em que se encontra, hoje, toda a humanidade e também os demais seres no planeta Terra.

Com isso, constatamos que a aceleração do aquecimento global do planeta é causada pela ação do homem sobre a natureza, por meio das muitas formas de poluição, ou seja, muitas pessoas, principalmente as de países ricos como os Estados Unidos da América e a China, corroboram para esse fenômeno, pois são responsáveis pela emissão de gases, principalmente o gás carbônico (CO₂), que

aumentam o efeito estufa (GEE) e que, por sua vez, aquece o planeta e provoca as mudanças climáticas.

Verificamos ainda que o sistema neoliberal, responsável pela economia de mercado, agindo para além do Bem e do Mal, submete tudo e a todos ao caos social, no afã de auferir lucros. Depredando o meio ambiente por meio da poluição da água, do ar, dos alimentos, por exemplo, esse sistema coloca em risco a vida do ser humano e da natureza, sobretudo dos mais vulneráveis.

Abordamos detalhadamente esse tema no terceiro capítulo desta tese, o qual está balizado por textos como a “Carta da Terra”, “Um novo clima para a Teologia”, de McFague (2011), e “Mudanças climáticas e você”, de Dias (2012). Dessa forma, aprofundamos nosso estudo a fim de demonstrar que o apelo de Marcos (1,14-15) ecoa em nosso século, conclamando todas as pessoas humanas a mudarem de conduta em relação aos cuidados com a “Mãe Terra” e com os seres viventes.

A gravidade dessa situação climática converte-se num apelo universal para todos os homens e para todas as mulheres, independente de seguimento religioso, étnico ou de outra natureza, a irmanarem-se na luta em prol de uma conduta responsável para salvar todas as formas de vida do planeta. O apelo de Marcos, no ano 70 d.C., para que o povo mudasse de conduta e de mentalidade para viver o projeto do Deus da vida, constitui-se, hoje, um forte grito profético para evitar situações catastróficas, cujos efeitos já se fazem sentir em alguns lugares do planeta em nosso momento histórico.

Estruturamos, nesse sentido, a tese em três capítulos. No primeiro capítulo, discutimos a realidade política, sociocultural, econômica e religiosa da Palestina do século I. Detemo-nos no período em que Marcos (70 d.C.) escreve seu Evangelho para tratar do domínio político do Império Romano sobre a Palestina, ou seja, mostramos um contexto de conflitos e confrontos, marcado pela violência e destruição da vida de tantas pessoas. Com esse quadro, podemos, então, avaliar a situação dos destinatários da mensagem do Reino de Deus apresentado por Marcos.

Já no segundo capítulo, faremos um estudo sobre a identidade de Marcos, delineando o tempo e o lugar em que ele escreveu seu Evangelho. Em seguida, apresentamos o entendimento desse Evangelista sobre a pessoa de Jesus e o Reino de Deus. Destacamos que, para Marcos, a palavra Evangelho se confunde

com o próprio Jesus, ou seja, Jesus anuncia o Reino e, ao mesmo tempo, Ele é o Reino de Deus no meio de nós. Ainda nesse capítulo apresentamos a estrutura do Evangelho de Marcos e a exegese dos versículos 14 e 15. Vale ressaltar que, diante da situação em que se encontravam os primeiros destinatários da mensagem do Reino de Deus, esse anúncio passa a ser vida e esperança nova para tanta gente ameaçada e desanimada.

Ao abordar o Reino de Deus como vida e esperança para o povo sofrido, optamos, no decorrer do terceiro capítulo, dedicar algumas reflexões sobre uma ameaça atual: a das variações climáticas. Apresentamos, assim, um quadro da realidade climática atual, destacando algumas causas e consequências para a humanidade e para o mundo, mas também levantamos algumas propostas de soluções de sustentabilidade responsável para um futuro próximo. Enfim, vinculados à proposta de Marcos (1,14-15), fazemos um veemente apelo ético e de fé, seguido de um compromisso pela causa comum dos seres humanos em preservar o planeta Terra. Unimos o apelo “marcano” à proposta universal dos cuidados para com a natureza apresentada pela Carta da Terra.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO: CONDIÇÕES POLÍTICA, SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICA DA PALESTINA NO SÉCULO I

O Reino de Deus irrompe-se na história humana pela encarnação do Filho de Deus (Jo 1,1), Jesus, verbo de Deus feito homem, que é “autobasileia”¹ (LACOSTE, 2004, p. 1504). De acordo com Lucas (1,1ss), o Reino de Deus foi concebido pelo Espírito Santo no ventre de uma virgem chamada Maria e se fez realidade em Jesus Cristo, que está no meio de nós (Mc 1,14-15).

Evidências bíblicas apontam para a divindade e historicidade de Jesus de Nazaré, que proclama o Reino de Deus como uma realidade presente que aponta para o futuro, numa dimensão escatológica² orientada para uma vida de libertação e justiça, consolidada na plenitude dos tempos. Ou seja, segundo Samanes e Acosta (1999, p. 679), “o Reino de Deus é símbolo que estabelece relação entre a situação histórica e a plenitude definitiva da salvação”.

Devemos observar que a expressão Reino de Deus aparece 122 vezes no Novo Testamento e, nos três Evangelhos sinóticos, ela ocorre 99 vezes, sendo que, na maioria dos casos (90 vezes), é expressa diretamente por Jesus. No Evangelho de São João e nos demais escritos do Novo Testamento, o termo é muito limitado. Pode-se afirmar, conforme Ratzinger (2007, p. 58), que o eixo da pregação de Jesus é o Reino de Deus.

O Reino de Deus proclamado por Jesus nos Evangelhos sinóticos pode ser atestado nas palavras de Marcos (1,14-15), que diz: “Depois que João foi preso, veio Jesus para Galiléia proclamando o Evangelho de Deus: Cumpriu-se o tempo e o Reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e crede no Evangelho”. Equivalente em

¹ O termo *basileia* inclui um aspecto estático (realeza) e um aspecto dinâmico, duplo: reinado (ativo) e reino (passivo). Dessa mesma maneira, o reinado de Deus implica duas dimensões: a histórica e a escatológica. A primeira apresenta-se como compromisso, dependente de nós e da justiça que inspire e se torne realidade em nossa prática social, econômica, política, cultural e eclesial. A segunda é dada como dom em plenitude, Deus em sua plenitude, e os homens sendo presenteados gratuitamente por Ele. E ambas as dimensões são mediadas, de modo iniludível, pela praxe da justiça (SAMANES; ACOSTA, 1999, p. 49-50).

² A escatologia trata do fim e do cumprimento da criação e da história (individual e universal) da salvação (LACOSTE, 2004, p. 620). Cullmann (apud SAMANES; ACOSTA, 1999, p. 225) descobre dupla vertente na pregação e na atividade de Jesus sobre o Reino de Deus: presente e futuro. Crê que cientificamente não se pode justificar a manutenção das afirmações de futuro e a exclusão das de presente ou vice-versa, e defende a complementaridade de ambas, pois as afirmações de presente comportam referência aos sucessos futuros e as afirmações de futuro apontam silenciosamente ao “já” do presente.

Mateus (4,12-17), Lucas (4,43), embora mais tarde, também apresenta a missão de Jesus em estreita relação com o Reino de Deus: “Devo anunciar também a outras cidades a boa nova do Reino de Deus, pois é para isso que fui enviado”. Vale ressaltar que a expressão Reino dos Céus,³ utilizada por Mateus tem o mesmo significado da expressão Reino de Deus, em Marcos e Lucas (SAMANES; ACOSTA, 1999, p. 678).

O foco da pregação pré-pascal de Jesus é, portanto, a mensagem do Reino de Deus, como afirma Orígenes (*apud* RATZINGER, 2007, p. 59): “Jesus mesmo é o Reino, não é uma coisa, é pessoa, o Reino é Ele”. É Deus mesmo agindo na vida e na história resgatando a humanidade para o seu Reino. Por isso, um aspecto específico de Jesus é que ele anuncia o Reino de Deus como oferecimento gratuito do próprio Deus e que, surpreendentemente, está em estreita relação com a sua própria pessoa e com a sua ação. A experiência do reinado de Deus, no presente, fundamenta, anima e faz desejar a sua plenitude (SAMANES; ACOSTA, 1999, p. 679).

O tema Reino de Deus ocupa, sem dúvida, um lugar fundamental na vida de Jesus e na vida dos que se aproximam dele (cf. THEISEN; MERZ, 2002, p. 272). É a categoria salvífica por excelência, utilizada por Jesus, de forma bem mais sustentada do que as categorias salvação e vida eterna. Logo, se Deus vem em socorro dos pobres, dos necessitados e dos marginalizados (Mc 10,14), é por meio do Reino, com seu matiz dinâmico, que se exprime, com base na continuidade fundamental do agir divino, que o futuro já irrompeu no presente e que o afeta como sua qualidade escatológica. Pode-se dizer, então, que a mensagem de Jesus sobre o Reino caracteriza-se pela articulação entre futuro e presente (LACOSTE, 2004, p. 1502).

Se a mensagem salvífica do Reino de Deus está no futuro, foco escatológico de Jesus, de acordo com a tradição apocalíptica,⁴ por outro lado, Deus está presente

³ A expressão Reino dos Céus, em Mateus, é um circunlóquio próprio do judaísmo tardio, usado para evitar, por respeito, o emprego direto do nome de Deus. Enquanto Marcos e Lucas narram o núcleo da mensagem de Jesus como o Reino de Deus, Mateus utiliza Reino dos Céus, com raras exceções (Mt 12,28; 19,24; 21,31; 21,43), onde encontramos Reino de Deus. Tal diferença se deve ao contexto cultural, mas não altera em nada o significado da mensagem de Jesus (SAMANES; ACOSTA, 1999, p. 677-678).

⁴ O “gênero literário” do apocalipse (do grego *apokalypys*, revelação) recebe esse nome do último livro no Novo Testamento, assim intitulado. O outro apocalipse da Bíblia é o livro de Daniel. Esse gênero, contudo, é amplamente representado nos pseudoepígrafos judaicos e cristãos, do período helenístico. Existem obras do mesmo tipo na Pérsia e no mundo grego romano, mas não é certeza de

no mundo e o Reino já começou. Esses dois polos, presente e futuro, não configuram um dualismo, mas sim, norteiam a continuidade do agir divino. Conforme Lacoste (2004, p. 1502), trata-se de uma unidade dinâmica expressa em que o futuro irrompe-se “no presente e o afeta com sua qualidade escatológica”.

O anúncio do Reino de Deus, de acordo com Marcos (1,14-15), é, portanto, o dado mais histórico da vida de Jesus. É o centro nevrálgico de sua missão, a experiência que deu significado a todas as suas palavras e ações. Esse Reino, cuja autenticidade pode ser atestada nas fontes Marcos e “Q”,⁵ as duas mais antigas, está consolidado na pregação de Jesus e dos discípulos, que o confirmam e anunciam a sua proximidade (THEISEN; MERZ, 2004, p. 48-49).

A presença de Jesus implica a novidade do anúncio do Reino, que já é um acontecimento presente na história em construção, e ainda não plenamente realizado. Segundo Marcos (Mc 1,14-15), a pregação de Jesus coloca em relevo o anúncio da proximidade do Reino de Deus, descrevendo-o como:

[...] a compreensão escatológico-apocalíptica segundo a qual este mundo, tal como se encontra, contradiz o desígnio de Deus, mas Deus, nesta última hora, decidiu intervir e inaugurar definitivamente seu reinado. Reino de Deus, portanto, é o signo semântico que traduz esta expectativa (Lc 3,15) e se apresenta como a realização da utopia de uma libertação global, estrutural e escatológica. O propósito de Jesus não consiste em proclamar que o Reino há de vir, mas em que por sua presença e atuação o Reino já está perto (Mc 1,15) e no meio de nós. O projeto fundamental de Jesus é, portanto, proclamar e ser instrumento da realização do sentido absoluto do mundo: libertação de tudo o que estigmatiza: opressão, injustiça, dor, divisão, pecado, morte; libertação para a vida, comunicação aberta do amor, a liberdade, a graça e a plenitude em Deus (BOFF, 2012, p. 30-31).

Para o povo de Israel (as autoridades e o povo simples), a expectativa do Reino de Deus reacendia a esperança de que, com sua chegada, começaria uma nova história, em que todas as situações de miséria e opressão seriam finalmente extinguidas. Esperava-se, assim, que surgisse uma nova era de libertação, de paz e

que tenham influenciado de maneira significativa os apocalipses judaicos cristãos (LACOSTE, 2004, p. 161).

⁵ A fonte Q é uma fonte hipotética (em alemão *Quelle*, de onde se extrai Q), da qual não temos cópia, que se supõe tenha sido utilizada na composição dos Evangelhos sinóticos (Mateus, Marcos, Lucas, chamadas sinóticos por apresentarem muitas semelhanças entre si). Muitos exegetas, sobretudo na Alemanha, contribuíram para elaboração da teoria das fontes (ou seja, em alemão, *Zwei-Quellen-Theorie*), como modelo capaz de explicar a história da redação dos três Evangelhos sinóticos e as suas recíprocas convergências e divergência a propósito das palavras de Jesus. A fonte Q continha, segundo essa hipótese explicativa, somente palavras de Jesus; delas teriam advindo os nossos três Evangelhos sinóticos (MORALDI, 2001).

de justiça, inaugurada com a presença do Messias (MATEOS; CAMACHO, 1992, p. 43).

Nessa perspectiva, o reinado de Deus (soberania de Deus) exige transformação não só do coração, mas também das situações desumanas, que impedem a crença na bondade e na realeza de Deus, que é justiça, paz e fraternidade, tal como observou Dom Helder Câmara (*apud* CIPOLINE, 2012, p. 32): “Se eu não tenho pão, é um problema material meu, se meu irmão não tem pão é um problema espiritual meu”. Essa reflexão vincula-se perfeitamente ao que disse Jesus: “Tive fome e não me destes de comer, tive sede e não me destes de beber” (Mt 25,35). Portanto, a adesão ao Reino implica mudanças substanciais que favoreçam a solidariedade e a partilha (CIPOLINE, 2012, p. 39).

Vemos, com isso, que o Deus do Reino clama por justiça e transformação pessoal e estrutural e que a adesão ao Reino exige uma conduta ética de respeito à vida⁶ e compromisso libertador. Ou seja, isso implica em romper com as forças do mal. Marcos (1, 14,15) apresenta um sumário da pregação de Jesus: “Depois que João foi encarcerado, Jesus se dirigiu à Galiléia. E proclamava o Evangelho de Deus, dizendo: Completou-se o tempo. Chegou o Reino de Deus. Converti-vos e crede no Evangelho”.

Neste sentido, Jesus convida na oração do Pai Nosso (Mt 6,9-13) aqueles que n’Ele creem a viver esse compromisso do Reino. Por isso, nela se pede que venha o Reino em sua plenitude, mas também se pede perdão e se assume o compromisso em mudar e perdoar o outro (Mt 6,12). Há ainda o reconhecimento da soberania do Pai ao se dizer: “seja feita a vossa vontade assim na terra como no céu” (Mt 6,10), porque é o próprio Jesus quem diz: “Todo poder me foi dado no Céu e na terra” (GUTIERREZ, 1992, p. 192).

Para os fariseus o Reino de Deus era, no entanto, sinônimo do cumprimento da Lei ou do culto que celebrava a soberania de lahweh como algo imutável,

⁶ A vida é um patrimônio sagrado de toda sociedade. Engloba, entre outras coisas, a dimensão biológica, cultural, familiar, psicológica, social e religiosa. Não pode ser reduzida a uma visão dualista, seja do ponto de vista religioso ou social. Contempla todo o "ser" de forma integral. Por isso, não deve ser simples objeto comercial, uma propriedade, sujeita a venda, troca e compra. Como também, não se pode aceitar e incentivar a cultura da morte. É preciso valorizar todas as formas e manifestações da vida humana, como, por exemplo, a vida das populações pobres, de regiões isoladas, de mulheres em risco de prostituição, dos deficientes físicos, e do feto, o bebê ainda no ventre da mãe. Em relação às variadas formas de vida, a reflexão estende-se a todos os seres existentes, que devem ser valorizados, preservados e respeitados pelo homem (SANTOS, 2014, p.1).

contrariando o que fora apresentado por Jesus, que “aparece anunciando a afirmação histórica da soberania de Iahweh unindo-se à corrente profética que prometia sua realização em nova intervenção salvífica” (SAMANES; ACOSTA, 1999, p. 677). O Deutero-Isaiás e Daniel, escritos em momentos de grandes tribulações e sofrimentos (o desterro e a perseguição selêucida), por sua vez, apontam para a esperança religiosa que se expressa em termos de Reino de Deus, nos momentos de especial sofrimento e desventura coletiva, visto que a esperança no reino de Deus parte de uma singular consciência de opressão e de injustiça, com pretensões de denunciar poderes históricos concretos e vincular de forma inseparável a fé na fidelidade de Deus com sua intervenção justiceira e libertadora. Essa esperança se manifesta na ação de Jesus (Mt 12,28; Lc 11,20; 17,20; Mc 1,14-15), pois o Reinado de Deus não é mais iminente, mas presente (SAMANES; ACOSTA, 1999, p. 678).

Todavia, mesmo no Antigo Testamento, encontramos fundamentos bíblicos que evidenciam a centralidade do Reino como esperança de fé do povo de Israel, principalmente a partir do período pós-exílio, quando os judeus começaram a viver praticamente sem liberdade sob o jugo do domínio estrangeiro. Libertar-se de todo tipo de dominação era a principal esperança do povo e, para isso, acreditava-se numa intervenção divina que poderia restituir-lhe a dignidade. “Então Iahweh será rei de todo país; naquele dia Iahweh será o único, e seu nome o único” (BOFF, 2012, p. 57).

O Reino de Deus, preconizado e esperado no Antigo Testamento, encontra sua plenitude em Jesus Cristo, que anuncia o Reino da vida em contraposição ao antirreino da morte e da opressão. O seu anúncio, no contexto judeu-palestinense, implicaria dizer que o fim do Império Romano estava próximo. Sua presença destituiria César do poder, juntamente com os sacerdotes do Templo, a rica aristocracia judaica e a elite de Herodes. O governo passaria a ser de Deus, seu reinado sendo exercido por meio do amor-serviço-solidariedade; não seriam mais tolerados os abusos de um poder destruidor que, além de oprimir o povo com seus exércitos, devastava suas terras dadas por Deus, levando o povo à escravidão em diversos níveis (ASLAN, 2013, p. 41).

Para conhecer e compreender onde o Jesus de Marcos viveu e anunciou o Reino de Deus, nas suas origens, ou seja, na Palestina do século I, faremos, a seguir, uma análise mais acurada do ponto de vista social, político-econômico e

religioso, das comunidades do seu tempo e suas implicações na vida social da Galileia e das regiões circunvizinhas.

1.1 A SITUAÇÃO POLÍTICA NO CONTEXTO DO EVANGELHO DE MARCOS

Desde 587 a.C., Israel viveu numa situação de opressão e de dependência de grandes Impérios circunvizinhos, tais como o Babilônico, o Pérsico, o Macedônico. A partir de 63 a.C., passou ao domínio do Império Romano,⁷ pelo qual foram instaurados novos valores culturais pagãos, que afetaram substancialmente a índole religiosa dos judeus. Consequentemente, a dependência política daquele povo em relação ao poder do Império Romano implicava a dependência cultural. Essa presença da cultura romana pagã, manifestada, sobretudo, nas obras faraônicas, como palácios, piscinas, teatros e fortalezas, tornava-se uma ameaça, pois gerava a opressão mais odiosa e aviltante contra o povo judeu, dada a sua índole religiosa (BOFF, 2007, p. 22).

Essa história da Palestina, segundo Saulnier e Rollander (2012, p. 7-13) estava estreitamente ligada a Roma. A partir do século I a.C., a presença política do Império romano constitui um fator determinante do mundo vital da Palestina.⁸ Com a ocupação de Jerusalém por Pompeu, a partir de 63 a.C., os romanos passam a exercer seu governo, de forma direta, através de procuradores⁹ e, de forma indireta, através de reis vassalos, como Herodes e seus sucessores. A ingerência do poder imperial sobre a Palestina acarreta sérios problemas políticos, econômicos e sociais, dentre os quais destacamos o aumento populacional na região, o que produz um marco cultural distinto e, no campo religioso, provoca sérios atritos e conflitos, que se desencadeiam em repressões, perseguições e exclusões (MIGUÉZ, 1995, p. 4).

⁷ O Império Romano dominou diferentes países/reinos e culturas (SCHIAVO; SILVA, 2011, p. 24).

⁸ “Palestina” nunca foi o nome de uma nação ou estado. É, na verdade, um termo geográfico utilizado para designar uma região abandonada ao descaso desde o século II d.C. O nome em si deriva do termo “Peléshet”, que aparece constantemente na Bíblia hebraica e foi traduzido como “Filístia” ou “Palestina”. Como a terra de Israel veio a se tornar Palestina? No primeiro século d.C., os romanos destruíram o reino independente da Judeia. Após a revolta frustrada de Bar Korchba, no segundo século, o imperador romano Adriano determinou a eliminação da identidade de Israel (também conhecido como Judá ou Judeia), visando destruir o vínculo milenar do povo judeu com a região. Assim, ele escolheu o nome “Palestina”, impondo-o em toda a terra de Israel. Ao mesmo tempo, ele mudou o nome de Jerusalém para “Aélia Capitolina” (KATZ, 2014, p. 1).

⁹ Vale ressaltar que os procuradores eram subordinados ao Imperador, como representantes diretos do Imperador, detinham poderes civis, militares e jurídicos (FRASÃO, 2013, p. 1).

À conquista de Pompeu, seguiu-se uma série de conflitos (HORSLEY; HANSON, 1995, p. 43). Os romanos trataram brutalmente os habitantes da Galileia, a fim de induzir o povo à submissão, por isso, os exércitos romanos incendiaram e destruíram cidades, massacrando, crucificando e escravizando suas populações.

A dominação romana na Palestina produziu não só uma exploração do povo por meio da cobrança de impostos diretos e indiretos, mas também provocou um processo de romanização e helenização da cultura judaica. Todo o período do governo romano, que vai de 63 a.C. a 66 d.C., foi marcado por um descontentamento generalizado, e por periódicas turbulências na sociedade judaico-palestinense (FRASÃO, 2013, p. 4). O controle era exercido pela força, por meio de uma legião de 30 mil homens do exército, com suas tropas, pois o objetivo era exercer o domínio absoluto de um território imenso que se estendia desde a Espanha e as Gálias até a Mesopotâmia, das fronteiras do Reno, do Danúbio e do Mar Morto, até o Egito e norte da África. Todos esses povos e culturas foram dominados pelo Império Romano nos âmbitos político, econômico e social (PAGOLA, 2012, p. 30-1).

Todavia, a dominação sobre a Palestina, segundo Marques (2012, p.14-5), tornou-se insustentável, levando as autoridades a reprimirem de modo cada vez mais violento as revoltas populares. Nesse mesmo período, surgiram vários acontecimentos motivados pela política imperial. Em Roma, a comunidade cristã sofreu a perseguição de Nero (66 d.C.). O medo era constante; as guerras, os maus-tratos e a fome afligiam as pessoas no dia a dia. Em diversos pontos do Império, aconteciam protestos dos judeus, sendo o principal deles na Palestina, conhecido como a Guerra Judaica, entre os anos 66 e 73 d.C, que culminou com a destruição do Templo de Jerusalém e com a expulsão dos judeus sobreviventes ao massacre, que passaram a viver na diáspora.

Em resumo, a situação em Roma, de acordo com Mosconi (2006, p. 60), estava difícil para os pobres e para os sem-voz, tudo parecia dominado pelo mal. Ódios, divisões, vinganças, brigas sangrentas pelo poder e violências de todo tipo tomavam conta dos palácios e das praças. O Império Romano oprimia, escravizava e reduzia tudo a mercadoria, inclusive pessoas e povos.

É nesse contexto de violência que, segundo Mesters e Lopes (2003, p. 18-9), o Evangelho de Marcos foi escrito (70 d.C.). Nesse período, as comunidades viviam

em constante tensão, sendo com frequência perseguidas pelo Império Romano.¹⁰ Além disso, as pessoas tinham muitas dúvidas, chegando mesmo a considerar João Batista como o Messias (cf. At 19,1-3). Contudo, Marcos (1,7) esclarece essa questão utilizando as próprias palavras de João Batista: “depois de mim vem o mais forte do que eu, de que nem sou digno de desatar suas sandálias”. Além disso, o Evangelista diz que João batizou com água, mas em Jesus, o batismo é com o Espírito Santo. Marcos ainda demonstra que João Batista é o precursor da chegada do Reino Iminente; ou seja, ele não é o Messias, apenas prevê e anuncia a chegada de Jesus.

A hegemonia do Império Romano abriu caminho para o uso extremo da força, o que levou à destruição de Jerusalém e instalou o pânico geral, muitos queriam largar tudo, fugir, pois a situação era bastante crítica (MOSCONI, 2006, p. 94). Instalou-se um tempo de desespero, doença, fome, pobreza e exploração, que caracterizou o quadro existencial da sociedade da Palestina do século I. Nesse ambiente de desesperança Marcos escreve seu Evangelho e insere Jesus nessa realidade do mundo palestinese: “Ele rompe com a cultura do silêncio, fazendo deles — pescadores e agricultores, o coxo e o leproso — sujeitos protagonistas centrais do Reino de Deus”, ou seja, os excluídos tornam-se os destinatários principais da novidade do Reino (CHED, 1992, p. 69).

A expressão Reino de Deus, em muitos ensinamentos da prática de Jesus, refere-se, de acordo com Horsley (2012, p. 20), a dois aspectos bem amplos e inter-relacionados: o julgamento dos governantes e a transformação de Israel. Jesus, enquanto profeta, proclama a condenação divina dos governantes, devido à opressão sociopolítico-econômica do povo. Analogamente, o Reino de Deus pode ser comparado ao programa bipartido de movimentos anticolonialistas (anti-imperialistas) atuais, em que a retirada do poder colonizador é a contrapartida e a condição de recuperação da independência e da autodeterminação, por parte do povo colonizado.

O Reino de Deus, enquanto manifestação da presença de Deus tanto pelos estilos de vida individuais quanto sociais, deve ser entendido, em primeiro lugar,

¹⁰ Chamamos a atenção para o fato de que foi no final do reinado de Herodes o Grande que se deu o nascimento de Jesus, perseguido antes e depois de seu nascimento. Na época em que Marcos escreve seu Evangelho (70 d.C.), o poder do Império Romano estava sob o comando do General Tito Flávio Vespasiano.

dentro daquela absoluta conjunção de religião e política; e, em segundo lugar, dentro da situação de dominação imperial e exploração colonial. Desta forma, ele evoca uma visão ideal de poder político e religioso, ambos apropriados a um mundo sob controle divino e não humano, onde Deus não é uma revelação apocalíptica, mas, sim, uma sabedoria sapiencial sobre o presente (CROSSAN, 2008, p. 20; 159).

Já como julgamento profético dos governantes, o Reino de Deus contém em si duas perspectivas: a primeira consiste na condenação dos governantes representantes de Roma, na Palestina, e a segunda, constitui o ensinamento profético, anunciando que o domínio romano está chegando ao fim e que os pobres e oprimidos serão libertos. Em sua missão, voltada, sobretudo, para as comunidades camponesas, Jesus proclamou uma ordem social alternativa, de cooperação e justiça social, livre de opressões (HORSLEY, 2012, p. 21).

Para compreender Jesus nesse contexto histórico, há de se ter uma ideia clara de como as práticas imperiais romanas afetavam os habitantes da Galileia. As condições de vida no lugar onde Jesus vivia e cumpria sua Missão eram as piores possíveis. Toda a região da Galileia vivia sob o domínio do Império Romano,¹¹ cujos exércitos invadiam e queimavam aldeias, eliminando os incapazes. Nesse período, o Imperador instalou na administração da Galileia o filho de Herodes Antipas, que fora educado na corte imperial. Ele continuou a cobrar altos impostos, explorando e condenando o povo ao empobrecimento.

Os métodos utilizados por Roma para efetivar sua dominação implicava o uso da força. Exércitos bem preparados e bem armados foram fundamentais para subjugar vários povos e, conseqüentemente, constituir um grande império. Contudo, apesar da dominação militar, Roma nem sempre conseguiu se impor culturalmente. Constatamos que, entre os povos conquistados e dominados pelo Império Romano, há um caso de predominância cultural de um povo que foi subjugado, a dos gregos. “De fato, a influência da filosofia helenista foi tão forte que até hoje sentimos os seus efeitos” (SCHIAVO; SILVA, 2012, p. 24).

Com relação aos gregos, eles concebiam os seus deuses dentro de uma hierarquia comandada por um deus supremo, Zeus, que proporcionava uma harmonia entre os homens e a natureza. À luz dessa ideologia, o Império Romano

¹¹ Estima-se que até a época de Jesus, os galileus, samaritanos e judeus tenham vivido sob o domínio de um Império, um ano após outro, durante 600 anos (HORSLEY, 2012, p. 22).

introduziu o ideal de paz, a *pax romana*,¹² como ficou historicamente conhecida. Ou seja, para enganar o povo forjou-se, segundo Mesters e Lopes (2003, p. 256), a ideia dessa Paz Romana, que favorecia os interesses próprios do poder dominante, como foi o caso do governador Herodes, o Grande. Entretanto, para o povo dominado da Palestina isso não era paz, mas sim repressão brutal, tanto que foi nesse contexto, o mesmo em que Jesus nasceu que o governador mandou matar as crianças em Belém (Mt 12,16).

O Império vivia, de fato, sob a ideologia¹³ da Paz Romana (SCHIAVO; SILVA, 2012, p. 34). Essa paz funcionava como um tipo de ordem e progresso, e estabelecia uma relativa tranquilidade. No entanto, a ideologia que estava por traz não só dessa Pax Romana,¹⁴ mas também da *Pax Deorum* (frase latina que significa “paz dos deuses”), era predominante e atendia perfeitamente os interesses do poder romano. “A expressão latina Paz Romana gravadas em sua bandeira significava a expressão máxima de como os romanos conduziam o sistema escravagista” (FERREIRA, 2009, p. 112). Essa pretensa paz era oferecida à custa da passividade, sem rebeliões ou contendas. Ou seja, essa paz era mantida à custa da aceitação da opressão e da submissão. Dessa forma, era obrigado a pensar conforme desejava Roma.

É mister que a lei esteja a serviço da fraternidade e da paz, mas a ideologia da Paz Romana, ao contrário, é tendenciosa. Trata-se de uma proposta de paz que visa apenas aos interesses espúrios do Império Romano. Marcos, na sua convivência junto ao povo da Galileia, durante 30 anos, observou a opressão e a exclusão de tantos irmãos, em nome da Lei de Deus. Descobriu que Jesus percebeu que isso que se pregava como paz, não estava correto. Não devia ser o sentido daquelas leis. Baseando-se na imagem paterna de Deus, demonstra que Deus é Pai, e acolhe a todos como filhos e filhas. Consequentemente, ensina que devemos ser irmãos um dos outros. Foi assim o testemunho de Jesus, em todo o tempo que viveu no meio de Seu povo. Foi o que Ele pregou, desde o começo até o fim

¹² Para saber mais sobre a *Pax Romana*, recomenda-se a leitura do texto de WENGST (1991).

¹³ A ideologia do Império Romano era tão forte que o autor do apocalipse a definiu com “a besta-fera” (Ap 13,11). Era tão eficiente que fazia tornar-se ídolo qualquer medíocre e eliminava as grandes cabeças pensantes e valorosas (FERREIRA, 2012, p. 102).

¹⁴ A paz divinizada, invocada frequentemente durante guerras civis em Roma no século I a.C., Augusto dedicou-lhe um altar para comemorar o estabelecimento da ordem, e possivelmente Vespasiano e Domiciano consagraram-lhe um Templo no Fórum romano, dando-lhe o nome de Fórum da Paz (KURY, 2009, p. 410).

(MESTERS; LOPES, 2012, p. 50-51), isto é, que a paz não é uma ideologia unilateral, marcada por interesses ilegítimos de qualquer grupo dominante, porque a paz é, sobretudo, fruto de um conjunto de forças que unem objetivos comuns.

Ora, se a paz romana era levada pelo exército romano, tratava-se de um grande equívoco, pois era uma paz construída sobre a violência e as desigualdades. Marcos (1,14-15) nos mostra que a paz verdadeira é Jesus de Nazaré, o Deus do Reino, o Messias pobre e humilde (MOSCONI, 2006, p. 80).

Os resultados dessa proposta de paz, voltada para os interesses do poder romano, contribuíram somente para o agravamento da dominação política do povo judeu na Palestina. Os romanos enriqueciam-se à custa da política administrativa direta e indireta das colônias, como também do poder do sumo sacerdote e da aristocracia clerical, inclusive o partido dos saduceus¹⁵ frequentavam o Templo,¹⁶ em Jerusalém, e exerciam o domínio a partir da religião, executando as ordens romanas. Aquele “lugar que deveria ser local de encontro, de alegria e de explicitação da fé, converte-se em gerador de medo e repressão psicológica” (FERREIRA, 2012, p. 102). Pode-se dizer que os saduceus tornaram-se uma pedra de tropeço, para a realização da missão de Jesus, que é a instauração do Reino. Os alinhamentos políticos mutáveis, dos grupos de renovação judaica, principalmente dos fariseus¹⁷ e essênios,¹⁸ as várias frentes de resistência popular e de

¹⁵ Saduceus, nome oriundo do Sumo Sacerdote do Templo do Rei Salomão, Sadoc, de quem as grandes famílias sacerdotais pretendiam descender. Constituíam-se de duas facções compostas pelas duas aristocracias, civil e sacerdotal. Representavam, portanto, o poder econômico e, por sua posição no grande Conselho e no Templo, detinham também o poder político e religioso da nação. No campo religioso eram conservadores, igualmente no campo político, contudo, eram abertos à cultura grega helenística. Adaptaram-se ao domínio romano e chegaram a uma composição, uma espécie de acordo não escrito. Aceitavam a injustiça da dominação estrangeira contanto que isso não comprometesse a sua posição, o seu poder. Pretendendo ser fieis ao conteúdo original do Antigo Testamento, rejeitavam a doutrina farisaica da ressurreição dos mortos e os prêmios da vida futura, negavam também a existência de anjos e espíritos (MATEOS; CAMACHO, 1992, p. 33-4).

¹⁶ No mundo bíblico, o Templo ocupa o centro da vida religiosa e nacional, goza de uma forte carga simbólica. Como centro da vida religiosa o templo exercia uma forte influência – para ele as multidões afluíam para as grandes festas de peregrinação. O Templo sempre manteve uma função de ensinamento. O Templo dirigido pelos sacerdotes representa um poder religioso, político, econômico e financeiro. A complacência da aristocracia sacerdotal frente ao poder romano criou tensões complementares (LACOSTE, 2004, p. 1698).

¹⁷ O termo Fariseu vem do grego *perushim* = separados ou separatistas. Entre si eles se chamavam de companheiros. De fato, separava-se da massa popular, ignorante, vulgar, pecadora. Eram compostos na sua maioria de leigos e distinguiam-se pelo conhecimento das tradições de Moisés e dos antigos, eram cumpridores minuciosos dos preceitos. Sua interpretação escrupulosa das leis os levava a uma observância rigorosa dos sábados, a um extremo cuidado com a pureza legal, com o pagamento integral dos dízimos referentes aos mínimos produtos. Para eles a Salvação estava vinculada ao cumprimento da Lei, por isso impunham ao povo uma pureza legal a rigor no cumprimento de todos os preceitos (MORIN, 1988, p. 109-11).

dissidências sobre as massas contribuíram para a revolta judaica de 66 d.C. (MYERS, 1992, p. 83).

Desde o tempo de Nero (64 d.C.), os cristãos sofreram inúmeras perseguições, vivendo sob constante ameaça (MESTERS; LOPES, 2003, p. 56). Marcos, em diversas passagens de seu Evangelho, denuncia essa situação: as comunidades viviam grandes tempestades (Mc 4,36); muitos discípulos tinham morrido; alguns tinham negado a fé (Mc 14,71); outros, traído (Mc 14, 10-45) ou fugido (Mc 14,50); muitos se dispersaram (Mc 14,27). O medo e o desespero apoderaram-se das comunidades.

No período entre 67 e 70 d.C. os judeus da Palestina se rebelaram contra a invasão romana. Jerusalém, a capital, estava cercada pelos exércitos romanos, ameaçada de destruição total. O Templo seria profanado (Mc 13,14); muitos cristãos, em sua maioria judeus, não sabiam se deveriam rebelar-se contra o Império Romano. Consequentemente, esse problema causava muitos conflitos às comunidades: “o horizonte não estava claro, desencadeavam-se divisões, e até guerras entre os próprios judeus” (MESTERS; LOPES, 2003, p. 56).

Em 70 d.C., os romanos cercaram Jerusalém, violaram as muralhas da cidade e desencadearam “uma orgia de violência” contra seus residentes. Massacraram todos em seu caminho, acumulando cadáveres sobre o Monte do Templo. Os soldados atearam fogo no Templo de Deus e os incêndios ultrapassaram o Monte do Templo, envolvendo os prados de Jerusalém, afetando as terras cultivadas e as oliveiras. A devastação foi tão completa que o historiador judeu-romano Flávio Josefo (*apud* ASLAN, 2013, p. 22) afirma que nada restou que pudesse identificar que Jerusalém tivesse sido habitada.

Entre 67-79 d.C., de acordo com Mosconi (1989, p. 11), o governador romano da Palestina mandou crucificar dezenas de judeus, em Jerusalém, e isso gerou uma série de revoltas. Então, os zelotes¹⁹ iniciaram um movimento guerrilheiro que

¹⁸ Os essênios formavam uma seita que rompera com o sistema político e religioso. Viviam retirados às margens do Mar Morto numa espécie de convento, o de Qumran. Tinham uma vida comunitária partilhada sem títulos de propriedade, tudo era comum entre eles. Passavam por um processo de iniciação por dois anos, a seguir eram integrados na seita com o dever de cumprir as regras organizadas por eles. Havia um líder que fazia manter o cumprimento da ordem. Mantinham cerimônias particulares, como abluções e banhos rituais, a refeição como sinal de fraternidade. Eram escrupulosos em relação às regras de pureza, e severíssimos em relação à observância, tinham por princípio o amor aos membros da comunidade e ódio aos de fora (MATEOS; CAMACHO, 1992, p.39).

¹⁹ Os zelotas são “zelosos”, pessoas decididas e engajadas, embora com certo fanatismo. São chamados também “sicários” ou homens do punhal: “sica” era um pequeno e curto punhal romano.

conseguiu expulsar o exército romano da cidade. A reação não demorou e a trégua durou por pouco tempo. O General Tito Flávio Vespasiano (70-79 d.C.), segundo informação de Koester (2012, p. 319), reage enviando legiões e tropas militares auxiliares que cercaram Jerusalém. Tratava-se de um exército de 60.000 homens (SCHIAVO; SILVA, 2011, p. 121), que, após uma guerra aberta durante 4 anos, conseguiu reconquistar a Galileia, prendendo o Governo provisório.

Em agosto dos anos 70 d.C., o General Tito, filho do imperador Vespasiano, entrou como vencedor em Jerusalém, saqueando tudo o que podia. Arrasou a cidade de ponta a ponta, matando milhares de pessoas. Muitos dos sobreviventes foram vendidos como escravos. Entre os vencidos, “escolheu-se 70 jovens combatentes entre os mais fortes. Foram trazidos para Roma para participar no desfile em honra de Tito, o general vitorioso” (MOSCONI, 1989, p. 22). Após o desfile, esses 70 jovens combatentes foram mortos ou vendidos como escravos.

As consequências dessa situação, de acordo com Míguez (1995, p. 10), foram drásticas. A realidade social tornou-se caótica com a dominação romana. O povo entra em conflito, perde suas terras e sua identidade cultural. Além disso, essa dominação gerou uma massa de empobrecidos, depauperados e escravos do sistema. Logo, como veremos a seguir, a maior parte dos problemas sociais e econômicos do povo judeu foi produzida a partir desse modelo político imperial.

1.2 SITUAÇÃO SOCIAL ECONÔMICA NO EVANGELHO DE MARCOS

No século I, a atividade econômica da Palestina dependia, segundo Moraes (2010, p. 1) da agricultura, da pecuária, da pesca, do artesanato e do comércio. Mas, apesar de a sociedade na Galileia ser composta por pequenos agricultores e pescadores (BOFF, 2007, p. 24), os contemporâneos de Jesus viviam, em sua maioria, no campo. Não podemos deixar de observar que os camponeses, nessa época, eram integrados ao Império e que toda a região da Galileia estava destinada ao cultivo, conforme diz Crossan (2008, p. 16):

Defendendo a luta armada contra a opressão romana, no período da guerra judaica (66 a 70 d.C.), o fanatismo zelota atingiu o paroxismo – depois da queda de Jerusalém eles resistiram e só cederam no ano de 73 em Massada. Mas Bar Koseba retomou a resistência nos anos 132-135. No programa dos zelotas, contemplava-se uma reforma social, mas lutavam pelo Templo e, portanto, pela conservação das instituições judaicas. Eram os resistentes que queriam a expulsão dos romanos, e os reformistas pretendiam simplesmente, corrigir os abusos do sistema sem questionar o modo de produção vigente (MORIN, 1988, p. 112-3).

O termo camponês, aliás, não é apenas um sinônimo romântico e antiquado para a palavra fazendeiro, ele denota uma relação de exploração na qual a imensa maioria que produz os alimentos, dos quais dependem tudo e todos, é privada do excedente da produção, de forma que uma pequena minoria dispunha de um enorme excedente, enquanto que quem produzia permanecia no nível de subsistência.

Além dos camponeses que trabalhavam a terra, havia pessoas da elite das cidades que cuidavam da administração e da arrecadação de impostos, mas também da vigilância militar.

As condições de trabalho desses camponeses nas aldeias eram rudimentares e brutais. Eles consumiam suas forças arando, vindimando ou ceifando as messes com as foices, pois raramente dispunham de animais, tais como bois, burros e camelos, para realizar algum serviço.

Ademais, é importante destacar a importância que a pesca tinha para a sobrevivência de muitas famílias, principalmente na região do lago onde Jesus mais anunciou a mensagem do Reino. Os povos de Cafarnaum, Mágdala ou Betsaida viviam do lago e da pesca. Como essa atividade era exercida de forma bem rudimentar, os mais pobres não tinham barcos e pescavam nas margens. Mas, até para se ter direito à pesca e à utilização dos embarcadores, conforme Pagola (2012, p. 40-1), os fiscais de Herodes Antipas²⁰ impunham altas taxas.

Entretanto, as drásticas mudanças de caráter político, engendradas pela dominação do Império Romano, mudaram significativamente a vida de todos os camponeses e de suas famílias, que viviam naquele território. Impôs-se àquela região uma agressiva transformação (LIMA, 2013, p. 3), pois o Império Romano já não era mais aquele tradicional, mas sim um império agrário comercializado.

Assim, os camponeses se encontravam sem saída, sendo empurrados para dívidas infundáveis e deslocados das próprias moradias em grandes proporções, e vendo sua herança ancestral (lote familiar) virar economia comercializada de Roma. Onde outrora camponeses produziam, agora aristocratas tomavam posse das produções. Na certeza de que as coisas caminhavam para o pior, desperta-se nos camponeses o desejo de investir para uma mudança de melhorias, à medida que a

²⁰ O domínio romano na Galileia foi exercido por tetrarca Herodes Antipas (4 a.C. a 39 d.C.), que tratava de cuidar na região dos próprios interesses e também dos interesses do império. É ele quem constrói e estabelece a cidade de Séforis como capital da Galileia com o objetivo estratégico de tornar-se centro administrativo de arrecadação tributária e praça de comando militar (LIMA, 2013, p. 6).

comercialização e a industrialização invadiam o Império, aparecendo, assim, as rebeliões políticas ou revoluções sociais (CROSSAN, 2008, p. 16).

Do ponto de vista socioeconômico, a população da Palestina estava dividida em três camadas: a classe rica e poderosa, a classe média e os pobres. A primeira era constituída por príncipes e membros da família real, estendendo-se à aristocracia sacerdotal, aos latifundiários, aos grandes comerciantes e cobradores de impostos. A segunda, muito reduzida, encontrava-se mais em Jerusalém. Sua fonte de renda estava ligada ao Templo e aos peregrinos, aos artesões proprietários, pequenos comerciantes, aos donos de hospedarias e ao baixo clero. A terceira compreendia a imensa maioria, a classe dos assalariados, camponeses, pescadores, mendigos e escravos que, em sua maior parte, se concentravam em Jerusalém, vivendo em torno do templo e pediam esmolas para sobreviver (MATEOS; CAMACHO, 1992, p. 17).

As classes que compõem as sociedades agrárias são apresentadas por Crossan (1985, p. 41) nessa disposição: governantes e dirigentes, sacerdotes, arrendatários, mercadores, camponeses, artesãos, os degradados e dispensáveis. Cerca de 1% dos governantes detinha a metade das terras; os sacerdotes se colocavam ao lado destes, podendo possuir até 15% da terra; os arrendatários iam de gerais a burocratas especializados; os mercadores poderiam chegar a ter alguma riqueza e, até mesmo, algum poder político; os camponeses constituíam a grande maioria da população e eram os principais responsáveis pelo sustento e manutenção das classes altas; os artesãos vêm em seguida, formando 5% da população. Abaixo deles somente as classes dos degradados (rejeitados por sua origem, ocupação ou condição), e dispensáveis (mendigos, foras da lei, ladrões, trabalhadores diaristas e escravos).

Assim como nos dias de hoje, naquela época havia uma grande distância entre a classe rica e a dos humildes. O porte reduzido da classe média impedia o reconhecimento dos pobres²¹ que, por sua condição social, eram condenados à

²¹ “Pobres” é, inicial e radicalmente, um conceito socioeconômico, depois vem seus derivados que podem ser até sublimes considerações espirituais, mas, *primo et per sí*, é uma realidade e um conceito socioeconômico – pobres são aqueles que carecem de bens materiais, tanto em relação às necessidades biológicas quanto às necessidades culturais fundamentais. Por isso deve-se ampliar o conceito de pobres aos enfermos, aos que sofrem, etc. O Deus do Reino se compadece dos pobres. Deus não seria verdadeiro rei se seu reino não fosse capaz de assegurar a justiça, defendendo o pobre e o fraco do rico poderoso e opressor. Só quando Deus salvar o pobre será realmente o Deus salvador prometido. Enquanto ainda temos pobres que se multiplicam até se constituir na maioria da

marginalização. Portanto, sem esperanças de promoção humana, não tinham meios de mudar a situação, dependendo sempre da generosidade dos piedosos e da vontade dos poderosos: “O pobre era ao mesmo tempo oprimido e ardente de justiça, em casos extremos, recorria-se à violência como único meio de amenizar a situação” (MATEOS; CAMACHO, 1992, p. 17). Havia ainda os ricos possuidores de terras, que espoliavam os camponeses, na base de hipotecas e expropriações por dívidas não pagas (SAULINIER; ROLLANDER, 2012, p. 11).

Outra forma de exploração dos mais pobres se dava pela cobrança de impostos pela corte romana, ou seja, o sistema de impostos era o principal canal pelo qual o povo era explorado pelos colonizadores romanos (BOFF, 1982, p. 24). O pagamento desses impostos era obrigatório e servia para manter o Império e seus exércitos, para financiar obras públicas, como estradas, pontes e edificações. Por isso, a fiscalização instituída por Herodes e por seus partidários era muito rígida. O povo pagava aos romanos o imposto sobre 25% das colheitas, bem como pedágio para a circulação de pessoas, bens e taxas de alfândega (SCHIAVO; SILVA, 2011, p. 29).

Além dos impostos cobrados pelos romanos, era exigido o pagamento dos impostos do Templo, estipulado em um denário,²² equivalente à diária²³ de um trabalhador; já os dízimos²⁴ incluíam as colheitas e o auxílio destinados aos pobres, relativos aos produtos referentes a um ano de trabalho. Esse sistema tributário incidia sobre quase todas as coisas, membros da família, terra, gado, plantas frutíferas, água, carne, sal, e sobre todos os caminhos. A ambição dos governantes do Império levou o povo ao empobrecimento e a diversos tipos de escravidão (SAULINIER; ROLLANDER, 2012, p. 15). Vale ressaltar que se criou um abismo

humanidade, aumentando seus sofrimentos e dores, não é possível aludir a um Reino de Deus individualista ou puramente transcendente. O problema dos pobres não é somente um problema da humanidade, mas um problema de Deus (SAMANE; ACOSTA, 1999, p. 627-629).

²² Moeda de prata (3,85g) do sistema romano, equivalente à dracma grega. Servia como medida de valor do pão (Mc 6,37; Jo 6,7), do perfume (Mc 14,5; Jo 12,5) e das dívidas (Mt 18,28; Lc 7,41). Na época de Jesus, trazia uma inscrição e a efígie de *Tibério (Mt 22,19; Mc 12,15; Lc 20,24) (MANZANARES, 1997, p. 87).

²³ Um diarista recebia um denário equivalente a um salário, os que não encontravam emprego, tornavam-se verdadeiros proletários, mendigos, vagabundos e ladrões (BOFF, 2007, p. 24).

²⁴ Era a contribuição obrigatória, entregue ao santuário para sustentar os sacerdotes e levitas (Nm 18,21-32), os pobres, os órfãos e as viúvas (cf. Dt 14,22-29; Tb 1,7s e notas). A contribuição referia-se à décima parte dos cereais, do vinho e do azeite. Os fariseus pagavam, porém, o dízimo até dos produtos mais insignificantes, como as hortaliças (Mt 23,23).

entre famintos e pobres endividados e as classes dominantes que governavam Jerusalém (ASLAN, 2013, p. 39).

Essa questão social está diretamente vinculada, segundo Myers (1995, p. 76), ao sistema político avassalador. Além dos impostos abusivos, acentuam-se as questões agrárias. O sistema de produção da Palestina do século I era mantido pelas aldeias, que desenvolviam relações de afinidade entre seus membros, garantindo, assim, uma economia familiar de subsistência. O estado classista, por sua vez, apropriava-se dos bens produzidos por meio de cobranças dos tributos e do controle do comércio.

Assim, as pequenas chácaras familiares que, durante séculos, tinham servido como a principal base da economia rural, foram, de acordo com Aslan (2013, p. 43), gradualmente engolidas pelas grandes propriedades, administradas por aristocratas. A rápida urbanização sob o domínio romano alimentou a migração interna em massa, do campo para as cidades. A nova situação urbana gerou o inchaço da população, produzindo um contexto de miséria e fome, para os camponeses. O campesinato, então, não só era obrigado a continuar pagando seus impostos e dízimos para o sacerdote do Templo, como também era forçado a pagar um alto tributo a Roma. Estimamos que o total dos encargos chegasse à metade dos rendimentos anuais.

Nessa época, segundo Maloney (2008, p. 26-7), a Palestina era uma sociedade agrária adiantada, com cerca de 90% da população trabalhando na lavoura e em ocupações a ela relacionadas. Lá também os membros da aristocracia viviam do excedente, sem ter muito trabalho, enquanto gozavam da ociosidade exigida pela vida nobre. Calculamos que era necessário o trabalho de 10 camponeses para sustentar um aristocrata.²⁵

Os aristocratas, então, transformaram o trabalho dos camponeses em moeda de troca, prometendo-lhes garantia de segurança e proteção contra os inimigos. Em troca, os camponeses eram obrigados ao trabalho da terra. Tudo isso era um engodo, uma enganação, em que uma classe se vê livre do trabalho da produção, pela habilidade de se manter à custa dos produtores, seja por compulsão ou por

²⁵ Aristocracia, organização sociopolítica em que uma classe social formada por nobres detém, geralmente por herança, o monopólio do poder. Classe dos nobres, fidalguia. Grupo de privilegiados que exerce domínio na vida social, intelectual, cultural. O aristocrata é membro da aristocracia, tem atitudes nobres (HOUAISS, 2004, p. 60).

persuasão, ou, como na maioria dos casos, por uma mistura dos dois (CROSSAN, 2008, p. 157). A classe governante da elite simplesmente usava o domínio da terra para explorar os camponeses de todas as maneiras possíveis.

Conseqüentemente, a progressiva concentração de propriedades que Herodes confiscava gerou, no século I d.C., uma série de lutas pela distribuição da terra.

Essas propriedades, no entanto, foram mais tarde vendidas pelos romanos para pessoas detentoras de grandes capitais. Os grandes proprietários, de qualquer modo, já possuíam os terrenos mais férteis. Assim, a exemplo do que ocorre ainda hoje, os ricos ficavam mais ricos e os camponeses ficavam cada vez mais pobres, tornando-se escravos da terra, trabalhando para os novos donos, ora como meeiros,²⁶ ora como diaristas (THEISSEN, 1998, p. 40).

Para pagar os impostos, as famílias camponesas tinham de produzir cada vez mais. Com os excedentes pagavam os tributos e taxas exigidas pelo Império e pelo governo local. Além dessas cobranças, os judeus ainda deviam pagar os tributos exigidos pela elite religiosa, para a manutenção do Templo. Verificamos que esse sistema acarretava sérios problemas sociais. Um empregado de fazendeiro, na Galileia, podia ficar com a metade da colheita obtida como renda para si. Os pequenos arrendatários eram sujeitos ao imposto da terra ou tributo dos reis herodianos,²⁷ ou aos romanos, cada um deles variando de um quarto a um terço da colheita (MYERS, 1995, p. 80).

Ainda havia a situação dos camponeses que não conseguiam produzir o que era exigido pela política agrária do Império e se viam arruinados, sem escolhas. Estes eram obrigados a tomar emprestadas grandes somas à aristocracia fundiária, com taxas de juros exorbitantes. Esses aristocratas podiam, dessa forma, confiscar as terras dos camponeses que não pagassem o empréstimo e obrigavam-nos a trabalhar como rendeiros, nessas mesmas terras, em nome do novo proprietário. Muitos desses camponeses agricultores, que passavam fome com suas famílias, deixavam o campo e migravam para a cidade, tornando-a um caos social. Alguns

²⁶ *Meeiros* são os agricultores que repartem com o dono da terra tudo o que plantam (HOUAISS, 2004, p. 487).

²⁷ Esse grupo, mencionado por Flávio Josefo e pelos Evangelhos, parece designar, na Galileia onde reinava Herodes Antipas, mas também na Judeia, os partidários da dinastia herodiana, os beneficiados no reinado de Herodes, o Grande, dentre os quais citamos a família de Boetos. Simão, filho de Boetos, foi elevado ao supremo pontificado por Herodes, o Grande, cerca do ano 22 a.C. (MORIN, 1988, p. 109).

seguiram o caminho do banditismo (tornando-se ladrões ou agitadores)²⁸ para viver (ASLAN, 2013, p. 44).

Em outras palavras, para atender às exigências tributárias do governo herodiano e dos impostos religiosos, os camponeses galileus afundavam-se em empréstimos oferecidos principalmente por funcionários da administração herodiana e aristocratas sacerdotais, dando a própria terra como garantia de pagamento. Paradoxalmente, os aristocratas viviam luxuosamente, enriqueciam-se acumulando posses, enquanto a situação dos camponeses era desesperadora. Os menos afortunados eram vendidos como escravos ou tornavam-se marginais (LIMA, 2013, p. 7).

A conduta, em relação à cobrança dos tributos pelos publicanos,²⁹ era fraudulenta. Arrecadavam os impostos de um distrito, por uma soma anual fixa. O excedente era convertido em ganho para os arrecadadores. As tarifas aduaneiras eram fixadas pelas autoridades, mas ficava uma margem enorme de lucro para a arbitrariedade e ambição dos cobradores. O abuso nas cobranças das taxas era uma prática frequente e isso gerava uma sobrecarga insuportável, desencadeando o ódio no povo explorado (MATEOS; CAMACHO, 1992, p. 13).

Outro tributo exigido em Roma era o *solī*,³⁰ que correspondia ao tributo das terras cultivadas. Além deste, cobrava-se o *tributum capitis*,³¹ pago por todos os membros adultos da casa. Como vimos, tais tributos tinham como finalidade alimentar as legiões que vigiavam cada província, construir estradas, pontes, edifícios públicos, mas, principalmente, esses impostos serviam para sustentar as classes dominantes.

Se era difícil para muitas famílias pagar a esmagadora carga de tributos, o que levava um terço ou mesmo a metade do que produziam, mais difícil era livrar-se dos arrecadadores (PAGOLA, 2012, p. 44-6). Para os camponeses judeus, a dominação herodiana-romana geralmente significava pesada tributação e, mais do

²⁸ Bandido, nesse contexto, referia-se a qualquer rebelde que empregava a violência armada contra Roma ou contra os colaboradores romanos. (ASLAN, 2013, p. 44).

²⁹ Cobrador de impostos. Totalmente impopular, estava entre os pecadores públicos e notórios (Mt 9,11; Mc 2,16; Lc 5,30), para o que contribuía sua falta de honestidade (Lc 3,12ss.) e sua forçosa ligação com Roma (Mt 18,17). Já que todas as pessoas necessitam de *conversão (Lc 13,1ss.), Jesus estendeu também aos publicanos (MANZANARES, 1997, p. 286).

³⁰ Consistia em pagar um quarto da produção a cada dois anos (PAGOLA, 2012, p. 44).

³¹ *Tributum capitis*, cada pessoa pagava um denário por ano: os varões a partir dos 14 anos e as mulheres desde os 12 (PAGOLA, 2012, p. 44).

que isso, uma séria ameaça para sua existência, visto que muitos eram expulsos das suas terras (HORSLEY; HANSON, 1995, p. 43). Isso agravava a situação das famílias de agricultores. Elas entravam, então, em um processo de desagregação e degradação, restando-lhes a única de serem diaristas. Iniciava-se uma vida penosa à procura de trabalho em propriedades alheias. Havia aqueles que se vendiam como escravos. Outros entravam na mendicância e algumas mulheres ingressavam na prostituição. Como já citado anteriormente, não faltava também quem se unisse a grupos de bandidos ou salteadores, em alguma região inóspita do país (PAGOLA, 2012, p. 48).

Além dessas questões sociais e econômicas, que contribuíram para a ascensão e manutenção do poder do Império Romano na época em que foi escrito o evangelho de Marcos, não podemos esquecer o fato de Roma possuir um poderoso exército, bem treinado e bem equipado, com generais especializados na arte da guerra, o que contribuiu decisivamente para a conquista dos povos e expansão do Império. Foi também o exército que construiu uma rede de estradas que ligava Roma a todos os pontos importantes do Império, facilitando, assim, a mobilização das legiões, a circulação das mercadorias e a cobrança de impostos.

No Império romano, que era escravagista, metade dos habitantes eram escravos e, nesse contexto, isso significava viver como não gente, sem liberdade e na total dependência de seus senhores, sofrendo severas punições e ainda podendo se tornar prisioneiros de guerra. “No Império romano tudo virou mercadoria: terra, produtos, pessoas” (MOSCONI, 2006, p. 9-10).

Os escravos que eram utilizados como mão de obra barata na agricultura, sobretudo nas grandes plantações, levavam uma vida bem pior que a dos escravos domésticos. Em um manual de agricultura do séc. I está impresso:

Vende os Bois que já estiverem cansados, os gados e as ovelhas cujo couro ou lã estão danificados, uma carroça velha, as ferramentas gastas, os escravos velhos e doentes, e tudo mais que seja supérfluo. O bom Senhor deve sempre ter o hábito de vender, e não de comprar (CROSSAN, 1994, p. 82).

O objetivo dessa política agrária era a de gerar pobreza e dependência, principalmente dos pequenos arrendatários. É notório que Roma apropriara-se da fragilidade dos camponeses, tirando deles não apenas os excedentes, mas também a dignidade (LIMA, 2013, p. 4). Vale lembrar que, para Israel, a terra é dom de Deus.

Esse é um dogma de fé do povo de Israel. Deus lhe deu o país de Canaã, a Palestina ou país dos Filisteus, desde a época helenística (SAULINIER; ROLLANDER, 2012, p. 25). Imagine a situação de um povo que perde seu dom mais precioso (a terra), não só perde seu campo de trabalho para sobrevivência, como também a sua própria dignidade.

O Império Romano, enquanto um império agrário-mercantil diferenciava-se dos impérios agrários tradicionais, na Palestina, conforme observa Crossan (1995, p. 201-2):

No império agrário tradicional, a aristocracia toma o produto excedente da classe camponesa; no império agrário mercantil, a aristocracia toma a terra da classe camponesa. O primeiro devora o esforço e o produto dos camponeses, o segundo a própria identidade e dignidade [...] No império agrário tradicional, a terra é herança familiar e divina a ser conservada pela classe camponesa. No império agrário mercantil, a terra é mercadoria empresarial a ser explorada pela aristocracia.

Essa conduta do poder romano em relação à terra só poderia ser recebida pela classe camponesa da Palestina como uma força sinistra, que, pela pressão militar, forçava-os a entregar a terra e a trabalhá-la como escravos (LIMA, 2013, p. 5). Ainda mais porque as terras nessa região se concentravam nas mãos de um pequeno grupo de proprietários, que eram generais e altos funcionários romanos, beneficiados pela política de compensação ou pela política tributária.

Em síntese, camponeses que eram livres tornando-se escravos, cobrança de altos tributos e de diversas taxas sobre a circulação de mercadorias e pessoas, aumento da massa de endividados com o conseqüente aumento da pobreza no campo, enfim, toda essa situação de exploração e opressão produz um estado de exclusão das grandes massas camponesas e gera uma série de descontentamentos e transtornos, na região da Palestina (HORSLEY; HANSON, 1995, p. 47).

O agravamento dessa situação de opressão se dá, sobretudo, a partir de 66 d.C., quando “o procurador romano Floro roubou parte do dinheiro do templo”. Alguns judeus então saíram às ruas de Jerusalém pedindo esmolas aos romanos. O procurador não gostou da atitude dos judeus e mandou soldados a Jerusalém para saquearem a cidade e ofenderem o povo com gestos ostensivos. Esse fato acirrou as tensões entre as classes dominantes e as expectativas populares (MOSCONI, 2001, p. 20).

Na Palestina e, principalmente, na Galileia, essa realidade conflitiva afetava a vida do povo, sobretudo dos mais pobres. Instaurou-se, assim, uma situação de desconforto generalizado, com revoltas por todos os lados. Com isso, a comunidade marcana passa a viver fortes tensões.

Logo, Marcos escreve para um povo ameaçado em sua cultura, em sua identidade e, sobretudo, em sua dignidade, carente de vida digna e de esperanças. Sua mensagem dirige-se a pessoas de diversas culturas e de diversos rostos (helenistas). A mensagem central é o Reino de Deus: chegou o tempo da libertação, convertei-vos e crede na Boa Nova (Mc 1,14-15).

Religião e cultura estão imbricadas ao elemento político. Nota-se um duplo cativeiro: da religião oficial, imposta pelas autoridades religiosas da época, e do cativeiro da política imperial. A seguir, veremos um quadro da realidade religiosa judaica, com suas tradições, costumes preceituais e legais, em contraste com as deidades romanas, mas também em relação à veneração e ao culto ao Imperador.

1.3 SITUAÇÃO RELIGIOSA E CULTURAL NO EVANGELHO DE MARCOS

No contexto sociocultural e religioso da Palestina do I século, de acordo com Mesters e Lopes (2003, p. 30), o cativeiro da religião oficial era altamente conflitivo, porque a presença do domínio romano nas linhas políticas e religiosas do judaísmo entrava em tensão com as tradições e expectativas populares (MÍGUEZ, 1995, p. 1). O cativeiro da religião oficial, apoiada pelo Império Romano e mantida por todo um sistema bem organizado de exploração e de repressão, levava o povo à exclusão, deixando-o sem lugar na religião e na sociedade.

No entanto, a verdadeira opressão estava na interpretação legalista da religião e da vontade de Deus. A lei que deveria auxiliar o povo, na busca do seu caminho para Deus, degenera com as interpretações sofisticadas e com as tradições absurdas, numa terrível escravidão, imposta em nome de Deus (Mt 23,4; Lc 11,46). Em Marcos (7,9), Jesus repreende-os: “Como vocês conseguem esvaziar o mandamento de Deus para estabelecer sua tradição” (SAULINIER; ROLLANDER, 2012, p. 15).

Assim, a observância escrupulosa da lei, no afã de assegurar a salvação, confundiu o povo a trocar Deus pela Lei. Ou seja, em vez de proporcionar a

libertação e a transformação, a Lei se fecha para ambos, discriminando a quem Deus ama e a quem não ama, quem é puro e quem não é puro, quem é próximo e quem deveria amar, quem é inimigo e quem deveria odiar. Nota-se que os fariseus tinham um conceito de Deus fúnebre que já não falava aos homens, mas que lhes deixara uma Lei para orientá-los (SAULINIER; ROLLANDER, 2012, p. 20).

Eram comuns, por isso, discriminações sociais, tais como entre pessoas puras e impuras, próximas e não próximas, entre judeus e pagãos, entre homens e mulheres, entre teólogos observantes das leis e o povo simples, este sempre atemorizado em sua consciência oprimida por não poder viver segundo as interpretações legais dos doutores da lei, os fariseus, que se distanciavam orgulhosamente dos contatos com os doentes, marginalizados e difamados como pecadores (SAULINIER; ROLLANDER, 1993, p. 29).

Uma pessoa com lepra, por exemplo, na Palestina do século I, onde havia muitas pessoas pobres, doentes e excluídas, segundo Myers (1992, p. 66), era considerada morta, sendo totalmente marginalizada. Qualquer doença de pele contagiosa ou não, era classificada como lepra. Havia muitas pessoas paráliticas epiléticas e hidrópicas.³² Doenças mentais e psíquicas eram associadas ao demônio,³³ tendo como exemplo os casos de mudez, surdez, epilepsia, esquizofrenias e, até mesmo, a depressão ou falta de motivação.

No tempo de Jesus e das primeiras comunidades, as leis referentes à pureza³⁴ marginalizavam os doentes leprosos (Lv 13 e 14). Do mesmo modo, todos os líquidos relacionados com a reprodução que saíam do corpo humano eram tidos como impuros. A pessoa impura estava, portanto, excluída da participação social. E,

³² Enfermidade consiste no derramamento de serosidade entre as células do tecido conjuntivo ou em uma cavidade do corpo. Lucas (14,20) narra a cura que Jesus realizou em um homem que padecia dessa moléstia (MAZANARES, 2013, p. 146).

³³ O termo é derivado da palavra grega *daimon*, originalmente designava seres superiores situados em certas ocasiões entre os deuses e os homens. Outras vezes ele se referia a termos que falavam no interior das pessoas (Sócrates era inspirado por um *daimon*). Nas Escrituras, tem-se uma literatura vasta sobre o assunto – refere-se a espíritos imundos (...) voltados para o mal. No judaísmo do segundo Templo, era muito comum a crença nos demônios e nas suas possessões – atribuía-se à origem de muitas doenças. Afirmava-se que eles estavam por trás das divindades e dos poderes políticos do paganismo. Os Evangelhos refletem ideias semelhantes às do judaísmo do segundo Templo. Crê-se que o diabo controla poderes políticos mundiais (Lc 4,5-8). Os demônios se encontram por trás de muitas doenças e enfermidades (Mc 9, 14-29). Seu Chefe Satanás lança mão da mentira e da violência (Jo 8,44). Semeiam a cizânia no Reino (Mt 13,38). (...). (MANZANARES, 1997, p. 86).

³⁴ A questão do puro ou impuro não está apenas ligado estritamente à questão a religião. Algumas profissões geravam verdadeira exclusão social, visto que os que delas se serviam para sobreviver, eram impedidos, legalmente, de ocupar qualquer cargo público, podendo até chegar a perder os direitos civis (ECHEGARAY, 1982, p. 113).

como havia muitas pessoas à margem da sociedade, seu sofrimento era acentuado pois se sentiam abandonadas por Deus: “Ao entardecer, quando o sol se pôs, trouxeram-lhe todos os que estavam enfermos e endemoninhados” (Mc 1,32). Marcos (1,16-20), com o intuito de desconstruir essa mentalidade excludente, formalista e alienante, aponta para o jeito de Jesus ensinar, ao propor uma ruptura em relação à imposição legalista: ensina com liberdade e sugere uma vida nova; pede, convida que o siga, oferece um novo projeto, o Reino de Deus (MESTERS; LOPES, 2003, p. 30).

Há ainda o problema de os cristãos serem obrigados a cultuar o Imperador como o verdadeiro Senhor. Sua imagem era exposta em templos e espaços públicos das cidades. Os que se recusavam em praticar esse ato eram considerados como ateus e sacrílegos, e eram punidos e sacrificados nas arenas dos estádios. Inúmeras vezes a multidão enfurecida gritava ao ver os cristãos entrarem na arena: “Morte para os ateus, queimem os ímpios” (LESBAUPIN, 1975, p. 15). O Imperador era divinizado como mediador dos deuses, exigindo queimar incenso em sua honra. Aquele que recusasse essa prática era considerado ateu (SCHIAVO; SILVA, 2011, p. 25).

Erigiam-se monumentos que expressavam o credo do florescente culto ao Imperador como o Salvador que trouxera paz e realizações:

Ó diviníssimo César [...] princípio de todas as coisas [...], pois quando tudo caía [...] ele restabeleceu a ordem e deu ao mundo inteiro uma nova aurora; César [...] a boa fortuna comum de todos [...] início da vida e da vitalidade [...] início do ano novo. Enquanto a providência regulou toda nossa existência [...] levou a nossa vida ao ápice da perfeição ao nos dar o Imperador Augusto, a quem a providência encheu de forças para o bem estar dos homens, enviado a nós como Salvador, pôs fim à guerra e colocou todas as coisas em ordem, tendo-se manifestado deus, César realizou todas as esperanças de tempos anteriores [...] O aniversário do deus Augusto tornou-se para o mundo inteiro o começo das boas novas (*evangelion*), com relação a ele que uma nova era comece a partir de seu nascimento (HORSLEY, 2004, p. 29-30).

Para manter a fidelidade e a lealdade ao Imperador, utilizavam-se da força, submetendo a todos ao castigo e ao terror. Entre as formas de castigo e terror destacavam-se a prática da crucificação e o degolamento em massa. Incendiavam também as aldeias e massacravam as cidades. Não tinham outro propósito a não ser aterrorizar as pessoas. Afirma-se que “Roma não permitia o mínimo sinal de fraqueza diante dos levantes ou das rebeliões” (PAGOLA, 2012, p. 32-3).

Também Herodes mantinha de tal maneira o controle que não deixava margem nem oportunidade para protestos ou reclamações:

[...] Herodes tratava as questões relacionadas a qualquer gesto de agitação, com trabalhos duros. Proibia reuniões públicas, grupos andando juntos, e a vida comunitária normal. Toda atividade era vigiada. As punições para os que eram flagrados eram impiedosas e muitos foram levados pública ou secretamente para fortalezas Hircânia e ali executados. Tanto nas cidades como em estradas abertas havia homens que espionavam aqueles que se encontravam [...] Os que se recusavam obstinadamente a adaptar-se a estas coações sociais eram punidos das mais diversas maneiras [...] e aqueles que mostravam alguma coragem e indignação em relação à sua imposição, eliminava-os de qualquer maneira possível (JOSEFO, 2004, p. 363-9).

As estruturas da política imperial, representadas pelos reis e pelos imperadores, mas também pelos altos dirigentes da cúpula da religião judaica, personificavam, de acordo com Mesters e Lopes (2003, p. 30), o poder do mal. Marcos (1,23-26) indica a forma de como expulsar esses “demônios” do poder que tomava conta das pessoas e as alienava de si mesmas. Ele propõe que o mal seja combatido nos ensinamento de Jesus, que propõe a liberdade e dignidade. A mesma orientação poderia ser aplicada nos dias de hoje, pois vivemos situações semelhantes àquelas do século I, ou seja, situações de opressão causadas por ideologias políticas e religiosas que alienam as pessoas de si mesmas, e que são sustentadas pela mídia e pelo poder estatal.

Na prática da religião judaica, o apego ao legalismo e ao ritualismo era mais uma forma de exclusão, de separação, pois as posições eram radicais e variavam entre proibições e punições aplicadas àqueles que descumprissem as normas estabelecidas. Jesus, segundo afirma Horsley (2004, p. 15), em algumas situações, entra em conflito diretamente com os líderes judaicos, sobre assuntos religiosos; com os fariseus, sobre a interpretação da lei; com os sumos sacerdotes, sobre a operação do Templo, compreendido como instituição religiosa apenas. Ele ainda enfrentou muitos problemas em relação ao entendimento e à interpretação da Lei judaica, entre eles: a proibição da cura em dia de Sábado (Mc 3,1-6); a questão da impureza de comer com as mãos sujas (Mc 2,16-17) e comer as espigas de trigo no campo (Mc 2,23-24).

Ademais, o sistema escravagista do centro judeu, baseado na lei do puro e do impuro, segundo Ferreira (2009, p. 142) foi a causa de maior exclusão da grande

legião de desfavorecidos e, por conseguinte, do impedimento da realização do Plano de Deus. Na prática, as pessoas menos favorecidas eram condenadas duplamente: em primeiro lugar, eram socialmente pobres, devido à exclusão do sistema econômico imposto pelo poder dominante; em segundo lugar, pelo cumprimento das normas legais de cunho religioso. Como não havia alternativa, o único caminho, para muitos, era a marginalização e o abandono.

Outra questão a ser levantada refere-se ao preceito da prática do jejum, que estava ligada ao ritualismo, ao legalismo, ao cumprimento de regras externas. Era uma prática muito antiga, um costume mantido por muitas religiões. O próprio Jesus fez uso dessa prática: após o Batismo, ele jejuou durante 40 dias (Mt 4,2). No entanto, Jesus confere um novo significado a essa prática (Mc 2,18). Para os discípulos que estavam comprometidos e envolvidos com a causa de Jesus e do Reino de Deus, não havia a necessidade de jejuarem. Infere-se disso que a prática do Jejum só teria sentido se fosse realizado a serviço da vida e da esperança (MESTERS; LOPES, 2003, p. 49).

Diante deste quadro com tantas questões e com tantos desafios, foi surgindo a necessidade de registrar, compilar e organizar essas tradições por escrito. E o primeiro a registrar esses acontecimentos em um Evangelho foi Marcos no ano 70 d.C.

Na época da compilação dos Evangelhos, ocorreram muitos conflitos e discórdias. Tinha-se como propósito “questionar e argumentar práticas e posturas de fé atuais olhando para o passado e para origem dessa fé” (MOSCONI, 2006, p. 54). Para Marcos era necessário fazer um trabalho de resgate e seleção de memória e organizá-lo em um só texto. Hoje, as várias tradições escritas de espiritualidades, posturas sociais e teológicas, oriundas de diversas comunidades, conflitam entre si. À luz dessas descobertas, os Evangelhos não podem descurar de reconstruir a história de Jesus de Nazaré e de seu movimento. Significa dizer que não apenas transmitiriam coisas do passado, “mas examinaram simultaneamente as situações da história das próprias comunidades no que tange à fé, aos conflitos, às dificuldades e esperanças” (REIMER, 2012, p. 34). Como já havia muito material escrito sobre Jesus, e, além disso, muitas tradições orais sentiu-se a necessidade de organizar em um só texto o “mais importante sobre a vida e a prática de Jesus” (MOSCONI, 2006, p. 67).

Em meio às dificuldades e conflitos vividos pelo povo da Palestina, do século I, Marcos recolhe os testemunhos de fé e de vida das comunidades e elabora por escrito seu Evangelho. Escreve-o com o objetivo de animar as comunidades para seguir em frente, a reviverem o que Jesus ensinou e testemunhou. Nesses escritos, Marcos recorda que Jesus é o Filho de Deus, mas também que Jesus é, Ele mesmo, o Reino de Deus entre nós. Isso, porém, exige mudanças na forma de pensar e de agir; suscita a fé (Mc 1,15). Propõe que se faça uma opção radical: escolher o Deus da vida, romper com as estruturas do mal e da morte, impostas pelo poder romano (SANTOS, 1998, p. 25-26).

Tendo por base esse contexto no qual se estruturava a sociedade no tempo de Marcos, apresentaremos, no segundo capítulo, a reflexão teológica do Evangelho de Marcos sobre o Reino de Deus.

2 O REINO DE DEUS NO EVANGELHO DE MARCOS

No primeiro capítulo desta tese, tratamos do contexto social, político e econômico da Palestina do século I, a fim de contextualizar Marcos com relação à sua realidade. Destacamos, assim, as dificuldades e os desafios enfrentados pelo povo diante do poder judaico-romano e evidenciamos a situação de numerosos conflitos, tais como: guerras, perseguições, torturas, fome, escravidão, enfim, todos os tipos de explorações.

É nesse contexto que Marcos começa a escrever o seu Evangelho. Recolhendo as contribuições de várias comunidades, ele inicia a elaboração do texto com o objetivo de amenizar a dor e o sofrimento de tantas pessoas.

Já no primeiro versículo do capítulo Marcos apresenta Jesus como o “Evangelho”. Faz uma articulação com o versículo quinze, onde diz que “o tempo se cumpriu o Reino de Deus está entre vós”. Podemos interpretar essa passagem do texto como o anúncio do fim de um tempo de torturas e opressões, pois o Reino de Deus implica libertação e vida nova.

Adiante, aprofundamos questões do Evangelho e do Reino de Deus, percorrendo o seguinte roteiro: Quem é Marcos? Local e data em que escreveu seu evangelho. A Galileia, como lugar do primeiro anúncio do Evangelho. Estrutura teológica e literária do Evangelho de Marcos. O Evangelho de Marcos surge numa situação de conflitos. Exegese do texto de Marcos (1,14-15).

2.1 QUEM É MARCOS?

O Evangelista Marcos é identificado por Barbaglio, Fabris e Maggioni (1990, p. 428) como um cristão originário de Jerusalém, de nome João, apelidado Marcos (At 12,12), que teve uma primeira experiência missionária em companhia de Pedro e de Barnabé (At 12,25; 13,5. 13; 15,37-39) e parece ter se mudado para Roma (Cl 4,10), como colaborador de Pedro (1Pd 5,13). Remetendo-se à época da patrística (At 12,12.25; 13,5-13; 13,37-39; Cl 4,10; Fm 24; 2Tm 4,11), Brown, Joseph, Fitzmyer (2011, p. 65) identificam Marcos como João Marcos.

Embora Marcos seja descrito como companheiro de Paulo (1Pd 5,13), Pedro o descreve como colaborador, chamando-o de “meu filho Marcos”. A opinião mais

comum e difundida desde o século I, de acordo com Soares, Correia Jr. e Oliva (2013, p. 18), assinala “João cognominado Marcos” (At 12,12a; 12-25), como o autor do Evangelho que leva o nome de “Evangelho de Marcos”. Não podemos esquecer de que Marcos era filho de Maria (At 12,12a), uma discípula de Jesus em Jerusalém, e que a tradição assegura terem ocorrido às reuniões das primeiras comunidades na própria casa de Maria, motivo este que poderia ter levado Pedro, ao fugir da prisão, a refugiar-se na residência da mãe do Evangelista.

Durante algum tempo, Marcos acompanhou Paulo e Barnabé, na primeira grande viagem missionária em terra pagã, ao sul da Ásia Menor (At 13,1; 14,28), desenvolvendo, ao que parece, tarefas administrativas na qualidade de assistente (At 13,5). Em Panfília, Marcos se separou dos seus companheiros e voltou para Jerusalém (At 13,13). Mais tarde Barnabé, primo de Marcos (Cl 4,10), mesmo contra a vontade de Paulo, chama-o para a missão em Chipre. Algum tempo depois, Paulo reconcilia-se com Marcos chamando-o de um dos seus colaboradores. Marcos, então, é mencionado como alguém do círculo mais íntimo de Paulo (2Tm 4,11).

Apesar da ligação com a atividade apostólica de Paulo, constata-se que Marcos tenha mantido um forte vínculo com o apóstolo Pedro, o autor da primeira carta que se refere à relação entre os dois como pai e filho (1Pd 5,13). Sustenta-se que essa relação remonte aos primeiros tempos da Igreja em Jerusalém, quando Pedro parece ter frequentado a comunidade cristã que se reunia na casa de Maria, mãe de Marcos. Ainda conforme uma antiga tradição, Marcos era ouvinte da pregação do apóstolo, que anunciava os atos do ministério e da morte de Jesus, um redator de suas memórias (SOARES; CORREIA JR.; OLIVA, 2013, p. 19).

Pode-se dizer que, por sua personalidade, Marcos se definia como um homem livre que, à luz da sua fé em Cristo, foi capaz de viver a vida surpreendendo as pessoas com quem convivia. Imprimindo nos seus escritos esse caráter, não é difícil a um leitor atento se encantar com a coragem de Marcos, na forma de narrar os acontecimentos sobre o Reino, e suas convicções sobre Cristo Jesus (SOARES; CORREIA JR.; OLIVA, 2013, p. 20).

2.2 LOCAL E DATA DE ESCRITA DO EVANGELHO DE MARCOS

Não há concordância exata com relação à data e ao local onde o Evangelho de Marcos foi escrito, variando, segundo Soares, Correia Jr. e Oliva (2013, p. 15), de autor para autor. Alguns sustentam que o texto fora escrito em Roma, quando Marcos lá esteve a convite de Paulo (2Tm 4,1-11). Outros, no norte da Palestina, Galileia, devido à importância geográfica e ao significado teológico da Galileia, como terra helenizada, onde nasce o movimento de Jesus, a partir do qual as portas se abrem para evangelização do mundo greco-romano.

Há ainda autores que defendem, segundo observa Marques (2012, p. 2), que o Evangelho de Marcos teria sido escrito em Roma, logo após o martírio de Pedro, entre 64 e 76 d.C., numa época em que as comunidades cristãs sofriam fortes perseguições do poder imperial romano, além da perseguição de Nero em 66 d.C. Outros, por sua vez, o situam até mesmo na Síria.

Dentre essas várias possibilidades, Mesters (2008, p. 17) sugere que o local onde o Evangelho de Marcos foi escrito é Roma, não só porque Pápias também indicara esse lugar, mas também porque, de acordo com Brown, Fitzmyer e Murphy (2011, p. 66), devido aos vários empréstimos de vocabulários latinos no texto grego e também pela atmosfera de perseguição iminente que permeia a narrativa do Evangelho.

Nesse sentido, uma antiga tradição, testemunhada por Pápias, Bispo de Hierápolis, por volta de 150 d.C., sustenta que o Evangelho de Marcos, “intérprete de Pedro”, teria sido composto em Roma, após a morte de Pedro, segundo o testemunho de outro documento do século II, “o prólogo antimarcionista”, do escritor Irineu de Leão. Combinando esses dados da tradição com as indicações do próprio Evangelho, poderíamos situar sua composição em Roma (BARBAGLIO; FABRIS; MAGGIONI, 1990, p. 428). Contudo, atualmente, muitos estudiosos acreditam que esse escrito tenha surgido, de fato, na Galileia.

Dentre as propostas apresentadas, fazemos a opção pela da Galileia, como provável lugar onde Marcos escreveu seu Evangelho, pois, concordamos com Mauro Odoríssio (2000, p. 10), que afirma não ser viável que uma comunidade cristã nova, como a romana, tivesse as condições de possuir a documentação-base usada pelo evangelista.

Além disso, apesar de muitos afirmarem que o Evangelho de Marcos tenha sido escrito em Roma, refutamos essa hipótese porque, baseados na análise realizada no primeiro capítulo desta tese, que apresenta o contexto social, político, econômico e religioso da Palestina do século I, período em que Roma estava em guerra contra o povo judeu, é altamente improvável que Marcos tenha preparado o seu Evangelho na capital do Império Romano.

Veremos, a seguir, que a atividade missionária de Jesus, ou seja, o anúncio do Reino de Deus fora realizada de forma mais intensa na Galileia e em seus arredores.

2.3 GALILEIA, LUGAR DO PRIMEIRO ANÚNCIO DO REINO DE DEUS

Foi na Galileia e em seus arredores, segundo Marques (2012, p. 12), onde Jesus, conhecendo as tensões existentes na Palestina e entre os diversos grupos e regiões, desenvolveu a maior parte da sua atividade missionária. Uma vez que os adversários de Jesus vêm do centro de Jerusalém (Mc 3,22; 7,1), onde se tem ciência de que a Palestina e as regiões limítrofes a ela não estão habitadas somente por judeus (Mc 7,24-25), não é difícil concluir que os principais destinatários na comunidade marcana são também os gentios. Daí justifica-se os ensinamentos de certos costumes e práticas judaicas, citando, por exemplo, a lei do puro e do impuro (Mc 7,1-23) e o uso de termos em aramaico e sua tradução em momentos-chave da narrativa como: Talitha Kum, “menina levanta-te” (Mc 5,41); Efatha, “abre-te” (Mc 7,34); Abba, “pai” (Mc 14,36); e Eloi, Eloi, Lemá sabachtáni, “meu Deus, meu Deus porque me abandonaste” (Mc 15,34).

Jesus inicia sua atividade na Galileia, em Cafarnaum, e nos arredores do lago (Mc 1,14-7,23). Faz algumas breves visitas fora dos confins da Palestina, para depois encaminhar-se rumo à capital na Judeia (Mc 7,24-10,52). Vale destacar que a maioria dos ensinamentos do Jesus, mostrados por Marcos, ocorre fora dos centros considerados legais, controlados pelas elites judaicas. Esses ensinamentos acontecem em contato com a natureza, na montanha (Mc 3,13; 6,46) ou à margem do lago (Mc 1,16; 2,13; 4,1), do barco (Mc 4,1; 4,36. 37). A Galileia foi, então, o lugar onde Jesus iniciou sua missão pela causa do Reino (Mc 1,14-15).

Jesus ressuscitado é o mesmo Jesus de Nazaré, que curou os doentes, abriu os olhos do cego, a boca dos mudos, os ouvidos dos surdos (MOSCONI, 2006, p. 100). Foi ele quem trouxe um novo modo de ensinar, que implica na seguinte asserção teológica: “Ele é novo Templo”, em oposição ao legalismo, prevalente praticado pelos judeus. Sua mensagem vai para além das sinagogas judaicas, com um alcance universal, contemplando outros povos, rompendo, assim, com a mentalidade nacionalista prevalente no mundo judaico (e que persistiu no catolicismo romano até a realização do Concílio Vaticano II).

Em razão disso, o Reino de Deus é anunciado na Galileia, terra dos pagãos, pois é o lugar da missão, onde se encontram povos judeus e não judeus (BARBAGLIO; FABRIS; MAGGIONI, 1990, p. 423).

A seguir, apresentamos a estrutura literária e teológica do Evangelho de Marcos e como nele se insere o Reino de Deus.

2.4 ESTRUTURA TEOLÓGICA E LITERÁRIA DO EVANGELHO DE MARCOS

O Evangelho de Marcos possui duas partes: a primeira (Mc 1-8) vai do anúncio da vinda de Jesus até a solene confissão de Pedro: Tu és o Messias, o Cristo, o Filho de Deus, até que o alcance real desses termos seja esclarecido. A segunda parte (Mc 9-16) explica suficientemente que tipo de messias é Jesus de Nazaré. Diante do patíbulo, a ambiguidade é dissipada quando o centurião proclama: “este homem era verdadeiramente o Filho de Deus” (Mc 15,39). Essa afirmação encontra seu corolário na ressurreição (NODARI; CESCONE, 2009, p. 8).

Identificamos desta forma, os três pilares deste Evangelho: o prólogo (Mc 1,15), início do Evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus, que aos poucos suscita a pergunta sobre a identidade de Jesus, sobre o seu mistério: É Jesus quem pergunta: “Quem dizem os homens que eu sou?” ao que Pedro responde: “Tu és o Cristo, Filho de Deus”. Desse centro ideal da narrativa marcana, parte o segundo pilar que pretende manifestar o que o próprio Jesus compreende por Cristo, o Filho de Deus, o qual é, conseqüentemente, o verdadeiro caminho do discípulo. O terceiro pilar é o ponto de chegada do Evangelho de Marcos: a confissão de fé do centurião, aos pés da cruz (Mc 15,39), de que Jesus é realmente o Messias, o Filho de Deus.

Responde-se, também, a outra pergunta sobre o discipulado: discípulo de Jesus é aquele que toma sua cruz e o segue (NODARI; CESCÓN, 2009, p. 9).

Dessa forma, a primeira parte do Evangelho de Marcos, segundo Nodari e Cescon (2009, p. 61) trata da revelação e compreensão do Reino de Deus, buscando mostrar como se dá a acolhida da palavra de Deus. À medida que vai revelando a identidade e messianidade de Jesus, insiste na perseverança e disposição que se deve dar à escuta da mensagem de Deus. Na segunda parte, entra na dinâmica do Reino. Isto se dá, por exemplo, no episódio da confissão messiânica de Pedro (Mc 8,27-30), em que percebemos claramente essa mudança já preanunciada em Marcos (8,22-26), no episódio do cego de Betsaida. Marcos (8,27-16,8) mostra-nos também o caminho e o mistério do Filho de Deus, por meio da confissão de Pedro de que Jesus é o Messias (Mc 8,27-30). Anuncia a paixão e a última subida de Jesus a Jerusalém (Mc 8,31-10,52). Relata o ministério de Jesus em Jerusalém (Mc 11,1-16,8), narrando sua ressurreição, ascensão e envio dos discípulos para anunciar o Reino de Deus (Mc 16,9-20) (FERREIRA, 2012, p. 80). Assim, os discípulos veem e seguem o que Jesus faz. Em contrapartida, Jesus se dirige aos discípulos com mais frequência e intimidade. Mesmo em direção à cruz, Ele oferece uma visão cheia de esperança da história do seu início e de seu fim.

O objetivo central do evangelista Marcos é, de acordo com Ferreira (2012, p. 69), apresentar a pessoa do homem de Nazaré (Mc 1,9) e a questão nevrálgica de sua obra consiste em responder à pergunta: Quem é Jesus? (Mc 8,27ss). Jesus é apresentado como sendo o próprio Evangelho, presente no meio da comunidade: “Ele é o anúncio do Reino de Deus no meio de nós” (Mc 1,14-15). Ou seja, segundo Nodari e Cescon (2009, p. 16), “Jesus se converte de anunciador a anunciado na mensagem de boa nova, em seu objeto e conteúdo essencial”. O Evangelho é, ao mesmo tempo, Boa Nova sobre Jesus e que é trazida por Ele (BALANCIN, 2011, p. 12).

Quando comparamos os Evangelhos Sinóticos (Marcos, Mateus e Lucas), percebemos um dado interessante: Mateus disse que escreveu “um livro”; Lucas falou que escreveu “uma narrativa coordenada dos fatos” e Marcos afirmou que apresentou o “evangelho de Jesus Cristo”. Nós, que temos o costume de chamar todos os três de evangelho, devemos nos perguntar por que somente Marcos considerou o seu escrito como evangelho? O que quis dizer com esta palavra? Duas

citações exemplificam o porquê do uso desse conceito. Em dois tópicos de Marcos (8,35 e 10,29), a palavra evangelho só apareceu na sua narrativa. Mateus e Lucas, naquele mesmo lugar, usaram outra expressão. O próprio Marcos também falou, como Mateus e Lucas, “por causa de Mim”. Por que ele acrescentou “por causa do evangelho”? Porque, para Marcos, Jesus mesmo era o Evangelho, o Cristo pregado pelos apóstolos e seus seguidores. Marcos empregou essa palavra com o objetivo de mostrar à sua comunidade, e também à nossa, que o Cristo está presente no Evangelho. A expressão foi usada muitas vezes em Marcos (1,1; 1,14-15; 8,35; 10,29; 13,10; 14,9), e, sempre, no sentido de que, quando uma proclamação é realizada, o que é proclamado torna-se uma realidade viva. É a proclamação do Evangelho que torna Jesus presente para nós, no momento em que escutamos esta palavra. O resumo do conteúdo do Evangelho, para Marcos, é Jesus, o Cristo. Em qualquer passagem, pode-se substituir a palavra evangelho por Jesus Cristo (FERREIRA, 2012, p. 85).

Portanto, Marcos (1,1) mostra que a característica de toda sua obra é ser “Evangelho” e, por isso, ele deve ser lido, como uma proclamação e não como uma narração sobre Jesus. O Senhor Ressuscitado é o autor do Evangelho e também é o seu conteúdo. Assim, na proclamação, o Ressuscitado se presentifica. Em e pelo Evangelho, o Senhor Ressuscitado manifesta a presença de sua vida terrestre e de sua vida sempre atual. A finalidade do Evangelho é revelar o Ressuscitado que está junto com os seus ouvintes no ato da proclamação.

O Evangelho de Marcos é apresentado por Brown, Fitzmyer e Murphy (2011, p. 66) em uma estrutura literária teológica geográfica compacta. O aspecto geográfico caracteriza o movimento da Galileia e de seus arredores. Após o prólogo (Mc 1,1-15), a primeira metade do Evangelho descreve a atividade de Jesus na Galileia e arredores (Mc 1,16-8,21). A segunda metade enfoca Jerusalém: a viagem da Galileia a Jerusalém (Mc 8,22-10,25), as ações simbólicas e os ensinamentos durante a primeira parte da Semana da Paixão, em Jerusalém (Mc 11,1-13,37), e a Paixão e Morte (Mc 14,1-16,8).

O Evangelista Marcos apresenta Jesus como o Filho Amado de Deus (Mc 1,1-15) e já na primeira parte do texto revela toda a messianidade Dele (Mc 1,16-8,26). Marcos (1,16-3,6) também apresenta a cegueira e a oposição dos adversários de Jesus, para os quais, a questão da pureza ocupava um lugar central e era mais

importante do que a justiça do Reino. Da mesma forma, Jesus enfrenta a cegueira em Nazaré da Galileia e a cegueira dos seus próprios discípulos (Mc 8,14-16).

Essas atividades de Jesus vão suscitando, na primeira comunidade marcana, interrogações a respeito de sua identidade. “Quem era Jesus”? O vento e o mar o obedeciam (Mc 4,41); tinha poderes sobre o mal (Mc 5,1-20); curava e perdoava os pecados (Mc 2,1-12); limpava os leprosos (Mc 1,40-45); ressuscitava os mortos (Mc 5,21-43). Quem era este que interpretava, com tanta liberdade e autoridade, a Palavra de Deus? Quanto mais Jesus revelava seu poder, tanto mais provocava a oposição e incompreensão dos que o rodeavam. No episódio da cura dos dois cegos (Mc 8,22-26: Betsaida) e (Mc 10,46-52: Jericó), vistos no contexto das cegueiras humanas, o Evangelista pretende levar os seus leitores a descobrirem que, se Deus não abrisse os olhos, se não transformasse a maneira de ver as coisas, não seriam capazes, por si mesmos, de entender o mistério da cruz do Filho do Homem e, muito menos, de seguir Jesus no caminho da cruz que, a partir do capítulo 8, versículo 31, dominou todo o Evangelho de Marcos.

Uma forma de responder à questão de quem era Jesus, na perspectiva de Marcos, foram os milagres entendidos, sobretudo como forma de manifestar o poder libertador para os pobres e excluídos. Sem dúvida, a libertação era uma forma de denúncia das estruturas excludentes, por isso, os milagres iam respondendo quem era Jesus, que os libertava das doenças e da morte, tinha poder sobre os espíritos impuros e demônios, perdoava os pecados, tinha poder sobre a natureza e até andava sobre as águas do mar. Vejamos, a seguir, as referências de alguns desses milagres:

Passagem	Milagre realizado por Jesus
Mc 1,23ss	Expulsão de um espírito mau de um homem
Mc 1,29ss	Cura da sogra de Pedro
Mc 1,40ss	Cura de um leproso
Mc 2,1ss	Cura de um paralisado
Mc 3,3ss	Cura de um homem que tinha a mão seca
Mc 4,35-41	Aclamação da tempestade
Mc 5,1-20	Expulsão de um espírito mau de um homem que se apossa de uma manada de porcos

Mc 5,21-46	Ressurreição da filha de Jairo e cura da mulher com hemorragia
Mc 6,30-44	Multiplicação dos pães (primeira vez)
Mc 6,46-48	Caminhada sobre as águas
Mc 7,32	Cura de um surdo-mudo
Mc 8,6	Multiplicação dos pães (segunda vez)
Mc 8,22	Cura de um cego de nascença

Após a apresentação desses vários milagres, Marcos trata da epifania secreta, ou seja, não se devia falar nada do que se via a ninguém. Assim, o Evangelista muda as perspectivas das esperas messiânicas do judaísmo e da Igreja perseguida, pois, para a comunidade de Marcos, o segredo messiânico explica-se dentro de um contexto de perseguição, em que era necessário ter cuidado com as autoridades romanas. Jesus teve, segundo Nodari e Cescon (2009, p. 20), diante dessa realidade persecutória, de usar certa “precaução e pedagogia seja com a multidão seja para com os discípulos”.

Apesar de as expectativas messiânicas serem bastante entusiásticas, elas não correspondiam ao projeto do Reino, que, necessariamente, passaria pelos desafios da cruz. Nessa perspectiva, resgatando a profecia do servo sofredor (Is 49,3ss.), Marcos apresenta-nos Jesus que orienta os discípulos no caminho da cruz e que não alimenta esperanças triunfalistas. Mesmo sendo o Evangelho do Reino anunciado em uma situação de lutas e conflitos, “Os anúncios da paixão em Marcos queriam desmistificar o triunfalismo do messias e colocar a cruz como centro de reflexão” (FERREIRA, 2012, p. 70).

O Evangelho Vivo, dessa forma, testificado por sua prática, confessa, segundo Balancim (2011, p. 13), que Jesus era o Filho de Deus. Com isso, Marcos desmascara outras atribuições, tais como as que consideravam como divinos homens e suas práticas. Enquanto Marcos escrevia o seu Evangelho, a propaganda romana fazia elogios a César como homem divino e celebrava a sua subida ao poder como Evangelho. Em outras palavras, as ordens do Imperador eram recebidas como mensagens divinas, portanto, mensagens alegres, e seus mandamentos, recepcionados como sagrados. No entanto, a mensagem engendrada por Marcos, a de que Jesus é o Filho de Deus, constitui-se um verdadeiro desafio à organização da propaganda Imperial dos romanos, e, por isso, esse Evangelho anunciado por

Marcos é tido, desde o seu título, como subversivo: “Anuncia-se o Reino de Deus, reino do amor-serviço-solidariedade em oposição ao reino da dominação e a exclusão” (SANTOS, 2012, p. 35).

Para Roma, de acordo com Ferreira (2012, p. 75), o único evangelho era o anúncio do Imperador, e Marcos subverte esta concepção ideológica ao afirmar que o Evangelho era Jesus. Entretanto, não se podia passar esta mensagem abertamente, por isso a comunidade marcana colocou o segredo messiânico na boca de Jesus, para defender as comunidades cristãs que corriam perigo nos anos 70, sob o domínio do Império.

Isso era, sem dúvida, uma forma de sobreviver e resistir aos conflitos daquela época. E essa resistência significava vida e fortalecimento para a comunidade de seguidores. Logo, para anunciar o messias, era preciso vigilância (Mc 13), e Ele não poderia ser revelado antes do tempo, para não antecipar sua morte, nem a comunidade de Marcos poderia ser reconhecida diante dos conflitos, pois o segredo messiânico retratava uma vigilância consciente e altamente politizada. Pouco a pouco, torna-se evidente para Marcos e para sua comunidade a inevitabilidade da cruz, como centro de toda sua reflexão, uma vez que o próprio Jesus manifestou sua consciência de que, para a realização do Reino de Deus, era obrigatório passar pela cruz.

A comunidade marcana, que era bastante crítica diante da situação mundial, conclui, então, que se devia superar a mentalidade triunfalista, pois todos precisavam entender que o messias fora preso, torturado e morto. Com isso, os anúncios são escritos como advertência diante das perseguições e o Evangelho é um retrato da crise dos anos 70 d.C. Eis o porquê de ser a cruz o clímax do Evangelho de Marcos (ALEGRE, 1988, p. 5-6).

Em resumo, é possível, segundo Gorgulho e Hoefelmann (1987, p. 29-30), enumerar sete etapas do caminho para Jerusalém, na direção da morte:

- *Primeira etapa*: a confissão de Pedro (Mc 8,27-9,29): relação fé X satanás X a nova prática cristã;
- *Segunda etapa*: a caminhada na comunidade dos pequenos (Mc 9,30-49). O importante era não sujar (escandalizar) os pequenos, como faziam o modo de produção escravagista romano e o legalismo judaico;

- *Terceira etapa*: decisão pelo novo (Mc 10,1-32). Faltava o novo para o rico que vivia a Lei;
- *Quarta etapa*: o serviço era um resgate (Mc 10,32-52): “Entre vocês vai ser diferente”. A força do serviço era a única arma de poder dentro do projeto de Jesus;
- *Quinta etapa*: o serviço libertava do sistema do Templo (Mc 11,1-12,12). A figueira que secou era o símbolo do formalismo religioso do Templo. Tinha que acabar com ele, pois a raiz secou. Era necessário substituí-lo pelo sistema da “realeza dos pobres” (entrada em Jerusalém);
- *Sexta etapa*: libertação (Mc 12,13-44). Se nas controvérsias com os fariseus, saduceus, escribas se anunciava o fim do Templo e do estado, era preciso propor um projeto alternativo: “Dar a César (...)”, ou seja, transformar a política do Estado. Neste momento, houve o anúncio novo para os seus pequeninos: a questão da vida. Diante dos saduceus e a visão da morte, Jesus anunciou a religião do Deus Vivo e da Ressurreição como luta pela vitória da vida;
- *Sétima etapa*: a esperança era a vinda do Filho do Homem (Mc 13,1-37): o caminho não tinha fim. O Cristo precedia sempre para que os seus seguidores continuassem a marcha na história.

A seguir, analisamos as situações conflitivas em que surgiu o texto de Marcos e que influenciaram diretamente sua composição.

2.5 O TEXTO DE MARCOS SURGE EM UMA SITUAÇÃO DE CONFLITOS E CONFRONTOS

Um período de intensos conflitos e de profunda crise interna entre Judeus e Gentios (romanos) e entre Roma e o Judaísmo (guerra judaica) permeiam o contexto no qual surgiu o texto de Marcos. Poucos anos antes, o Imperador Claudio havia expulsado os judeus de Roma e, como, no início, os cristãos estavam ligados aos judeus, toda a comunidade marcana que estava em Roma também sentiu os efeitos da expulsão.

Provocado por tais questões, Marcos tem em mente equacionar o conflito entre Judeus e Gentios (romanos) e ajudar as comunidades cristãs a enfrentarem o trauma da perseguição romana (SOARES; CORREIA JR.; OLIVA, 2013, p. 15).

Por isso, ele se propõe a responder a questão: “Quem é Jesus?”, para dar força e coragem aos cristãos no mundo estrangeiro. Nesse sentido, Ferreira (2009, p. 142) diz que “o conflito no relato de Marcos expressa a prática clara, livre e decidida de Jesus”. A resposta a essa questão não pode ser dada imediatamente, pois ela vai se consolidando na atividade consciente das inter-relações humanas em defesa da vida (inversamente às situações de morte) e em favor, sobretudo, dos injustiçados e excluídos.

Marcos, nesse contexto, vai aos poucos respondendo para nós a questão: apresenta a identidade de Jesus (8,27-29), ao mesmo tempo em que vai mostrando o Reino de Deus, como o rosto antagônico à proposta dos grupos que controlavam Jerusalém. Ou seja, o Reino de Deus para Marcos era um projeto em prol dos pobres e sofredores e, como já vimos, o sistema escravagista romano e o centro judeu, baseado na lei do puro e do impuro, são a causa maior de exclusão da grande legião de desfavorecidos e, conseqüentemente, do impedimento da realização do Plano de Deus.

Com relação ao Plano de Deus, a meta de Jesus é fazer com que ele se consolide em favor da vida e da esperança, sobretudo e principalmente, dos excluídos do sistema. Dessa forma, o Evangelho (Mc 1,21-28) justifica o porquê do primeiro embate de Jesus contra os demônios (ou seja, contra o mal) e suas conseqüências físicas e mortais: doença, fome, marginalização de todo o tipo. Marcos propõe, então, a unidade entre as comunidades, ao mesmo tempo em que esclarece que Jesus não é o Messias do poder e da glória, mas que seu messianismo passa pelo sofrimento e pela cruz (MARQUES, 2006, p. 17).

O Império Romano, que dominava o mundo conhecido àquela época, se encontrava em grande crise e foi nesse momento histórico, segundo Morgado (2011, p. 567), que o Evangelho de Marcos foi escrito: “[...] em um momento trágico, provavelmente no final dos anos 60 e início dos anos 70 d.C”. Em dezoito meses, foram assassinados quatro Imperadores em Roma: Nero, Galba, Otônio e Vitélio. Conduzido na base da força e da violência, o Império, que estava sob o comando de

Vespasiano, sofria graves convulsões internas e estava em constantes guerras contra outros povos, embora muitos deles já estivessem sob seu domínio.

Uma das regiões devastadas por essas guerras foi a do Estado de Israel, que viu desaparecerem grandes instituições israelitas como o Templo, o sacerdócio e os partidos oficiais.³⁵ Foi nesse contexto que a comunidade marcana começou a dizer o que sentia, sempre de forma disfarçada, e de levar alento e incentivo para seus integrantes continuarem firmes na pregação da Boa Nova.

Em uma situação de conflito como essa, junto àqueles que julgavam impossível o ressurgimento da vida por meio dos canais vigentes dos grupos religiosos, políticos, econômicos e sociais, Marcos (1,21-39) apresenta o Reino de Deus, por meio de Jesus, que torna presente o Deus que resgata a vida em todas as suas dimensões. Isso só é possível porque a proposta de Jesus é inclusiva e rejeita todo tipo de descaso para com a pessoa humana, chegando mesmo a irar-se: “[...] contra uma sociedade que não ama seus doentes”, e, por isso, “cura-os e liberta-os da lepra” (NODARI; CESCO, 2009, p. 27). Se, no contexto de Jesus, a lepra era causa de exclusão social, ao curá-la, Ele demonstrava uma atitude de amor em defesa da vida, ao mesmo tempo em que promovia uma reinserção da pessoa na vida social.

Essa conduta foi reprovada pelas autoridades judaicas, que viam esses doentes como pecadores, e, portanto, dignos do que seria um castigo de Deus. Essas pessoas doentes, que eram consideradas impuras, não deviam, portanto, misturar-se com os que se julgavam puros. Contrariando essa perspectiva, Jesus toma a iniciativa de acolher os doentes e de incluí-los, o que acirrou o conflito com os representantes da elite judaica, cuja crença era a de que, quem tocasse em um leproso, ficaria também impuro.

Os conflitos e confrontos se configuram entre as concepções e práticas judaicas e as atitudes integradoras e libertadoras de Jesus. Por exemplo, uma situação conflitante foi, conforme relata Marcos (2, 3-5), a cura do paralisado, em que Jesus não só perdoa os pecados do paralisado, mas também lhe devolve a alegria de viver. O que está no fundo de toda esta questão é, segundo Nodari; Cescon (2009, p. 29), o confronto com os escribas. Jesus exige compromisso com a vida, os escribas detêm-se no que está escrito na lei, pois, para eles, o mais importante é

³⁵ Israel desapareceu, geograficamente, do mapa, só voltando a existir em 1948.

cumprir a lei. Distanciam-se, portanto, da prática do amor concreto para com a pessoa humana. Em contrapartida, para Jesus, o critério de possibilidade e de legalidade da ação em favor da pessoa humana é a necessidade e a urgência da responsabilidade pela vida. Vale destacar que a vida para Jesus vai para além dos lugares considerados sacros, como templos e rituais, e deve ser priorizada em todo momento e em qualquer lugar, principalmente onde o ser humano esteja sendo ameaçado.

Isso justifica não só o porquê de Jesus ir ao encontro das pessoas humanas do seu tempo, rompendo barreiras e preconceitos, mas também o motivo de ele entrar em permanente conflito com as concepções religiosas e políticas das autoridades judaicas.

Essa transgressão do legalismo judaico, em relação ao puro e impuro, é relatada em Marcos (2,13-17), quando se refere ao episódio do chamado de Levi. Jesus, que não teme os julgamentos dessas autoridades, estende a mão a Levi, que era cobrador de impostos a serviço dos romanos, considerado, por isso, pecador público e que não deveria ser acolhido, e o convida para segui-lo. Mais uma vez o processo de libertação ocorre fora do Templo, reforçando a descentralização da prática de Jesus.

Desse modo, podemos dizer que, em Jesus, parte do que é considerado profano torna-se sagrado, porque Ele tem outra perspectiva: libertar o mundo do egoísmo e da ganância; e é exatamente isso o que ele faz com gratuidade. Seu gesto é considerado, sob o ponto de vista da lei judaica, como provocativo e, portanto, Ele deve ser considerado um transgressor da lei.

Jesus percebe que, para consolidar o Reino de Deus, o conflito com os detentores do poder do centro judeu, que estão a serviço do Império Romano, é inevitável (NODARI; CESCÓN, 2009, p. 32). E as suas consequências desta postura são previsíveis.

Marcos (2,1-3,6) relata a cura do paralisado, questionando o que se pode ou não fazer. O conflito ocorre, então, entre as exigências da lei imposta pelos fariseus e o gesto concreto de Jesus em favor do paralisado. Logo, esse conflito se dá, segundo Bravo (1987), na trama das inter-relações humanas, dentro da própria história, porque ele nasce da experiência de fé no Deus da vida, que rejeita todas as

situações de morte e de injustiças, e que defende os direitos da pessoa humana acima da lei.

Podemos inferir que as atitudes de Jesus, além de contrariar alguns preceitos da lei judaica, primam pelo respeito à pessoa humana. Trata-se, pois, de uma oposição direta entre o Reino de Vida e a morte, conteúdo central da mensagem de Jesus.

Essa questão é tão relevante que, até nos dias de hoje, somos capazes de identificar um conjunto de situações que cabem nessa polaridade, por exemplo, o valor da vida em oposição às guerras, às injustiças sociais e à devastação da natureza.

Não se trata de ir simplesmente contra a prática dos costumes e das tradições judaicas, mas sim de lutar contra práticas que não respeitam os mandamentos de Deus: “Vós abandonais os mandamentos de Deus para seguir as tradições humanas” (Mc 7,8). E é Jesus quem adverte que esta luta de nada vale se não houver nela o exercício do amor e da caridade.

Tal conflito é baseado, segundo Nodari; Cescon (2009, p. 36) que cita Marcos (2,1-6.13), na questão do poder ser e fazer. Ou seja, no que é ou não permitido fazer, no que é legal ou ilegal, do ponto de vista da lei judaica, que coloca em questão a legitimidade da prática de Deus em e por Jesus.

Todavia, o Jesus apresentado por Marcos não conhece limites impostos pela cultura ou pela religião de sua época. Por isso, Sua práxis libertadora vai contra a concepção do centro judeu que, em nome do Deus da lei, fomentava o nacionalismo fanático (Mc 7,1-7; 12,35ss; Mt 3,8; At 1,6); praticava a marginalização (1,39-45); exigia a submissão cega à lei imposta pelos dirigentes (7,1-7; Jo 7,49); celebrava um culto alienante e explorador (Mc 11,17; Mt 12,7; Jo 2,16) e impedia a liberdade e a criatividade, tornando-se impossível o desenvolvimento da pessoa humana (Mc 2,23-26; 3,1-7a). Logo, ao incomodar as estruturas do poder judaico, o centro judeu com seus principais representantes: Sacerdotes, Escribas, Anciãos, Fariseus, Herodianos, Saduceus, passou a assediar Jesus com perguntas capciosas, a fim de fazê-lo cair em contradição, o que poderia justificar a sua prisão e, conseqüentemente, a sua morte (Mc 1,43; 8,31).

Outro conflito que deve ser levado em consideração aqui é o que se estabelece entre Jesus e seus discípulos, motivado, sobretudo, pela profunda

incompreensão deles. Pedro não entende as palavras de Jesus em direção à paixão. Outros discípulos também tinham dúvidas. Assim, configura-se uma crise interna (Mc 8,33-34) e Jesus vê a necessidade de abrir os olhos dos seus discípulos.

No relato da cura dos cegos (Mc 8,22-26; 10,46-52), Jesus mostra aos discípulos que a adesão à causa do Reino de Deus passa pela cruz. Tal relato, que implica a rejeição de um messianismo glorioso, pretende clarear a mente deles, fazendo-os compreender que, para a realização do projeto do Reino de Deus, é necessário passar, para espanto de Pedro, pelo sofrimento. Além disso, Jesus, ao realizar a cura da cegueira dos dois homens, apresenta sinais que vislumbram uma nova realidade: a vitória da vida sobre a morte (BRAVO, 1987, p. 1-7), ao mesmo tempo em que busca também “curar a cegueira” de seus discípulos.

Logo, o conflito central está na vida prática de Jesus, que tem consciência de um projeto de Deus em favor do povo e defende fielmente os pobres e os sofredores. Mas isso se choca com a constatação de uma situação contrária a esse projeto: a do povo excluído da promessa e da vida. Essa descoberta se deve à experiência e à observação que Jesus faz do centro judeu e da “Inflação da Pureza”, como constituintes principais das exclusões que impedem a realização do projeto do Reino de Deus.

Vale lembrar que a causa de Jesus é a mesma causa do Pai: instaurar o seu Reino na história humana. Por isso, o Pai O enviou, para anunciar a mudança dessa situação, que não favorecia nem o povo nem a Deus. A missão de Jesus tem por objetivo, assim, erradicar a fome, as enfermidades, a miséria e a marginalização sociorreligiosa (Mc 1,23-26.30.34; 2,15; 5,2-5; 6,34; 8,2-3). Já no contexto da Galileia do século I, esperava-se também o fim de todo mal causado pelas injustiças praticadas pelos poderes judaicos e pelo Império Romano. Logo, se esse projeto é rejeitado, instaura-se imediatamente o conflito, a exemplo do que ocorre ainda hoje.

Esse conflito, no entanto, torna-se, em vários momentos, inevitável, conforme observa Bravo (1987, p. 10). Embora, em algumas ocasiões, Jesus procurasse até evitar o confronto com o centro, retirando-se para as margens da Galileia (Mc 1,14), houve momentos em que não foi possível evitá-lo. Suas ações em prol do Reino de Deus eram recebidas como afronta aos escribas e fariseus e tornavam-se, para eles, provocativas, desencadeando, com frequência, conflitos. Por exemplo: pregar sem autorização (Mc 1,21); falar com autoridade (Mc 1,22-27); realizar curas em dia de

sábado (Mc 1,22-27); violar a lei da pureza tocando um leproso (Mc 1,41). Suas ações, que eram muitas vezes proibidas pelas autoridades, multiplicavam-se. Jesus come com os pecadores e publicanos (Mc 2,15-17); convida o cobrador de impostos Levi (Mateus) para ser seu discípulo (Mc 2,13-14); é seguido por muitos dos publicanos (Mc 2,15c); desautoriza o jejum (Mc 2,18-22); faz caminhada em dia de sábado (Mc 2,23-26); afirma que o homem é senhor do sábado (Mc 2,27-28). A partir dessa prática de Jesus, constata-se que o maior empecilho para a realização do Reino de Deus estava estratificada no centro e na lei das impurezas da estrutura excludente da sociedade judaica (Mc 7,6-13).

Se o Deus anunciado e testemunhado por Jesus valoriza a vida da pessoa humana (Mc 2,17. 25-26; 3,4. 14ss; 7,7-13; 12,28-31) entende-se que o acesso para Deus se dá na acolhida do outro, para além de qualquer preceito legal excludente (Mc 12,32-33), porque Deus é pura gratuidade e não está submetido a normas nem a regras humanas. É possível concluir, então, que não são os méritos pessoais que justificam a maior ou a menor proximidade para com Ele, mas sim a iniciativa de ir ao encontro da pessoa humana, isso, sim, é de Deus. Resgatando-a e libertando-a da miséria e da opressão: “Eu não vim para os que se julgam sãos, e sim para os pecadores” (Mc 2,17).

Essa prática promove uma ruptura contra as forças dominantes do poder judaico e do Império Romano, porque o Deus do Reino resgata o direito e a liberdade do povo. É Jesus quem realiza orientações para desbloquear e mobilizar a esperança dos infelizes e maltratados, mostrando que o Deus justo intervém em seu favor. Ele resgata, dessa forma, o tema da aliança, do amor e da misericórdia de Deus, que ouve o clamor do povo e lhes faz justiça. Porém, Seu dinamismo não se dá mais por meio da exclusão, mas sim pela proximidade, pela preocupação com a vida. À luz dessa perspectiva (de aliança) nasce uma nova estrutura social, igualitária, pois o amor de Deus e Seu projeto são inclusivos e libertadores (BRAVO, 1987, p. 8).

Ao apresentar essa nova perspectiva, Jesus, segundo Bravo (1987, p. 10), muda o núcleo da religião judaica e coloca Deus no centro. Só assim é possível colocar também o pobre como centro histórico do amor gratuito de Deus. Ele reduz todas as leis do Antigo Testamento ao amor a Deus e ao próximo (Mc 12,29-31), rompe com a lei da pureza, distanciando-se do pensamento farisaico e do

conservadorismo dos saduceus, assim como do comportamento rabínico, grupos dominantes que se tornaram empecilhos para a construção do Reino de Deus e impediam o povo de crer nessa nova mensagem.

Essa reflexão nos leva de volta à questão inicial da identidade de Jesus, cuja resposta está sendo construída aqui e passa, sem dúvida, pelos motivos que levaram à sua morte dentro desse contexto político, econômico e religioso (ALEGRE, 1988, p. 8) retratado no Evangelho de Marcos.

O conflito de Jesus com as autoridades religiosas, políticas e econômicas do seu tempo, para Marcos, constitui a barreira contra o qual se chocou o Crucificado. Observamos que a vida toda de Jesus, cuja história se desenrola na Galileia, na Decápole e em Jerusalém, foi um drama com profundas raízes. Ele está no centro de uma luta escatológica entre Deus e as forças do mal, personificadas, segundo a mentalidade da época, no demônio. Marcos (1,12ss) apresenta programaticamente o início dessa luta no relato das tentações de Jesus, das curas, das discussões e, principalmente, dos exorcismos, recorrentes em seu Evangelho. Todos esses atos dão legitimidade à luta empreendida por Jesus, em defesa da vida, contra o poder da morte e do mal engendrados pelas estruturas dos poderes judaico e romano.

Tal pregação sobre o Reino de Deus (Mc 1,14ss) conduz a uma opção pelos pobres, como revelação da lógica do amor gratuito e universal de Deus. Nesse sentido, podemos inferir que a pregação do Reino, por parte de Jesus, tornou-se conflitiva e perigosa para os poderes políticos e religiosos que praticavam a exclusão e a marginalização para com as classes menos favorecidas (ALEGRE, 1988, p. 9). Ou seja, os conflitos vão surgindo à medida que há o choque entre valores como a dignidade da pessoa humana, a justiça, o amor e a solidariedade, anunciados e testemunhados por Jesus, com a cultura da morte, que promove a exclusão e o aniquilamento.

Portanto, para seguir Jesus em palavras e ações (Mc 1,14ss), há de se aceitar o convite para uma radical conversão, pois, só assim, é possível se tornar seguidor e anunciador do Reino de Deus. E esse anúncio do Reino culmina, segundo Nodari e Cescon (2009, p. 22), não apenas em circunstâncias conflitivas, mas, até mesmo, trágicas, tal como aconteceu com João Batista. Protagonista que pré-anunciou a chegada de Jesus, preparando o caminho (Mc 1,2), João Batista teve sua prisão decretada e, pouco tempo depois, ele foi assassinado no cárcere.

Contudo, ao saber do que havia acontecido com João Batista, Jesus volta para a Galileia e inicia sua pregação. Mas, em vez da prática batizante realizada por João Batista, Ele passa a anunciar o Reino de Deus, afastando-se cada vez mais do centro, de volta para Galileia, em uma clara opção pelos marginalizados (Mc 1,14-15; Mq 4,7; Lc 1,13; Ap 19,6).

Inicia-se, assim, um novo tempo, o tempo do Reino de Deus, porque “O Reino não deve ser apenas objeto de esperança, mas de certeza iminente” (NODARI, 2009, p. 23). Encontramos esse mesmo anúncio em Marcos (Mc 1,15), que diz: “Esgotou-se o tempo de espera: o Reino de Deus está próximo”, o que significa dizer que é chegado o momento da opção revolucionária.

Com Jesus o futuro se torna presente, na responsabilidade concreta oferecida ao homem, conforme os profetas haviam anunciado. Logo, não há mais tempo a perder, pois o momento é decisivo. O Reino de Deus, repleto de justiça, paz, liberdade, abundância, fidelidade e amor, irrompem-se como graça apagando o mal, o egoísmo, a opressão e todo tipo de escravidão. Aceitá-lo implica converter-se e:

Voltar-se para Jesus e sua proposta, tomar consciência de que a realidade do Reino de Deus significa romper com as velhas estruturas, reorientar a vida numa nova direção, colocando-se no caminho novo percorrido por Jesus. Além de tudo fazer uma opção histórica pelo pobre (NODARI; CESCÓN, 2009, p. 24).

A nova opção por Jesus e seu Reino, para aqueles que se propõem a segui-lo, exige ter um sentimento de inconformismo com relação à situação política, econômica e religiosa vigente, mas também exige que se esteja aberto às necessidades dos marginalizados do sistema. Seguir Jesus, portanto, não é algo a ser feito no futuro, mas sim algo urgente, a ser feito no presente: significa lutar por uma nova ordem, atrair as pessoas para a comunidade que salva, denunciando, ao mesmo tempo, as instituições que oprimem, discriminam e condenam. Deus quer reinar imediatamente (NODARI; CESCÓN, 2009, p. 25).

Nessa perspectiva, faz todo o sentido, de acordo com Nodari; Cescon, (2009, p. 27-8), que Jesus vá de encontro às estruturas judaicas e romanas, pois elas atuavam como os maus espíritos e demônios, que alienavam e reprimiam as pessoas e tiravam delas seus direitos e liberdade. Ele busca, assim, libertar com autoridade e devolver a liberdade de si mesmos, proporcionando-lhes uma nova consciência (Mc 1,27). No entanto, como já nos referimos anteriormente, as atitudes

libertadoras de Jesus, que rejeita todo tipo de exclusão (Mc 1,40-41), eram vistas como provocativas para o centro judaico (Mc 2,1-3,6). Ele, enfim, repudia aqueles que recusam socialmente os outros e, por isso, realiza a cura do leproso fora do Templo, o que configura um sentido de denúncia contra a prática excludente e legalista exercida dos sacerdotes de Seu tempo.

Por fim, acreditamos que a participação no conflito pelo Reino de Deus é condição indispensável para o seguimento de Jesus (BRAVO, 1987, p. 16). Marcos, no capítulo 13 de seu Evangelho, apresenta a orientação e a advertência sobre a conflitividade com a qual devem contar e enfrentar, realisticamente (Mc 13,9-39). O mesmo se dá nas instruções aos discípulos (Mc 10,35-45), em que Jesus coloca diante de Tiago e de João o cálice que beberão com ele. Marcos articula, dessa forma, o conflito de Jesus com o conflito cristão, restando às pessoas que O seguem enfrentar, em seu momento e situação, todo poder que se configure excludente e mortal para o povo, isto é, tudo que seja contrário ao projeto de vida do Pai e ao estilo de Jesus. Por isso, em fidelidade a Ele, devem optar pela vida da pessoa humana, em suas necessidades, pois o cuidado para com os pobres está acima da Lei, e deve ser feito por amor ao Pai, cuja causa se assumiu, por amor ao povo, de cuja vida se é responsável, e por amor a Jesus, cujo seguimento é porta de entrada do Reino na história.

A seguir, realizamos uma análise exegética sobre Marcos (1,14-15), com enfoque no tema do Reino de Deus, à luz da teoria de alguns exegetas e estudiosos bíblicos.

2.6 EXEGESES DE MARCOS (1,14-15)

A perícopé de Marcos (Mc 1,14-15) faz parte do prólogo (1,1-15) de todo o Evangelho (Mc 1,1-16,8). Vamos, primeiramente, fazer um entendimento do prólogo e, em seguida, passamos à exegese dos versículos selecionados para nossa tese.

2.6.1 O prólogo do Evangelho de Marcos

Imaginemos uma ópera: nela há uma abertura, na qual há os movimentos iniciais e algumas tensões dramáticas, que revelam antes de essa primeira parte ser

finalizada, traços do poder criador do compositor, presentes ao longo de toda a obra. Assim são os primeiros versículos do Evangelho de Marcos, reunidos sob o título de “Prólogo” (Mc 1,1-15), que se abre como um discurso novo junto a um mundo inesperado. Uma voz que começou a ser anunciada na Galileia (norte) continuou até a Judéia (sul), ao mesmo tempo. E esse som, tocado no primeiro século, pode ser escutado até os dias de hoje (RADEMAKERS, 1975, p. 97).

A principal função desse prólogo é apresentar, primeiro, João Batista e, em seguida, Jesus, que, após as provas no deserto, começa a sua pregação na Galileia.

2.6.2 “Princípio do Evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus” (Mc 1,1)

Apesar de alguns manuscritos da Bíblia ignorarem o segundo apelativo atribuído a Jesus, o de “Filho de Deus”, a maioria dos códices contém este título. E, hoje, muitos exegetas já aceitam a fórmula com a expressão “Filho de Deus” como autêntica. É importante essa compreensão, porque a primeira parte do livro de Marcos termina com a confissão de Pedro: “Tu és o Cristo” (Mc 8,29); e a segunda parte, com a proclamação do centurião: “Verdadeiramente este homem era o Filho de Deus” (Mc 15,39).

Outro termo importante que compõe a expressão que serve de título para este subcapítulo, é “Evangelho”, palavra fundamental para se entender o texto de Marcos. Inicialmente ele significava a “boa notícia” de um acontecimento importante da história humana e que era capaz de modificar o seu destino. Por exemplo, para os gregos a proclamação de uma vitória e o sacrifício que celebravam a entronização de um rei eram “evangelho”. Já os romanos consideravam “evangelho” o advento de um imperador ou os seus gestos gloriosos. Para os hebreus, e depois para os cristãos, este vocábulo indicava a manifestação do rei messiânico, em referência ao antigo testamento. Na verdade, o antigo testamento não tinha um uso religioso do substantivo “evangelho”, mas havia uma evolução do sentido da expressão verbal: o uso profano de “anunciar uma vitória” passava a ser entendido como proclamação da salvação obtida por Yaweh, que libertava o seu povo do exílio para inaugurar o seu reino definitivo sobre o mundo (Is 40,9; 52,7; 60,6; 61,1; Sl 96,2-3.10).

No Cristianismo primitivo, “evangelho” tornou-se quase sinônimo de “*kerigma*”, ou seja, de anúncio da mensagem pascal ou desta mesma mensagem proclamada. Em Marcos, como já visto anteriormente, Evangelho é quase sinônimo de Jesus Cristo. Essa palavra, que surge sempre da boca de Jesus, é, de fato, um anúncio alegre que toma corpo na humanidade, a partir do evento Jesus. Esse anúncio aparece como intervenção decisiva de Deus, na história humana (Mc 1,15, 8,35; 10,29), como proclamação de tal intervenção para o mundo (Mc 13,10; 14,9) e como presença do mesmo Senhor Ressuscitado, vivo e operante, hoje, na vida de cada pessoa (Mc 16,15) (FERREIRA, 1991, p. 54-55).

Ao tomarmos o texto de Marcos (1,1), já no primeiro capítulo, ele apresenta o Evangelho como sendo de Jesus Cristo, o Filho de Deus. O Evangelista situa a pessoa histórica de Jesus, à luz da sua vida, morte e ressurreição, pois, Jesus é um homem concreto, vindo de Nazaré da Galileia (Mc 1,9) e filho de Maria (Mc 6,3). A ele é atribuído o título “Cristo”, que significa “ungido”, no sentido de consagrado com unção. Era assim que o judaísmo designava o “Messias”, que devia vir para restaurar o mundo e para salvar o homem, porque os profetas tinham anunciado como filho do rei David, o consagrado de Deus.

Marcos, então, afirma que Jesus é o Messias esperado, o descendente davídico prometido, por meio do qual Deus completa sua promessa. Mas é na ressurreição que o Nazareno recebe a unção messiânica, ao passar pela morte, tornando-se salvador de Israel e rei dos judeus (Mc 15,26).

Ser o “filho de Deus” podia designar, no antigo testamento, uma criatura ou o povo eleito, ou ainda o representante único de Deus, do qual cumpre fielmente a sua vontade. Jesus é o Filho de Deus, em um sentido novo e nunca ouvido antes, pois, segundo Radermakers (1975, p. 99), Ele instaura uma familiaridade com Deus, seu Pai (Mc 14,36).

Eis aí a marca pessoal do autor Marcos, que assume a palavra “Evangelho” como sinônimo de “*kerigma*” (FERREIRA, 1991, p. 55-6), transformando esse gênero literário em testemunho de um homem de fé, herdeiro das tradições difundidas em torno de Jesus de Nazaré, definido como a pessoa viva do Cristo (Messias), Filho de Deus.

2.6.3 A Estrada do Senhor (Mc 1,2-3)

Marcos usa uma primeira unidade literária com referência ao Antigo Testamento, dizendo: “Conforme está escrito” ou “Como diz a Escritura” (*kathôs gégraptai*) e faz uma citação atribuída ao profeta Isaías. De fato, os profetas Malaquias (3,1) e Isaías (40,3) apontam ambos para uma esperança do povo. Na mensagem do profeta Malaquias, suscitavam-se expectativas novas que animavam o povo, no tempo de Jesus. Acreditava-se que João Batista viera preparar o caminho do Senhor, conforme tinha sido proclamado pelo profeta Isaías. Marcos faz, dessa forma, uma articulação significativa entre as promessas desses dois profetas com a semente da Boa Nova do Reino (MESTERS, 2003, p. 16) que passaria a ser difundida a partir desse momento.

2.6.4 João Batista e o batismo de conversão (Mc 1,4-6)

Marcos emprega novamente uma unidade literária para falar de um acontecimento: usa o verbo “esteve” (*eghéneto*), colocado em evidência no início do versículo quatro. É o cumprimento da profecia atribuída ao profeta Isaías. Este acontecimento consiste em uma ação, o “batismo”: a “proclamação de uma atitude de conversão” (RADERMAKERS, 1975, p. 102).

À luz dos textos bíblicos, Marcos ilumina, então, os fatos da vida. Exalta a figura de João Batista, como semente da Boa Nova do Reino, ao mesmo tempo em que faz alusão aos textos anunciados por Malaquias e Isaías, para iluminar o movimento suscitado por João Batista. Mostra que, com sua vinda, a esperança do povo começa a realizar-se (MESTERS, 2003, p. 17).

2.6.5 Batismo da água e batismo do Espírito Santo (Mc 1,7-8)

Um terceiro elemento do Evangelho de Marcos é bastante esclarecer, o momento da proclamação de João Batista: aparece o verbo “proclamar” (*kêússein*), para que os olhares se voltassem para aquele que “vem” (*érchetai*).

Por haver, no tempo de Marcos (70 d.C.), pessoas que confundissem João Batista com o Messias, Marcos resolve, para dirimir essa dúvida, utilizar-se das palavras do próprio João: “Depois de mim vem o mais forte do que eu, a quem não

sou digno de, abaixando-me, desatar a correia das sandálias. Eu vos tenho batizado com água. Ele, porém, vos batizará com o Espírito Santo” (Mc 1,7-8). Com isso, Marcos esclarece ao povo quem é João Batista e quem Jesus, que está para vir (MESTERS, 2003, p. 16).

2.6.6 O batismo de Jesus (Mc 1,9-11)

Um quarto passo se inicia, como no versículo quatro, com um verbo que indica um acontecimento: “e aconteceu” (*kai eghéneto*), indicando uma temporalidade claramente imprecisa: “naqueles dias”. Provavelmente, Marcos conserva esta expressão no sentido escatológico (aproximativo) do AT ou como nos profetas, os “últimos tempos” do restabelecimento de Israel e do juízo das nações, ou o “dia de Javeh”: agora, a manifestação de Jesus inaugura o fim da história (RADEMAKERS, 1975, p. 104).

No batismo de Jesus, consolida-se a epifania de Deus Pai: “Tu és meu Filho amado, em ti me comprazo” (Mc 1,11). A partir dessa proclamação, destacam-se três pontos importantes:

- 1) Jesus experimenta Deus como Pai e a si mesmo como Filho. Jesus nos revela o Pai. Esse é o centro da Boa Nova do Reino, que Jesus nos traz;
- 2) As palavras do profeta Isaías ecoam nos ouvidos de Jesus: “Eis o meu servo que eu sustenho, o meu eleito em que tenho prazer. Pus sobre ele o meu espírito, ele trará o julgamento às nações” (Is 42,1). O Pai estava indicando a Jesus a missão do Messias como servidor, e não como um rei glorioso. Em Marcos (Mc 10,45), Jesus reconhece sua missão de serviço;
- 3) “Jesus viu o céu se abrir e o Espírito Santo como pomba, descer sobre ele” (Mc 1,10). No momento em que Jesus descobre sua missão como servo, recebe o dom do Espírito Santo para realizá-lo (MESTERS, 2003, p. 17).

2.6.7 A prova no deserto (Mc 1,12-13)

Após o episódio introduzido por “logo”, em que há a visão do batismo (v. 10), e também após a proclamação de João Batista de que um mais forte do que ele

haveria de mergulhar os homens no Espírito Santo, eis que o mesmo Espírito fez Jesus sair para o deserto.

Nesse trecho, Marcos (1,12ss) destaca as tentações a que Jesus foi submetido e o paralelo em Mateus (Mt 4,1-15) mostra as tentações do pão, do prestígio e do poder.³⁶ Foram as três tentações que derrubaram o povo no deserto, após a saída do Egito (Dt 8,3; 6,16; Dt 6,13), e que agora põem à prova o próprio Jesus, que é igual a nós em tudo, até no sofrimento com as tentações, menos do pecado (Hb 4,15) (MESTERS, 2003, p. 18).

O prólogo revela que o início do Evangelho é a pessoa mesma de Jesus, o Cristo, o Filho de Deus que surge na história profética de Israel, como aquele que completa as Escrituras, em uma comunidade de fé saída da água batismal. Esta comunidade reúne, portanto, todos aqueles que o Pai reconhece e acolhe no próprio Filho, além de comunicar a ela o Espírito Santo. Jesus é o homem-enquanto-chamado-por-Deus, ou seja, aquele de quem falavam os profetas, a fim de cumprir a esperança messiânica, da qual João se faz o porta voz. Ele chama todos os homens da Judeia e de Jerusalém, para oferecer-lhes o Pai, no Espírito.

2.7 O REINO DE DEUS

Pela descrição fenomenológica, aprofundamos o conhecimento acerca do Reino de Deus em Marcos, à luz dos métodos histórico-crítica e sociológico, considerando sempre as implicações sociais e históricas. Neste capítulo, buscamos compreender, diretamente no texto bíblico, a natureza do conflito e da contradição que nascem das assimetrias do Império Romano e do judaísmo no tempo de Jesus, e da elaboração do Evangelho de Marcos.

A partir de uma perspectiva histórico-crítica, procuramos estabelecer, da maneira mais precisa possível, uma leitura crítica do texto de Marcos, tomando como ponto de partida o capítulo 1,14-45 do seu Evangelho.

No entanto, como não podemos chegar ao texto original desta perícopé, decidimos partir, então, dos códigos mais antigos da intelecção de “Evangelho” e de “Reino de Deus”, pois, assim, poderemos indicar a nossa opção pelo texto mais provável usado por Marcos.

³⁶ Tentação, nesse contexto, se refere a tudo aquilo que afasta alguém do caminho de Deus.

14 Μετὰ δὲ τὸ παραδοθῆναι τὸν Ἰωάννην ἦλθεν ὁ Ἰησοῦς εἰς τὴν Γαλιλαίαν κηρύσσων τὸ εὐαγγέλιον⁷ τοῦ θεοῦ 15 καὶ λέγων ὅτι Πεπλήρωται ὁ καιρὸς καὶ ἤγγικεν ἡ βασιλεία τοῦ θεοῦ· μετανοεῖτε καὶ πιστεύετε ἐν τῷ εὐαγγελίῳ.

⁷ 14 {A} εὐαγγέλιον Ɱ B L Θ f¹ f¹³ 28* 33 565 892 it^{b,c,ff²,t} syr^{s,h} cop^{sa}, bo^{mss} arm geo Origen // εὐαγγέλιον τῆς βασιλείας A D K W Δ Π 074 28^{mg} 700 1009 1010 1071 1079 1195 1216 1230 1241 1242 1253 1344 1365 1546 1646 2148 2174 Byz Lect it^{a,(aur),d,f,l,r¹} vg syr^{p,hmg} cop^{bo^{mss}} goth eth Diatessaron^a

Alguns códices conhecem apenas a palavra “evangelho”. Citemos os mais importantes:

- Alef (séc. IV) está em Londres, no Sináitico.
- B (séc. V) está em Roma, no Vaticano.
- L (séc. VIII) está em Paris, no Regius.
- Theta (séc. IX) está em Tiflis Koridethi.

Outros códices optaram por “Evangelho do Reino”:

- A (séc. V) está em Londres, no Alexandrinus.
- D (séc. VI) está em Cambridge, no Bezae Cantabrigiensis.
- K (séc. IX) está em Paris.
- W (séc. V) está em Washington, no Freer Gospels.
- DELTA (séc. IX) está em St. Gall

Utilizamos nesta análise o texto do “The Greek New Testament”, editado por Kurt Aland e sua equipe, de Münster/Westphalia, que optou por “O Evangelho” de Deus.

Apresentamos, inicialmente, a tradução literal desse texto:

14 E depois de ser preso João, veio Jesus para a Galileia proclamando o evangelho de Deus. 15 e dizendo, que se tem cumprido o tempo e se tem aproximado o reino de Deus; arrependei-vos e crede no evangelho.

O mesmo texto traduzido na Bíblia de Jerusalém:

14 Depois que João foi preso, veio Jesus para a Galileia proclamando o Evangelho de Deus: 15 “O tempo está realizado e o Reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede no Evangelho”.

Outra tradução está na Bíblia de João Ferreira de Almeida (protestante):

14 Depois de João ter sido preso foi Jesus para a Galileia, pregando o Evangelho de Deus, 15 dizendo: O tempo está cumprido e o reino de Deus está próximo; arrependei-vos e crede no evangelho.

E, finalmente, a tradução do texto que vamos usar, feita a partir do grego e das diversas traduções:

14 Depois que João foi preso, veio para a Galileia proclamando o Evangelho de Deus, 15 dizendo: O tempo está cumprido e o reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede no Evangelho.

O nome João, nos versículos quatro e quatorze, articula a seção, estabelecendo um jogo de oposição, que marca significativamente o texto, entre João e Jesus. João fora o proclamador (v.4), mas, agora, é Jesus quem assume a missão de proclamar (v.14) não um batismo, mas sim o Reino.

Do mesmo modo, é importante destacar a inclusão feita do termo Evangelho (v.1; v.14-15). No título do livro, aparece a expressão “Evangelho de Jesus” e aqui se diz “Evangelho de Deus”. Sugere-se, desse modo, uma coincidência: Jesus proclama o Evangelho de Deus (At 10,36) e a comunidade proclama o Evangelho de Jesus. Trata-se do anúncio da Boa Nova da vitória de Deus, que afirma sua soberania enquanto liberta seu povo. Ressaltamos que o Reino de Deus vai se consolidando à medida que a palavra e a ação de Jesus vão acontecendo e produzindo mudanças (SOARES; CORREIA JR.; OLIVA, 2013, p. 70).

No versículo quatorze, faz-se alusão à prisão de João Batista. Jesus, então, volta para a Galileia (suas origens) e inicia sua missão. Vale ressaltar que o verbo *paradothenai*, “foi entregue”, é típico nas referências feitas por Marcos à paixão e morte de Jesus. Sua ocorrência nesse contexto faz crer que o destino de João Batista prefigure o destino de Jesus.

Ao retornar à Galileia, lugar do seu ministério, Jesus proclama o Evangelho de Deus, Evangelho este que reflete a terminologia grega do Deutero-Isaías (cf. 40,9; 41,27; 52,7; 60,6; 61,1-2). A Boa Nova vinha de Deus (genitivo e subjetivo) e

tinha a ação de Deus como seu conteúdo (genitivo e objetivo) (BROWN; FITZMYER; MURPHY, 2011, p. 71).

A perícopes de Marcos (1,14-15) trata, de acordo com Azevedo (2002, p. 40), de um sumário programático, que inaugura o ministério público de Jesus na Galileia, marcando o início de uma nova etapa de salvação, que pode ser identificada pela pregação de Jesus após a morte de João Batista.

Compondo um cenário onde o programa de Jesus é anunciado e depois desenvolvido, o versículo quatorze, do capítulo um, é uma informação com uma projeção retrospectiva (vv. 2,13), marcada pela expressão: “Depois que João foi preso [...]”. Além disso, destaca esse particular, focalizando a atividade do Batista, que chega ao seu final. Em seguida, Jesus se apresenta na Galileia anunciando o Reino de Deus e entra em ação ao passar pelo mar da Galileia.

A dinâmica narrativa desse sumário é bastante viva e se manifesta claramente nos próprios contrastes, forjados pelos tempos verbais. O primeiro contraste se verifica entre “depois que João foi preso” e “veio Jesus para a Galiléia”. “Ser preso” é uma expressão-chave no contexto da paixão, pois João termina sua caminhada como vítima de um ato de violência, narrado em Marcos (6,14-29). A narração do episódio é bem articulada e vem apresentada em dois momentos, a prisão (vv. 17-20) e a história de morte por ocasião de um banquete (vv. 21-29).

É importante destacar, no contexto desta pesquisa, duas perspectivas relacionadas a esse episódio. Uma delas é a intercessão literária do episódio, no contexto da missão dos discípulos, em Marcos (6,6b-13; 14-29; 30-32). A outra perspectiva é a menção dos que participavam do banquete de Herodes, quando do episódio da morte de João, satisfazendo os desejos de Herodíades. Uma avaliação ética da globalidade do episódio e dos participantes abre perspectivas, na compreensão dos presentes e dos outros grupos na Galileia.

Ao analisar a perícopes de Marcos (1, 14-15), em paralelo a Mateus (4,12-17) e Lucas (4,14), Barbaglio, Fabris e Maggioni (1990, p. 436) destacam o comunicado de que João foi posto na cadeia e o de que Jesus foi para Galileia (Mc 1,14), onde prepara o evangelho de Deus: “O tempo está cumprido e o Reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede no evangelho” (Mc 1,15). Os dois protagonistas, que haviam se encontrado no Jordão prosseguem em duas direções: João conclui sua missão. Jesus inicia a sua missão e empreende o anúncio público do Reino de

Deus. Observa-se, com isso, um duplo movimento: “João está sendo entregue” (Mc 6,17-29), como o Filho do Homem será entregue (9,31: 10,33, 14,21.41).

Marcos nos mostra, portanto, que Jesus vai para Galileia para anunciar o “Evangelho de Deus”, fazendo uso de uma linguagem da catequese cristã (Rm 1,1; 15,16; 1Ts 2,2.8.9), converter-se/crer (At 5,31, 11-18; 20,21; Ef 1,13). Podemos, assim, sublinhar a interação entre o anúncio de Jesus e a continuidade cristã, no tocante ao tema de que Reino de Deus está próximo, pois ainda ressoa o eco da proclamação inicial feita na Galileia.

Uma tradição anterior a Marcos ligava as histórias de João Batista (v. 2,8) às de Jesus (vv. 9-13) e já mostrava Jesus anunciando o Reino de Deus. Por isso, Marcos apresenta uma referência a um sumário, ao aparecimento de Jesus na Galileia e ao seu anúncio do Reino de Deus. Não há nenhuma razão para atribuir a preparação desse sumário a Marcos (vv. 14-15). Por outro lado, é praticamente impossível acreditar que cada um dos dois versos já tenha sido parte autônoma da tradição. Os versículos são perfeitamente adequados, para agir como uma conclusão, para a compilação de material que antecede Marcos, na elaboração dos versículos (Mc 2,13). A composição do sumário é, provavelmente, de editor pré-marcano, que, tendo em conta o contexto, emoldura um quadro de tradições e narrativas de Jesus, certamente autêntico.

Depois que João é preso, Jesus vai para a Galileia anunciar o evangelho de Deus: “O tempo está cumprido e o Reino de Deus está próximo, convertei-vos e crede no evangelho” (Mc 1,15). Marcos (1,14) faz, assim, um resumo das informações que apontam para os versículos 2-13 a partir da citação da pregação de Jesus (v.15). Esse estilo profético refere-se claramente ao conteúdo do versículo nove: “Tu és meu filho amado, em ti mim comprazo” (RADEMARKER, 1974, p. 178-179).

Por sua vez, Soares, Correia Jr. e Oliva (2013, p. 66-71) analisam Marcos (1,14-15) a partir do enunciado do versículo quatorze: “Depois que João foi preso, veio para a Galileia proclamando o evangelho de Deus”; e do versículo quinze: “o Tempo está cumprido e o Reino está próximo. Convertei-vos e crede no Evangelho”. Nesse texto, em que se encerra a atuação do Batista e se introduz a missão de Jesus, há uma noção de tempo, “depois que João foi preso”, para enquadrar a nova atividade de Jesus que vai seguir a partir do versículo dezesseis. O desenvolvimento

da síntese apresentada aqui é claro. Resume-se o conteúdo fundamental da atividade de Jesus. Temos aqui, portanto, a introdução da narrativa do Evangelho de Marcos, enquanto a seção anterior funciona como uma espécie de prólogo que prenuncia abertura para temas maiores.

É importante destacar o sentido teológico da Galileia, à luz da pregação da mensagem (Mc 14,28; 16,7), que convida a ler este Evangelho como uma tradição sobre a vida terrena de Jesus, iluminada pelo mistério da Páscoa, porque “o Evangelho de Deus” é a manifestação de Jesus, como Messias e como filho de Deus. Por isso, Marcos mostra a palavra de Jesus em ato: esta é a sua intenção. Não há necessidade de alongar os discursos, porque o Evangelho de Deus está presente, em pessoa (RADEMAKERS, 1981, p. 115).

Outra questão levantada pelo texto marcano está relacionada ao tempo: “O tempo está cumprido” (Mc 1, 15). Essa afirmação de Jesus diz o essencial. Mas, que tempo é esse? A mesma palavra é usada pelos profetas, por exemplo, na expressão “fim dos tempos”, ou seja, o instante preciso em que o tempo, na sua totalidade, vem definido e toma um significado definitivo (Jr 3,17; 5,18; 50,4.20; Ez 7,7.12; Dn 7,22; 12,4.9). Este significado, de “momento decisivo”, onde se descobre a verdadeira realidade das coisas, reaparece em outras partes do Evangelho (Mc 10,30; 11,13; 13,33). Eis, então, que o momento “está cumprido”. A forma passiva indica plenitude que vem de fora, como aquela que “completa” a Escritura (Mc 14,49): o desígnio da salvação de Deus. Logo, o instante da vinda de Jesus é aquele em que Deus enche com a sua presença e dá o seu dom ao mundo. Essa plenitude toma corpo no momento em que Jesus proclama o Evangelho; isso dá consistência à história dos homens, já confrontados com o apelo de Deus sob o plano da sua vida e confere à “Galileia das nações” um sentido universal ainda insuspeito. O anúncio de Jesus reinterpreta o tempo e o espaço dos homens, convidando-lhes a descobrir a plenitude da salvação que os preenche (RADEMAKERS, 1981, p. 115).

Dessa forma, é possível saber que o Reino de Deus está próximo. O antigo testamento proclamava a realeza efetiva de Deus sobre o povo eleito (Is 6,1-3; 43,15) e os salmos da realeza (Sl 47; 93; 96-99) refletiram muito sobre a realeza de Deus. Porém, depois do exílio da Babilônia, a supressão da realeza terrestre fazia esperar que Deus mesmo se manifestasse um dia, de um modo clamoroso, a sua realeza em Sião e a estenderia a toda terra (Mq 2,13; Sof 3,15; Jr 3,17; Ez 20,33; Is

24,23; Zc 14,9). O Reino de Deus era, portanto, uma certeza vivida nas tensões, porque a esperança de Israel adiava sempre a um “momento” ulterior e longe do cumprimento de toda a história prometida. E é Jesus quem afirma que o objeto desta esperança está próximo, tanto no tempo quanto no espaço (RADEMAKERS, 1981, p. 115).

Articulando Marcos (1,15)³⁷ ao projeto do Reino de Deus (cf. AZEVEDO, 2002, p. 47), analisamos o versículo 15 do capítulo 1, dividindo-o em quatro partes: 1) O tempo está realizado; 2) O Reino de Deus está próximo; 3) Converti-vos; 4) Crede no Evangelho. Nas primeiras partes, é apresentado o projeto salvífico de Deus; e, nas duas últimas, o alcance da resposta e do seguimento.

Assim, asseguramos que, ao ler esse versículo, estaremos fazendo uma articulação inclusiva entre Reino de Deus e Evangelho, porque Jesus Cristo é aquele que anuncia o Reino de Deus, e, ao mesmo tempo, seu Senhorio proclamado como Evangelho. Trata-se de uma articulação inclusiva e dialética, que reforça o significado de Evangelho para Marcos, que sustenta a ideia de que o Evangelho é o próprio Jesus Cristo. Isso representa a consecução concreta, a viabilização e a proclamação do Reino de Deus, na relação estreita entre a missão de Jesus e o projeto redentor de Deus, além de conferir um peso significativo à missão da comunidade, que deve levar em frente a tarefa e a responsabilidade desse anúncio.

Depois que João foi entregue (1,14), de acordo com Pesch (1980, p. 178), Jesus andou pela Galileia anunciando o Evangelho de Deus (v.15), dizendo: “O tempo está cumprido!”, “O Reino de Deus está próximo! Converti-vos!” e: “Crede no Evangelho!”. Nesse breve sumário, consta uma informação que se conecta aos vv. 2-13 e da citação da pregação de Jesus (v.15), composta de duas frases, cada uma de dois membros, formuladas no estilo dos gritos de arauto proféticos.

No v. 15, em que a expressão “e dizendo” faz uma advertência escatológica, o sumário da pregação de Jesus moldará tudo o que ele disser e fizer no restante do Evangelho. Já a expressão “O tempo está cumprido” implica dizer que o momento escatológico está acontecendo agora, que o Reino de Deus está próximo (εννικεν),

³⁷ Em Marcos (1,15), a metáfora usada indica que o tempo esperado pelo povo de Deus, segundo as promessas, atingiu sua medida plena. A vinda de Jesus realizou e conduziu ao ápice o tempo como futuro de uma decisão soberana de Deus. A sua palavra se efetua, assim, completamente (cf. AZEVEDO, 2002, p. 47).

por isso a orientação para que haja conversão e crença no Evangelho. Ou seja, o Reino de Deus exige uma reorientação de vida, como João já tinha deixado claro (Mc 1,4).

A conclamação em crer na Boa Nova relaciona a pregação de Jesus com a fé pós-pascal, expressa nos termos *pistis*, “fé”, e *εωαγγελιον*, “boa nova”, tão proeminente em vários lugares do Novo Testamento (BROWN; FITZMYER; MURPHY, 2011, p. 72-73).

Desse modo, a primeira expressão “o tempo está cumprido” torna-se um grito de caráter profético-apocalíptico, marcando a plenitude escatológica (não se trata aqui de uma visão da história, segundo os critérios da compreensão da apocalíptica tradicional, mas sim, da urgência no tempo e na história, desencadeada pelo Reino de Deus). É, pois, um novo momento em evidência, porque o curso da história é mudado. Logo, há um novo rumo a seguir: “O Reino está próximo”, e esta é, segundo Pesch (1980, p. 181), a expressão autêntica de Jesus.

Já a expressão verbal “está cumprido”, no perfeito, carrega esta nuance de um tempo sem intervalos na história, para geração de um novo momento, fruto da intervenção de Deus. Tal intervenção marca um novo momento que deve conduzir os destinatários a uma consciência e a uma retomada sob a perspectiva da aproximação da intervenção de Deus. O tempo está cumprido, porque o aproximar-se de Deus em sua soberania é um restabelecimento recriador de sua dinâmica histórica.

Não é à toa que o Reino de Deus³⁸ seja o tema central da pregação de Jesus, pois é iniciativa de Deus com o estabelecimento do seu senhorio. Por isso, esse conceito de Reino de Deus sempre indica Deus atuando com o grande ideal de justiça³⁹ (AZEVEDO, 2002, p. 49). Isso é manifestado na expressão “O Reino de Deus está próximo”, que sugere o estabelecimento dessa soberania de Deus como

³⁸ No judaísmo, anterior ao cristianismo, “Reino de Deus” não é uma expressão corrente. Os textos que usam o verbo “*malak*”, reinar, e o substantivo “*malek*”, rei, em relação a Deus, são poucos. “*Malkut*” é um conceito dinâmico e é raramente um reino em sentido espacial. Ele se refere sempre à autoridade, ao governo ou ao poder do rei. É sempre entendido no seu atuar concreto e não de modo abstrato. A realeza de Deus é um conceito dinâmico. É a realeza em ato (cf. AZEVEDO, 2002, p. 50).

³⁹ Na concepção dos povos do Oriente e de Israel, a justiça de um rei se realiza enquanto ele defende os pobres, os fracos, as viúvas, os órfãos e todos os indefesos. Assim, a concepção de Reino tem também, segundo o antigo judaísmo, a formulação de sua realização no “éon” presente e naquele futuro (cf. AZEVEDO, 2002, p. 49).

um processo sempre presente, realizado e estabelecido, ou seja, o Reino é uma presença atual e provocadora na dinâmica da transformação e recriação.

Já no judaísmo do tempo de Jesus, a expressão Reino de Deus designava a revelação definitiva. Mas Jesus, utilizando-se das parábolas, na maior parte do seu ensinamento, tinha o objetivo de aprofundar a compreensão do povo sobre a vinda do Reino e prepará-lo para isso. Nesse sentido, suas curas aparecem como antecipações de como será a vida no Reino de Deus. Por enquanto, esse Reino está em grande medida oculto, mas, em Jesus, ele é inaugurado e antecipado. Embora Jesus falasse sobre o Reino em Parábolas, sua vida, de fato, era a parábola do Reino por excelência.

Para Jesus, o Reino de Deus significa o estabelecimento de uma nova ordem da sociedade, sob a soberania de Deus. É nova ordem política que divergia do modelo vigente dos seus contemporâneos, pois reinterpreta o conceito instituído à luz da chegada do Reino e da mudança radical de vida. Com isso, as comunidades verão, no próprio Jesus, a realização das profecias, a instauração do momento definitivo escatológico. Daí exigir-se uma mudança radical de comportamento (v.4) e da direção da caminhada, isto é, inverter o próprio percurso e buscar novos marcos referenciais. Abrir-se ao acontecimento do Reino é deixar-se levar por seu dinamismo, acolhendo a soberania de Deus, na própria vida. Essa presença torna-se manifesta a partir de novas ações humanas, configuradas em gestos concretos de justiça: os pobres recuperam sua dignidade, os marginalizados são acolhidos e o poder se assume como serviço fraterno a todos (SOARES; CORREIA JR.; OLIVA, 2013, p. 72).

Crer no Evangelho⁴⁰ (v.15) é, por conseguinte, assumir o anúncio da vitória de Deus em Jesus, como novo alicerce da vida. Não se trata de aderir a uma nova doutrina ou movimento, mas sim de estar diante de um novo acontecimento: a chegada do Reino de Deus, por meio da ação e da palavra do próprio Jesus de Nazaré. As expressões usadas no Evangelho orientam para uma mudança radical de vida, baseada nesse mesmo Evangelho, enquanto firme alicerce da vida. Crer é reconhecer Jesus ressuscitado e, reconhecendo-o, equivale a anunciar e testemunhar o Evangelho. Assim, há uma profunda equivalência entre crer em Jesus

⁴⁰ Em hebraico a palavra “crer” significa “ter firmeza”, “sentir-se confiante sem vacilar”, daí deriva a palavra “fidelidade”, “ser fiel”. A palavra “amém” procede da mesma raiz e significa “firme”, “ter confiança” (OLIVA, 2013, p. 70).

e crer no Evangelho, uma vez que, por meio de sua palavra, podemos saber que o Reino de Deus está próximo e, por isso, deve ser acolhido como boa nova de libertação (SOARES; CORREIA JR.; OLIVA, 2013, p. 70).

A espera pelo Reino era um fato no ambiente contemporâneo de Jesus, pois, a fé alimentava a esperança nas promessas de Deus, como se vê em Isaías (52,7), que anuncia a libertação dos exilados, como efeito da intervenção eficaz de Deus na história: “Como são belos sobre os montes e os pés do mensageiro da boa nova que anuncia a paz, que traz a felicidade, que anuncia a salvação, que diz a Sião teu Deus reina”. A paz, a felicidade e a salvação, mencionadas por Isaías, caracterizam-se pela irrupção do Reino de Deus.

Dessa forma, termina o tempo de espera histórica, pois o tempo cumpriu-se, é chegado o momento decisivo, a ocasião propícia e favorável. O Reino de Deus se torna próximo, na palavra e na ação de Jesus. Ele está agora presente e ao alcance, como uma realidade de um Reino de libertação, de paz e de justiça, oferecida a todos, e não só a Israel. Para fazer parte dessa nova possibilidade, exige-se fé, coragem de fazer mudanças, conversão, arriscar-se pela causa da vida anunciada por Jesus, realizando rupturas com os temores e com as escravidões do passado. Em resumo, é uma abertura plena e livre para o novo futuro oferecido por Deus (BARBAGLIO; FABRIS; MAGGIONI, 1990, p. 436-7).

O imperativo do enunciado “Converti-vos e crede no Evangelho” configura uma dupla exigência: a de que haja mudanças que venham tanto de dentro quanto de fora. Sendo uma proposta é inclusiva, todos podem usufruir dela, ou seja, de uma vida nova, a fim de erradicar todo tipo de injustiças. Essas mudanças são, sem dúvida, “[...] um eco da incidência transformadora do estabelecimento do Reino de Deus”.

A experiência da conversão é a primeira grande ruptura a ser experimentada para a entrada no Reino de Deus. O apelo de conversão segue, dessa maneira, aquele do “Crede no Evangelho”. Convida-se para uma experiência nova de abertura e de ligação à aliança de um novo tempo, inaugurado pela proximidade do Reino, mas com a certeza de que devem ser assumidas, também, suas novas consequências. Uma experiência de encontro com o Senhor, que se faz e está presente na proclamação do Evangelho, é a percepção e o acolhimento do Reino de Deus, dado e operado pelo ministério de Jesus e concretamente realizado nas

circunstâncias do contexto em que ele se manifestou. É não só a abertura à força da redenção da atividade de Jesus, que vai além de um simples conhecimento, mas também a participação na própria atuação do senhorio de Deus (AZEVEDO, 2002, p. 51-2).

Esse anúncio do Reino não se dirige, segundo Gorgulho (1975, p. 22), a algumas pessoas privilegiadas, mas destinada a todos, sem exceção, em quaisquer circunstâncias da vida, pois é a promessa e o apelo à comunhão fraterna, na medida do amor do Pai, e o Reino de Deus abrange toda a realidade humana e cósmica. Trata-se, enfim, de um reino universal que contempla as mais diversas formas de vida no planeta Terra.

Seguindo o foco da nossa proposta, o Reino de Deus à luz do Evangelho de Marcos (1,14-15), no próximo capítulo tratamos da relação que há entre esse Reino e uma questão atual, as variações climáticas, que têm constituído uma grande ameaça, um aumento de risco para a vida de todos os seres do planeta.

3 O REINO DE DEUS E SUA DIMENSÃO PLANETÁRIA

Ao longo de todo o segundo capítulo, desenvolvemos uma análise, a partir do texto de Marcos (1,14-15), sobre a intervenção de Deus no mundo. Concluimos que o Reino de Deus é reino de vida em oposição ao poder da morte e da destruição. Observamos também que Marcos mostra Jesus como o Filho de Deus, que veio para estabelecer o reinado soberano do Pai sobre todas as coisas. Finalmente, constatamos que a proposta marcana se dirige ao coração da pessoa humana, em um apelo à conversão e à fé, implicando em conduta nova, com a ética de respeito à vida em todas as suas formas.

Ao se opor ao “poder da morte”, Jesus, enquanto anunciador e personificação, Ele mesmo, do Reino de Deus, encontrou forte resistência. Ele e seus discípulos foram perseguidos cruelmente por quem detinha o poder àquela época, pois apresentavam propostas que iam contra os interesses políticos, econômicos e religiosos do Império. Era, sem dúvida, um momento crítico da história.

Atualmente, em pleno século XXI, vivemos mais um momento crítico da história, em que os impérios mudaram, mas continuam a existir, em que são travadas grandes guerras motivadas pela ambição do poder, com o total descaso pela vida humana.

É uma época em que o mundo, apesar de estar cada vez mais interdependente, demonstra toda a sua fragilidade. Por isso, a humanidade, diante de tantas esperanças e perigos para o futuro, deve decidir agora sobre seu presente. E uma das principais decisões a serem tomadas diz respeito ao reconhecimento de que toda a humanidade compõe uma verdadeira comunidade global, tal como enfatiza a Carta da Terra (2000, p. 1), em seu Preâmbulo⁴¹:

Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

⁴¹ Os eixos da Carta da Terra são: 1º - Respeito e cuidado com a comunidade da vida; 2º - Integridade ecológica; 3º - Justiça econômica e social; 4º - Democracia, Não-Violência e paz.

Nesse documento há uma aproximação com o projeto de Marcos (1,14-15) há quase dois mil anos, que insistiu na defesa da vida ameaçada pelo poder imperial romano. A Carta da Terra, defendendo a vida, pede veementemente à humanidade que ela se una em torno de um destino comum, em defesa da “Mãe Terra”, e dos seres vivos.

Entre tantas situações que ameaçam o mundo atual, destacamos o problema das mudanças climáticas, responsável, por exemplo, pelo aquecimento global do nosso planeta, o que provoca, por sua vez, sérios problemas ambientais com consequências catastróficas para a humanidade e para todo o ecossistema mundial. Ameaça-se, dessa forma, a vida humana e a sua continuidade no mundo.

No entanto, essas mudanças climáticas que produzem um grande desequilíbrio no meio ambiente de todas as partes do mundo, gerando os destrutivos ciclones, as grandes inundações, as fortes secas, que exterminam plantações e provocam escassez de alimentos, o derretimento de geleiras, entre outros, não é a causa em si, mas consequência direta da ação humana, que degrada o seu meio ambiente (cf. McFAGUE, 2008, p. 23) ao poluir com esgoto rios e lagos, ao promover o desmatamento descontrolado, ao lançar toneladas de gases tóxicos na atmosfera, ao permitir os grandes desastres que lançam toneladas de petróleo ao mar, enfim, toda forma de agressão contra a Terra.

Para desenvolver esse capítulo, apresentamos, em um primeiro momento, um quadro da situação atual, envolvendo riscos e ameaças à vida no mundo; em seguida, relatamos as consequências oriundas da aceleração do efeito estufa e do aquecimento global. Depois, apontamos os agentes causadores desse processo. Por fim, a partir da proposta expressa sobre o Reino de Deus em Marcos (1,14-15), dialogando com alguns teóricos e tendo por base documentos que tratam dessas questões relacionadas à Terra e a todo ecossistema, tais como: a Carta da Terra, indicaremos caminhos de desenvolvimento sustentável.

3.1 QUADRO DA SITUAÇÃO CLIMÁTICA GLOBAL

A ânsia de dominar a terra e de submetê-la, bem como a todos os seres nela existentes, foi sempre um sonho do homem ocidental, universalizado agora pelo processo de globalização, a fim de auferir benefícios (lucros) de forma ilimitada.

Todavia, depois de séculos de exploração, esse sonho, baseado na ambição e no egoísmo, faz o mundo mergulhar em um terrível pesadelo. A ação do homem sobre a natureza, na proporção crescente em que vem ocorrendo, acelerou um processo quase irreversível de aquecimento global, que compromete quase todas as formas de vida no planeta. É notório que o aquecimento global é fruto da ganância de pessoas que quiseram dominar a Terra e transformá-la em mero objeto de exploração e de consumo (BOFF, 2014, p. 1). Sem perspectiva de se encontrar saídas que reverta essa situação de exploração, ou seja, sem propostas e ações que busquem soluções de sustentabilidade que devolvam à Terra sua integridade, vislumbra-se uma grande tragédia para a sistema vida e para a espécie humana em um futuro não muito distante.

Pouco a pouco o planeta se transforma em um lugar mais quente, conforme indica o quinto relatório de 2013-2014 do *Intergovernmental Panel on Climate Change* ou, em português, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC),⁴² composto por 2.500 páginas de texto e baseado em 9.200 publicações científicas, que conclui ser inequívoco o aquecimento climático. Observamos, por exemplo, tempestades tropicais mais intensas do que nunca, ao mesmo tempo em que há secas muito fortes na Amazônia, e o aumento da temperatura média do planeta de 0,6 para 0,7 °C, nos últimos 150 anos. Só esses três fatores já são suficientes para deixar os cientistas e governos de vários países em estado de alerta, para os efeitos catastróficos da mudança climática, em um futuro bem mais próximo do que se acreditava. A questão que se levanta, nesse contexto, é: poderá o ser humano sobreviver em um planeta doente? (CARDOSO, 2006, p. 1).

De acordo com o quarto relatório de avaliação do IPCC, a taxa do aumento de temperatura, em nosso planeta, desde a época da Revolução Industrial, não tem precedente. Quando os aumentos de temperatura alcançam certos níveis, verifica-se a ocorrência de um fenômeno perturbador: o *feedback* positivo. James Lovelock (*apud* McFAGUE, 2011, p. 24) o descreve com essas palavras:

O que confere tamanha gravidade e urgência à questão do aquecimento global é o fato de que o grande sistema da terra, Gaia, fica preso num círculo vicioso de *feedback* positivo. Um aquecimento extra de qualquer

⁴² O IPCC, criado em 1988, reúne os principais especialistas mundiais em mudanças climáticas, e tem como tarefa avaliar a informação disponível na ciência e as opções para diminuição e adaptação à mudança do clima. Além disso, fornece informações científicas para a Conferência das Partes (COP) e para Convenção do Clima.

fonte, seja dos gases de efeito estufa, do desaparecimento do gelo Ártico, ou da floresta amazônica, é intensificado, e os seus efeitos são mais do que um acréscimo. É quase como se acendêssemos uma fogueira para nos manter aquecidos, e não notássemos, ao acrescentar lenha, que o fogo está fora de controle e os móveis queimando. Numa situação assim resta pouco tempo para apagar o fogo. O aquecimento global, como uma fogueira, está se acelerando e quase não há mais tempo para agir.

Nesse sentido, o quarto relatório do IPCC, de 2007, mostra que as evidências do aquecimento global são inequívocas. Segundo dados desse relatório, o aquecimento global está ocorrendo devido ao aumento na concentração dos GEE, principalmente do dióxido de carbono, metano e óxido nitroso. Nos últimos 250 anos, a concentração de CO₂ aumentou de 290 para 379ppm (partes por milhão), com previsão de se chegar a 580ppm, em 2100, que seria o dobro da concentração existente na atmosfera antes da industrialização. Atenção maior tem sido dada ao dióxido de carbono, uma vez que o volume de suas emissões para a atmosfera representa em torno de 60% do total das emissões de gases de efeito estufa.

Desde 1861, segundo Cardoso (2006, p. 14-16), a temperatura média do planeta subiu tanto que já não se pode dizer que se trata apenas de uma variabilidade natural, mas sim de variações climáticas atribuídas à ação do homem sobre a natureza, principalmente àquelas relacionadas ao aumento de gases poluentes na atmosfera. Observa-se que o efeito estufa em si é benéfico ao ecossistema. Contudo, agravam-se os problemas devido ao aumento das atividades humanas, na concentração desses gases, que chegam a níveis jamais vistos por nossa civilização. A seguir, apresentamos um quadro com a descrição dos principais gases relacionados com o aumento do efeito estufa e suas respectivas fontes:

(CO₂ – O dióxido de carbono é proveniente da queima de combustíveis fósseis (carvão mineral, petróleo, gás natural, turfa), queimadas em áreas florestais e desmatamentos).

CH₄ – O metano é produzido por meio da decomposição anaeróbica ou da queima de substâncias orgânicas (aterros sanitários), por bactérias no aparelho digestório do gado, plantações de arroz inundadas, mineração e queima de biomassa.

N₂O – O óxido nitroso é liberado por micro-organismos no solo (processo denominado nitrificação). A concentração desse gás na atmosfera tem aumentado por causa do uso de fertilizantes químicos, da queima da biomassa, do desmatamento e das emissões de combustíveis fósseis.

CFCs – Os corofluorcarbonetos são obtidos a partir da halogenação do CH₄, em que os hidrogênios dos hidrocarbonetos são substituídos por cloro e flúor. São utilizados como propelentes em aerossóis e extintores, gases de refrigeração e solventes. Quando emitidos para atmosfera favorecem a degradação da camada de ozônio.

O₃ – O ozônio é formado, na baixa atmosfera, pela dissociação do oxigênio por radiação solar ultravioleta com comprimento de onda menor que 242,5nm. Também pela presença de precursores, como óxido nítrico (NO) e o dióxido de nitrogênio (NO₂), e hidrocarbonetos produzidos pelas usinas termoeletricas, uso de solventes, queimadas, e pelos motores de combustão interna. (ANGELOTTI, 2012, p. 175).

As previsões sobre o aquecimento global não são nada animadoras. Se a temperatura do planeta aumentou em 0,7 °C, desde a Revolução Industrial, a quase totalidade desse aumento, 0,6 °C se deu ao longo do século XX, devido ao aumento acelerado da produção e do consumo de bens e serviços. Além disso, os cientistas calculam que a temperatura média do planeta poderá se elevar em mais de 2 °C até o final do século XXI, atingindo mais de 5 ou 6 °C. Ou seja, se nada for feito agora, o aquecimento vai continuar para além de 2.100 em todos os cenários (DIAS, 2012, p. 103) e as consequências dessas variações podem ser catastróficas (FILHO; ANDRÉ, 2011, p. 35).

3.2 CONSEQUÊNCIAS DO AQUECIMENTO GLOBAL

Como vimos, com a ação do homem sobre a natureza, nas últimas décadas, a Terra está mais aquecida, devido, por exemplo, ao excesso de gases lançados na atmosfera, que causam o efeito estufa. Tal ação resulta na desorganizado do clima, provocando sérios danos ao equilíbrio do planeta, e, por sua vez, à vida humana e a de todos os seres vivos.

Se em apenas 100 anos a humanidade conseguiu emitir tanta poluição na atmosfera ao ponto de provocar uma mudança não natural no clima de todo o planeta, significa que existe a possibilidade de esse quadro se agravar. Mas o problema não é somente para as gerações futuras, ele já é uma realidade, hoje, pois, segundo o IPCC, as recentes mudanças climáticas já estão afetando os sistemas físicos (clima e recursos hídricos) e biológicos (ecossistemas, saúde humana, cidades, indústrias). Alguns dados alarmantes dos relatórios do IPCC:

Os 11 anos compreendidos entre 1995 e 2006 estão entre os mais quentes desde que se começou a registrar a temperatura da terra, em 1850. Nos últimos 150 anos, a temperatura do planeta aumentou em 0,75 °C, o oceano se elevou cerca de 10-20 cm e a temperatura do mar (até 300 m de profundidade) aumentou 0,36 °C. Também aumentaram as temperaturas das águas oceânicas até 3 km de profundidade. Tudo isso provocou aumento na evaporação na umidade do ar. Neste mesmo período, a

espessura da cobertura de gelo do Ártico diminuiu em 40% e as geleiras terrestres ficaram cada vez menores. Os cientistas prevêem que a temperatura média do planeta continuará a se elevar ao longo dos próximos 100 anos. Um aumento na temperatura média da superfície global de 1,4 a 5,8 °C foi projetado para o período de 1990 a 2100. Isso pode elevar o nível do mar, o que provocaria a inundação de zonas costeiras e ilhas, derretimento das calotas polares, mais tempestades, furacões, secas e outros eventos climáticos preocupantes (FILHO; ANDRÉ, 2011, p. 89).

O aumento da temperatura do ar, nos últimos anos, juntamente com o derretimento de geleiras nos polos e a elevação do nível do mar, são consequências do aquecimento global. Os cenários futuros, conforme adverte Angelotti (2012, p. 174), não podem ser previstos com absoluta certeza, mas, sem dúvida, eles continuarão afetando o clima, cujas mudanças terão reflexos diretos sobre a biodiversidade, a saúde, a agricultura e a economia. Contudo, os impactos econômicos e socioambientais, decorrentes do aquecimento global, já indicam que todas as regiões do mundo estão sendo afetadas e, caso não sejam tomadas medidas necessárias para reverter o processo, atualmente em curso, o futuro do planeta estará ameaçado.

O aquecimento global constitui, segundo Kolbert (*apud* McFAGUE, 2011, p. 25), um dilema: durante muito tempo, as coisas estarão bem, mas subitamente, no período de uma década ou no máximo duas, será tarde demais. A partir do momento em que um evento de aquecimento de grandes proporções começar, como o derretimento da Groelândia ou do lençol de gelo da Antártica ocidental, será irreversível. As regiões polares e as montanhas cobertas por geleiras já sofreram muito com o aquecimento global, estando diretamente relacionadas ao derretimento das geleiras, às elevações do nível do mar e às perdas dos lençóis de gelo da Antártida e da Groelândia (FILHO; ANDRÉ, 2011, p. 53).

De fato, os efeitos das mudanças climáticas estão sendo percebidos ao redor do mundo: as temperaturas da água e do ar estão subindo em escala alarmante, afetando negativamente os *habitats* que sustentam a vida de animais, plantas e seres humanos. Tais efeitos atingem níveis expressivos, causando secas e enchentes, cada vez mais severas, provocando incêndios, tempestades e vendavais (HASENACK, 2010, p. 9).

Portanto, as mudanças climáticas constituem, hoje, uma questão de segurança humana, a bem da verdade, de uma segurança planetária. Elas

representam um risco mais geral e permanente à segurança, do que a chamada guerra ao terrorismo. Além disso, o relatório síntese final do IPCC, publicado em novembro de 2007, apresenta a informação de que um grande volume de gelo do Ártico está derretendo e ressalta ainda mais a necessidade de uma ação imediata, em escala mundial. As geleiras do Himalaia, dentre as mais afetadas pelo aquecimento global, contém cem vezes mais gelo do que os Alpes e fornecem mais da metade da água potável, para 40% da população mundial, através de sete sistemas fluviais asiáticos, todos com suas nascentes no mesmo planalto. As consequências do derretimento dessas geleiras é a redução de água potável para 40% da população da Terra, e isso é alarmante (McFAGUE, 2011, p. 23).

Outra consequência desse aquecimento global é o processo de degelo iniciado do permafrost⁴³ siberiano, congelado desde a última idade do gelo. Nessa área, armazenam-se 70 bilhões de toneladas de carbono, que está se tornando instável à medida que o permafrost degela. O carbono nesse solo siberiano é dez vezes maior do que a quantidade emitida anualmente por fontes geradas pelos seres humanos. Projeta-se aqui um deslizamento ecológico de proporções colossais (McFAGUE, 2011, p. 31): “O agravamento do aquecimento global pode liberar na atmosfera um gigantesco volume de metano e dióxido de carbono retido no permafrost, o solo perenemente congelado do Ártico” (AREIA, 2014, p. 1).

Em muitas partes do planeta, constata-se a presença de furacões intensos, de chuvas torrenciais, que se alternam com ondas de calor, tudo como resultado direto das mudanças climáticas provocadas pela ação humana. O gelo se derrete, no alto das montanhas e nas regiões polares. Configura-se, desta forma, um quadro de proporções apocalípticas.

No tempo de Marcos (70 d.C.), o povo vivia assustado devido ao terror provocado pelo Império Romano: cidades incendiadas, campos destruídos, perseguições de todos os lados, torturas, escravidões, crucificações. O medo era a marca impressa naquele contexto. Muitas pessoas consideravam, segundo Mesters (2003, p. 56), estar diante de um iminente fim do mundo. Por isso, muitas pessoas

⁴³ *Permafrost* é uma camada de terra, gelo e rochas permanentemente congelada, presente nas regiões árticas. O permafrost recobre 13 milhões de quilômetros quadrados, o equivalente a 25% das terras do Hemisfério Norte. O solo abriga restos de plantas e animais, acumulados ao longo de milênios. Com o aquecimento global ocorre o degelo e os materiais orgânicos começam a se decompor, injetando metano e dióxido de carbono na atmosfera. A elevação das temperaturas nessas áreas causa uma enorme liberação de GEE, sobretudo metano, cuja capacidade de reter calor é 25 vezes maior do que a do dióxido de carbono (ARAIA, 2014, p. 1).

fugiram; outras se esconderam e outras ainda se suicidaram. Marcos (13,1ss) escreve em uma linguagem apocalíptica com o objetivo de amenizar o medo e reacender as esperanças daquele povo. Nesse sentido, anuncia em seu texto o Reino da Vida contra toda aquela situação de morte.

Atualmente, vivemos ameaçados pelo aquecimento global. As consequências das variações climáticas, aceleradas pela ação do homem sobre a natureza, são responsáveis pelos desequilíbrios e catástrofes ambientais, denunciados pela Carta da Terra e por vários cientistas. Todos os seres no planeta continuam sob risco e perigos. A intervenção de Marcos (1,15), sobre o cumprimento do Reino da vida em seu tempo, torna-se um imperativo para a realidade de hoje.

Em situações catastróficas é comum aparecerem profetas que predigam o futuro. Asimov (*apud* DIAS, 2014, p. 17), químico e exímio escritor norte-americano, na década de 1970, assim escreve:

[...] apresentava diferentes formas de desaparecer a vida na Terra, classificando-as de catástrofes do primeiro ao quarto grau. No primeiro grau estavam agrupadas as expectativas messiânicas, o aumento da entropia, a expansão do universo, as contrações estelares, e os buracos negros. No segundo grau ele citava a colisão com o sol, a morte do sol e o congelamento do sistema solar. No terceiro grau anunciava o bombardeamento da terra pelos objetos extraterrenos, cometas, asteroides e meteoritos. Acrescentava a redução no movimento terrestre e a alteração na distância entre a Lua e a Terra com mudanças nas marés. Incluíam-se as alterações orbitais, movimentação dos continentes, terremotos vulcões, mudanças climáticas, glaciações, remoção do magnetismo terrestre, e raios cósmicos. Finalmente no quarto grau, Asimov preconizava o esgotamento dos recursos naturais (água, metais, solo, energia), a poluição e a pressão causada pelo crescimento populacional.

O anúncio dessas catástrofes é evidenciado até mesmo em nossos tempos, sendo que o desconhecimento das causas reais desses fenômenos levaram muitos, no passado e ainda no presente, a profecias do fim do mundo, atribuindo ora a Deus ora a seres os mais diversos, cada um conforme sua crença.

Os desastres ambientais, como as constantes enchentes que tem assolado, por exemplo, nosso país, provocam um desencadeamento de problemas. Cada desabrigado pelas chuvas, cada parente de soterrado, cada agricultor desesperado por perdas de safras, ou jornalistas que estão cansados de ver tantas cenas repetidas a cada ano, percebe que a degradação ambiental e a mudança climática precisam ser consideradas pela sociedade como fato, e não como notícia, de algo

com que “eu não tenho a ver, que nunca vai chegar até minha casa” (DIAS, 2014, p.168).

Não podemos mais nos acomodar e nos fazermos indiferentes a essa situação de perigo real. Sem uma atitude firme e responsável, a vida continuará ameaçada de morte e extinção.

[...] a destruição de infraestruturas por chuvas torrenciais ou os incêndios florestais gigantescos vão continuar. As secas prolongadas, a falta de água potável e os conflitos de toda sorte aumentarão (DIAS, 2012, p. 169).

Independentemente da época e do lugar em que ocorram os desastres e as tragédias ambientais, de acordo com Dias (2014, p. 176), observa-se que uma série de fatores, tais como a carência de políticas públicas, voltadas para reconhecimento do risco, a incompetência para gerenciar o desafio, a burocracia, a corrupção e a falta de compromisso com os valores humanos cooperativos e construtivos, age em favor de um só fim, o valor econômico. Elementos como a imprudência, a arrogância, a ignorância, o imediatismo, o consumismo, a especulação imobiliária, os interesses políticos, a falta de ética e o oportunismo sempre aparecem compondo o repertório de irresponsabilidade, insustentabilidade e imoralidade, que configuram e tornam possíveis as tragédias anunciadas ao longo da história.

Só com uma atitude responsável, de respeito à vida humana, de preservação dos animais e plantas, de não destruição do planeta, tal como a encontrada na proposta do Reino de Deus, é que o homem pode reencontrar a esperança de viver plenamente em um mundo livre das guerras, das perseguições e da destruição provocadas pelo poder da morte.

Sem dúvida, os desastres ambientais ameaçam a sobrevivência do Planeta e representam uma forma de anúncio de um tempo de dificuldades. As recentes secas severas na Amazônia, um furacão inédito no atlântico Sul e o avanço da desertificação no semiárido mostram que nosso País já é vítima das mudanças climáticas. Ora, se se tem constatado que a situação do planeta é bastante crítica (DIAS, 2012, p. 139), o Brasil, com toda sua extensão territorial e detentor de uma das maiores e mais cobiçadas florestas da Terra, não estaria livre dos efeitos da cobiça econômica.

Uma das principais conclusões do relatório do IPCC, de 2007, é que, em todos os continentes, há regiões que estão sendo afetados por secas e enchentes,

causadas pelas mudanças climáticas. Por isso, o aumento da temperatura média global e a maior ocorrência e intensidade de eventos extremos poderão provocar elevação do nível do mar, deslizamentos de encostas, aumento da vulnerabilidade das florestas a incêndios, proliferação de doenças, queda da produtividade agrícola e aumento de processos migratórios dos chamados refugiados ambientais.

A América do sul e a África, por exemplo, são as regiões apontadas como as que mais sofrerão com secas. Há um grande risco de metade da floresta amazônica se tornar uma savana. As áreas costeiras, em geral, estão mais sujeitas ao aumento do nível do mar, como as cidades de Nova York, Amsterdã, Veneza e Bangladesh, que correm o risco de perder grande parte de território e população (FILHO; ANDRÉ, 2011, p. 19).

Outros eventos que indicam os efeitos das mudanças climáticas no Brasil são, por exemplo, grandes inundações acompanhadas de deslizamentos de encostas, como os ocorridos no final de 2008, em Santa Catarina, e no início de 2011, na região serrana do Rio de Janeiro. Essas catástrofes provocaram centenas de vítimas fatais e o desalojamento de milhares de pessoas (FILHO; ANDRÉ, 2011, p. 19).

Uma pesquisa intitulada “Mudanças do clima, mudanças de vida”, produzida pela ONG Greenpeace Brasil e conduzida por Carlos Ritti, com texto de Villar Belmonte, assegura que o aquecimento global já afeta o Brasil. Esse relatório considera o desmatamento como maior responsável pelo aquecimento:

O desmatamento na Amazônia é responsável por 2% da mudança do clima global. O Brasil é o quarto maior emissor de CO₂ do mundo. O desmatamento na Amazônia é responsável por 75% da contribuição do Brasil. As queimadas no Brasil emitem 200-300 milhões de toneladas de CO₂/ano (o combustível fóssil não chega a 100). O desmatamento no mundo é responsável por 25% das emissões dos gases de efeito estufa (DIAS, 2012, p. 138).

Os sistemas biológicos, por sua vez, também são vulneráveis às mudanças climáticas e alguns serão prejudicados de maneira irreversível, podendo até mesmo chegar à extinção. Uma avaliação global dos dados coletados desde 1970 mostrou ser possível que o aquecimento de origem humana seja a causa mais forte que contribuiu para esse quadro de mudanças (FILHO; SANTOS, 2011, p. 41).

Esse aquecimento pode trazer muitas consequências para o ambiente, como: alterações climáticas radicais em diversas regiões, criando novas áreas desérticas

ou inundando grandes áreas, com impactos diretos na produção de alimentos e na continuidade da vida em toda a sua biodiversidade; invernos e verões mais rigorosos. Nesse contexto, se os países ricos conseguem manter certa estabilidade diante das mudanças, os países pobres ou os chamados “em desenvolvimento” são mais vulneráveis e podem sofrer graves consequências dessa nova configuração climática.

Até mesmo os elementos essenciais para a sobrevivência do homem, como água, alimento, saúde e ambiente estão em risco. Enquanto o mundo se aquece, centenas de milhões de pessoas passam a sofrer com a escassez de água, com a fome, com as novas doenças e com inundações litorâneas e deslizamentos de terra (FILHO; SANTOS, 2011, p. 37).

O surto de novas doenças que se verifica atualmente é resultante, em grande parte, desse desequilíbrio ambiental. Devido às altas temperaturas, cresce a procriação de mosquitos transmissores de malária, de dengue e de outras doenças. Nas áreas urbanas, a poluição chega a proporções recordes. Geradas pela emissão de gases emitidos pelo consumo de combustíveis fósseis (gasolina, óleo diesel, gás e carvão mineral), pela indústria e pelos meios de transporte, causam mudanças climáticas, como as catastróficas ondas de calor responsáveis por sérios danos à saúde humana. Em algumas regiões, registram-se óbitos relacionados à baixíssima humidade ou ao calor excessivo.

O problema da água afeta, de acordo com Hasenak (2010, p. 10) não só o ser humano, mas também interfere no curso normal da natureza, afetando a vida dos animais e vegetais, mas também afeta a produção de alimentos, essencial para o sustento das mais de 7 bilhões de pessoas do planeta. Os mais atingidos por essa carência, ou seja, os mais vulneráveis são, sem dúvida, os pobres. Verificam-se situações paradoxais: em muitos estados brasileiros, por exemplo, situados em regiões do semiárido nordestino, falta água. Enquanto isso, nos Estados Unidos utiliza-se uma quantidade enorme de água para irrigar campos de golfe e jardins particulares (FERRERO; HOLLAND, 2004, p. 129).

O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas concluiu, em fevereiro de 2007, que:

Os seres humanos estão expostos a mudanças climáticas causadas por alteração nos padrões do tempo (p. ex., intempéries mais intensas e

frequentes), e indiretamente por mudanças na água, no ar, na qualidade e quantidade de alimentos, nos ecossistemas, na agricultura e na economia... Maior frequência de ondas de calor, de secas e inundações afetam negativamente o rendimento das colheitas e dos animais domésticos, muito mais do que pela mera mudança de estações, devendo contar-se com a possibilidade de surpresas, com impactos maiores que ocorrem mais cedo do que previstos somente à base das principais variáveis. Tal acontece sobretudo, nos setores de subsistência em baixas latitudes. A variabilidade e as mudanças climáticas, também alteram os riscos de incêndios, de pragas e surtos patogênicos, piorando a produção de alimentos e fibras e a silvicultura (HASENACK, 2010, p. 1).

Na verdade, o clima e a ocorrência de doenças estão interligados, tanto que suas relações podem ser determinantes para a proliferação de epidemias. As variações climáticas, ao interferirem, portanto, no ambiente, podem determinar a ocorrência e a severidade de doenças, além de causar modificações na incidência dos problemas fitossanitários, o que leva a consequências econômicas, sociais e ambientais (GHINI et al., 2008, p. 168). Assim, o aumento de temperatura, a ocorrência de secas e o aumento da concentração de dióxido de carbono são alguns dos fatores-chave que poderão alterar o padrão de ocorrência das doenças.

3.3 AGENTES CAUSADORES DO PROCESSO GLOBAL DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A ênfase no crescimento econômico, a fim de obter sempre um maior produto interno bruto (PIB), leva a maioria dos países a não se preocupar com as questões relacionadas ao meio ambiente. Em nome do lucro e de um suposto “desenvolvimento”, pessoas e instituições poluem as águas, desmatam florestas inteiras, queimam extensas áreas para a produção de pastos, utilizam máquinas que lançam grande quantidade de gases tóxicos na atmosfera, aplicam, sem nenhum controle, agrotóxicos nas plantações, exterminam animais silvestres (e grande parte da biodiversidade),⁴⁴ além de muitas outras ações que causam impactos que não podem ser revertidos ou reparados e serão sentidos por muitas gerações.

⁴⁴ Biodiversidade ou diversidade biológica são termos que se referem à variedade e à diversidade de espécies de seres vivos no planeta Terra. Podem ser usados também para falar da diversidade dentro de uma mesma espécie, entre diferentes indivíduos. Podem designar ainda seres vivos de um determinado local ou a diversidade das relações estabelecidas entre eles (MARAFON, 2011, p. 10).

Uma das mais graves consequências desse conjunto de ações é, sem dúvida, a potencialização do efeito estufa.⁴⁵ Resultante da queima de combustíveis fósseis e de florestas, que emitem grande quantidade de carbono, sobretudo os gases metano e óxido nitroso, o efeito estufa ganha a cada dia mais força, pois as emissões das atividades não cessam, aliás, elas só tendem a crescer. A cada ano, são lançados na atmosfera cerca de 7 bilhões de toneladas de CO₂ (FILHO; ANDRÉ, 2011, p. 1;33).

Além dos gases poluentes, oriundos dos combustíveis fósseis, destacam-se a geração excessiva de lixo e o desmatamento, que degradam o ambiente, trazendo graves consequências, como o aumento de temperatura média global, a poluição e extinção de espécies (LESSA, 2014, p. 21).

A corrida armamentista é outro fator que contribui para a degradação do meio ambiente, pois além de necessitar de minerais, cuja extração destrói extensas áreas, para a construção de armamentos pesados, essas mesmas armas, quando acionadas, são capazes de poluir a atmosfera e causar desequilíbrios em todo ecossistema. Por exemplo, a produção e o uso de bombas nucleares, sejam elas usadas contra toda uma população, como no caso do ataque do EUA, em 1945, contra as cidades japonesas Hiroshima e Nagasaki, sejam elas acionadas em áreas supostamente desabitadas, no Pacífico, de qualquer modo, tem consequências desastrosas para todo o planeta (SANDRI, 2014, p. 1).

Outro fator que põe em risco a vida em nosso mundo é a crescente concentração de dióxido de carbono no ar, resultante do uso de combustíveis fósseis. Foram registrados, segundo Galvíncio (2012, p. 174), consideráveis índices não só de dióxido de carbono, mas também de metano e óxido nitroso, ambos muito usados na atividade agrícola. Esses gases, na escala em que estão sendo emitidos, alteram significativamente o clima e favorecem o efeito estufa.

De acordo com o Inventário brasileiro sobre os gases de efeito estufa, as queimadas e desmatamentos no Brasil respondem por três quartos das emissões de

⁴⁵ O processo do efeito estufa pode ser explicado da seguinte maneira: (A) A radiação solar atravessa a atmosfera. A maior parte da radiação é absorvida pela superfície terrestre e aquece-a. (B) Parte da radiação solar é refletida pela Terra e atmosfera, de volta ao espaço. (C) Parte da radiação infravermelha (calor) é refletida pela superfície da Terra, mas não regressa ao espaço, pois é refletida de novo e absorvida pela camada de gases de efeito estufa que envolve o planeta. O efeito é o aquecimento da superfície terrestre e da atmosfera (FILHO; SILVA, 2004, p. 30).

CO₂, enquanto a utilização de combustíveis pela indústria e transporte responde por um quarto desse total.

Os principais agentes poluidores do planeta, estão relacionados ao sistema capitalista, balizado na política neoliberal, interessa-se apenas em suprir as necessidades do mercado. Exploram-se a terra e as fontes de água, provocando alterações trágicas para o ecossistema. O impacto sobre a natureza é uma forma de violência, alimentada pela ética da conquista (VISSER, 2012, p. 20). Com efeito, o planeta Terra está ameaçado por modelos de desenvolvimento baseados em meios de produção e de consumo predatórios, que vêm resultando em desmatamentos, desertificação, aquecimento global, redução da camada de ozônio, aumento do efeito estufa e muitas outras formas de degradação ecológica.

O agronegócio, que fatura alto e recebe incentivos dos governos, pensa menos na comida do povo do que em produzir ração para animais. Agrava-se ainda mais a situação com o uso indiscriminado de pesticidas, que contaminam a Terra e os alimentos produzidos para o consumo, ameaçando a qualidade de vida, e provocando doenças cancerígenas.

Além disso, há o problema da migração forçada pelas duras condições climáticas, como as secas no Nordeste ou as enchentes no Sul, que a cada ano são responsáveis pela movimentação de grande quantidade de pessoas pobres, em direção aos grandes centros urbanos, à procura de melhores condições de vida. No fundo dessa migração está o problema ecológico. Segundo Libânio (2010, p. 20), tratamos a Terra como objeto de exploração, entregue à ganância dos mais fortes e poderosos, à custa da fome de bilhões de pessoas.

A Terra, mesmo com sua capacidade de regeneração, não consegue resistir às pressões dos frequentes “ataques” contra ela. Disto resultam crises que afetam a todos, como: mudanças climáticas descontroladas, falta de energia elétrica, escassez de alimentos, ondas migratórias descontroladas, ausência de recursos renováveis, problemas sociais, como a falta de emprego, e morais, como a perda de valores, intolerância, violência, entre outros.

No mundo contemporâneo, as evidências têm mostrado que a ambição do poder econômico e político, movidos pelo sistema neoliberal, que busca cegamente o lucro e diviniza o mercado, têm causado sérios problemas, que ameaçam a vida das pessoas humanas. Para atingir seus interesses, pessoas inescrupulosas

depredam o meio ambiente em proporções nunca vistas antes, causando as mudanças climáticas em todo o mundo, com o aquecimento demasiado da Terra, gerando, assim, o desequilíbrio em todos os ecossistemas e a conseqüente morte das várias formas de vida. Nesse sentido, Krautler (2009, p. 1) afirma que:

A ambição de dominar e subjugar a natureza, e a ganância, subverteram os homens [...] não se tem mais zelo, cuidado e amor pela Terra [...] o lucro imediato, sem dó e piedade, sem cuidado e cautela, sem remorsos e arrependimento, é quem dita as regras. Violentaram a mãe Terra e estupram a mata virgem.

Outro elemento do meio ambiente a ser levado em consideração nesse processo diz respeito às florestas de todo o mundo. Hoje sabemos que há uma estreita relação entre as florestas e o equilíbrio climático. Assim, ao se transformar a floresta equatorial em pasto para gado, passa-se a ter uma quantidade menor de árvores e, com isso, também se diminui a evapotranspiração, como é chamado o processo em que a água se evapora dos solos e da superfície das plantas, que transpiram. Dessa forma, o clima fica mais seco, levando, por sua vez, à propagação de queimadas, ao longo do ano (MARAFON, 2011, p. 11).

Na maior parte dos casos essa destruição das florestas é demandada pelo consumo que necessita ou de mais produtos derivados das árvores, como móveis, por exemplo, ou de mais carne bovina, do gado que ocupa o que antes era floresta. Esses padrões dominantes de produção e consumo, segundo Ferraro e Holland (2014, p. 82), estão causando devastação ambiental, esgotamento dos recursos naturais e uma massiva extinção de espécies.

Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo (e dificilmente passarão a ser) divididos equitativamente e a diferença entre ricos e pobres se estende cada vez mais. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causas de grande sofrimento. Com efeito, o modelo político neoliberal, em um mundo globalizado, favorece apenas o mercado com suas demandas; investe a qualquer custo em variados negócios, desde que sejam rentáveis, ou seja, lucrativos, à revelia do uso correto e responsável dos recursos naturais e humanos. Nessa escalada, intensifica-se a produção de gases nocivos à vida, devasta-se o mundo; aquece-se o planeta provocando mudanças desastrosas no clima; polui-se a água, o ar, as plantas, gerando graves doenças para os seres humanos e para todas as demais espécies da Terra.

Sob um falso discurso de ecossustentabilidade, muitas empresas levam o mundo a um esgotamento total e sequer vislumbram a possibilidade de, por exemplo, reflorestar uma área, despoluir um rio onde foram jogados resíduos sólidos, investir no uso de filtros de ar para as grandes chaminés que lançam gases poluentes cotidianamente sobre nossas cabeças, causando-nos doenças respiratórias graves e diminuindo nossa expectativa de vida. A regra é o lucro, e o lucro irresponsável, que faz vítimas e condena as gerações futuras a uma vida marcada pela ausência de florestas, de rios, de ar puro, enfim, de vida.

O deus dinheiro torna-se mais importante do que o cuidado amoroso para com as pessoas e a natureza, porque, “Através da máquina do lucro e do dinheiro, arrasa-se tudo” (BERGÓGLIO *apud* ÁLVAREZ, 2014, p. 1).

3.4 O REINO DE VIDA AMEAÇADO PELA GANÂNCIA DO SER HUMANO

Na Palestina do século I de nossa era, o povo judeu palestinese vivia situações de perigo e de ameaças permanentes, que pareciam, para muitos, o fim do mundo. O desrespeito do Império Romano sobre os direitos, a dignidade e a terra das pessoas, era uma prática constante. Violavam esses direitos, de forma brutal, comparava-se a vendavais que destruíam tudo por onde passavam. Àqueles que relutavam em aceitar a determinação do poder imperial, eram, então, torturados e mortos.

Por se tratar de um momento extremamente difícil para sua comunidade, em que era frequente o poder imperial perseguir os cristãos, incendiar as cidades e matar as pessoas, Marcos utiliza uma linguagem apocalíptica, na composição do capítulo 13 de seu Evangelho. O objetivo era amenizar a dor de seu povo, ao mesmo tempo em que buscava reacender as esperanças há muito perdidas. Ele anuncia, então, o Reino Deus e, com isso, faz um apelo à conversão pessoal e estrutural.

A proposta do Reino de Deus em Marcos (Mc 1,14-15) é um convite à fé como compromisso. Reivindica mudanças de mentalidade e de conduta, implicando uma atitude ética que defende a vida ameaçada pela morte. Na expressão do evangelho “convertei-vos e crede no Evangelho” há um imperativo ético radical, que

implica em mudança de atitude e leva ao rompimento com as velhas estruturas do poder imperial daquela época.

Com a chegada do Reino de Deus que é um Reino da vida, no qual não são mais toleradas as injustiças contra toda vida da pessoa humana e dos outros seres vivos, começa-se a mudar a própria mentalidade e conduta das pessoas, que passam a seguir um novo caminho.

Essa preocupação com a vida ameaçada pelas estruturas de poder do século I une-se à preocupação das pessoas nos dias de hoje quando percebem os riscos e ameaças de todo o planeta.

Faz-se um apelo a toda a humanidade em defesa da Terra, com todos os seres vivos que a povoam.

É imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa interdependência e nossa responsabilidade uns com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações. [...] A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. [...] Em meio a uma magnífica diversidade de culturas e de formas de vida, nós somos uma só humanidade e uma só comunidade da Terra e com um futuro comum (FERRERO;HOLLAND, 2004, p. 43-53).

Conforme visto no primeiro capítulo desta tese, na Palestina do século I, época em que Marcos escreveu seu Evangelho, o Império Romano detinha o controle de várias regiões e, a partir de uma política de dominação e exploração, subjuguava o povo, impondo-lhe condições desumanas, com a cobrança abusiva de impostos, que forçavam muitas pessoas a abrirem mão de suas terras e se tornarem meeiros ou diaristas. Isso gerou uma grande crise social, que forçou muitos a migrarem para os centros urbanos, onde passam a levar uma vida de mendigos e famintos (THEISEN, 1998, p. 40).

É nesse contexto que Marcos (1,14-15) anuncia a chegada do Reino de Deus ao povo que era ameaçado em todos os sentidos, sobretudo em sua dignidade. Os relatos feitos por Marcos acerca dos milagres revela-nos o amor libertador de Jesus em oposição às escravidões a que o povo era submetido. O tempo estava se cumprindo (Mc 1,15), logo, a hora havia chegado e urgiam atitudes novas, que rompessem com todos os impérios de dominação e destruição.

Nos tempos hodiernos, as ameaças à vida se repetem. Mesmo o contexto sendo outro, porém, a exemplo daquela época, continua a imperar, em nossa

sociedade, a injustiça, a opressão, a política excludente, em que se constata a ganância e o poder, norteados pelo modelo econômico mercadológico, que produz destruição, miséria e fome. Vivemos em uma atmosfera corrompida pelo sistema (LESBAUPIN; STEIL; BOFF, 1996, p. 23).

Constata-se, atualmente, uma progressiva destruição da vida, em todas as suas formas. Dentre os principais problemas que denotam falta de respeito à vida destacam-se: a aplicação, sem discernimento, dos progressos científicos e tecnológicos, o gradual esgotamento da camada de ozônio e o consequente efeito estufa, que atinge dimensões críticas em todo o planeta. Essa postura irresponsável em relação à natureza e os consequentes desastres ecológicos ameaçam todas as espécies viventes (GOMES, 2014, p. 1).

Hoje, em nome do capital, o ser humano é despersonalizado e transformado em objeto. Coisificado, perde sua identidade e se torna um cobiçado consumidor em potencial, manipulável por mãos inescrupulosas de quem somente visa o lucro. De indivíduo, que possui a ilusão de ser autônomo, é transformado, ao mesmo tempo, em produtor e consumidor, no que constitui o grande paradoxo de sua vida, em uma realidade dominada por um sistema econômico injusto e excludente, “Ele próprio, singular e coletivamente, produz e reproduz as condições materiais e espirituais da sua subordinação e eventual dissolução” (IANNI, 2001, p. 21).

Na Carta da Terra,⁴⁶ coloca-se em xeque o problema das multinacionais que dominam quase todos os aspectos de nossa vida, sem qualquer atenção e cuidado com as condições naturais do mundo. Elas exploram o planeta olhando unicamente o seu valor econômico, ancorado pelo neoliberalismo e se impõem como sistema econômico único, válido em todo o mundo, em um contexto de globalização. Isso faz com que a miséria, a fome, o desrespeito pela pessoa humana e pela própria natureza tornem-se igualmente globalizados (BERRY, 1999, p. 32).

No nosso mundo tecnológico e globalizado, de acordo com Ferrero e Holland (2004, p. 129), grandes quantidades de recursos naturais e de energias humanas são gastas, cada vez mais, em equipamentos e atividades militares, enquanto

⁴⁶ A Carta da Terra tem um caráter ético global. Preocupa-se com as necessidades de quem é ignorado, de quem é vulnerável, daqueles que sofrem com as muitas formas de genocídio e de racismo; mas chama atenção também para os fenômenos disseminados de intolerância, para os desastres naturais, para as guerras que geram mortes, destruição e refugiados, para as várias condições de incapacidade. Adverte a necessidade, em todas as circunstâncias, de apoio social e sustento econômico, de proteção e assistência médica (FERRERO; HOLLAND, 2004, p. 111).

muitas nações não desfrutam de recursos suficientes para prover a própria alimentação de suas populações e nem para a construção de moradias, de escolas e de hospitais.

Em nossa realidade mundial, impera a política neoliberal que se posta para além do bem e do mal.⁴⁷ Segundo Frei Betto (2013, p. 53), o neoliberalismo não nega a existência de Deus, mas faz dele o Senhor da riqueza e do mercado. Nessa ótica, suspende-se o humanismo, a solidariedade, e ascende-se à competição. Só há lugar para o consumismo, a acumulação, o pragmatismo, o individualismo. Nesse modelo, os pobres não têm espaço. “Fora as armas nucleares, o capitalismo é a maior ameaça que a humanidade já enfrentou. Ele levou a ganância a um patamar de força determinante da história” (ROBERTS, 2014, p. 1).

Nesse contexto, tudo virou mercadoria, não só os produtos manufaturados e os serviços comerciais, mas também a opinião, a água, a matéria viva, e suas arquiteturas. Até órgãos humanos e crianças (o que não se encontra no mercado legal, compra-se sem maiores dificuldades, em mercados clandestinos vastos e prósperos) são comercializados. A divinização do Mercado é o credo oriundo do Ocidente, que se espalhou pelo mundo inteiro (DFOUR *apud* MOREIRA, 2014, p. 13). Essa crítica à supervalorização do dinheiro e à desvalorização da vida foi muito bem sintetizada por Bergoglio (2013, item nº 56), em sua primeira exortação apostólica, *Evangelii Gaudium*:

Instaura-se uma nova tirania invisível, às vezes virtual, que impõe de forma unilateral e implacável as suas leis e suas regras. Além disso, a dívida e os respectivos juros afastam os países das possibilidades viáveis de sua economia e os cidadãos do seu poder real de compra. A tudo isso, se junta a corrupção ramificada e a evasão fiscal egoísta, que em tempo de globalização, assumiram dimensões mundiais. A ambição do poder e do ter não conhece limites. Nesse sistema, que tende a deteriorar tudo, para aumentar os benefícios, qualquer realidade que seja frágil, como o “meio

⁴⁷ Na obra *Para além do bem e do mal*, Nietzsche faz uma crítica aos modelos reducionistas e gregários das várias formas de religiões, sejam elas de caráter político, social, educacional, econômico, filosófico, religioso, confessional, e outros. A crítica de Nietzsche sobre as crenças nas doutrinas políticas do seu tempo (há 100 anos na Europa) alfinetam hoje a divinização do mercado e da política neoliberal que age com fins espúrios para acumulação de riquezas e lucros. Entende-se que a crença atual no mercado vai para além do bem e do mal, a custo da destruição da pessoa humana e seu *habitat* natural. Na perspectiva nietzscheana, defende-se a força de vontade voltada para a nobreza de espírito. Essa conduta de gerar o lucro pelo lucro movido por uma ideologia sistêmica contraria sua proposta, e levaria a um total niilismo. O que vem acontecendo hoje no mundo com o aquecimento global, e as mudanças climáticas, confirmam suas previsões feitas há mais de cem anos. A realidade humana técnico-científica de inspiração cartesiana levar-nos-ia ao Niilismo (NIETZSCHE, 1999, p. 25s.).

ambiente”, por exemplo, fica indefesa face aos interesses do mercado divinizado, transformados em regras absolutas.

Baseado na Carta da Terra, Thomas Berry (*apud* FERRERO; HOLLAND, 2004, p. 138) critica também com vigor esse modelo desproporcional e incontrolável do mercado econômico:

Exploram o planeta, olhando unicamente o valor econômico. Elas entregam seus produtos à plateia dos consumidores, depois de convencê-los de que uma economia baseada na extração e transformação das matérias-primas, pensadas simplesmente como “recursos naturais”, proporciona uma vida melhor e infinitamente satisfatória que aquela que podemos alcançar vivendo dos sistemas orgânicos do planeta, continuamente renovados. As grandes empresas e multinacionais tornaram-se a base de sobrevivência da comunidade humana. Nós agora vivemos num mundo construído pelo sistema industrial, com um grande número de controles tecnológicos sobre o mundo natural. Quando examinamos a forma em que as multinacionais controlam nossa vida, sua posse dos direitos legais para o uso de suas propriedades espalhadas pelo mundo, seu controle sobre os governos, o poder judiciário, as universidades, sua influência sobre o pensamento por meio da mídia, sua segregação das normas civis, culturais e morais; quando refletimos sobre tudo isso, então começamos a nos dar conta do desafio que está diante de nós.

Esse processo de globalização, para Bonavia (2006, p. 9), é um evento planetário que impulsiona a unificação e liberalização de todos os mercados e a integração dos países periféricos, na economia mundial, segundo o modelo capitalista de desenvolvimento. Como resultado desse processo de globalização da economia, mais do que antigamente, os pobres⁴⁸ atuais estão mais “empobrecidos”. Seus rostos estão multiplicadamente marginalizados: mulheres, negros, índios, meninos de rua, imigrantes, são o resultado de um processo econômico inevitável, independente de decisões e previsões humanas, mas de uma produção científica, globalizada e previsível da pobreza.

Ademais, a dimensão mais profunda e negativa da globalização apoia-se na espetacular integração mundial dos mercados financeiros. Isso está causando graves repercussões nas relações que vinculam, assimetricamente, os países da periferia com o sistema financeiro mundial. O que nos leva a concluir que a principal causa da pobreza no mundo atual está relacionada com o modelo neoliberal

⁴⁸ O Banco Mundial define assim a pobreza: Pobreza é fome. Pobreza é falta de abrigo. Pobreza é estar doente sem condições de ver o médico. Pobre é não ser capaz de ir a uma Escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é medo do futuro, vivendo um dia de cada vez. Pobreza é perder um filho por causa da contaminação da água. Pobreza é não ter nenhum poder, não ter representação, liberdade (WALDEMAR; BARRO, 2006, p. 175).

globalizador, que vincula o desenvolvimento, não à melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas à eficiência e à competitividade (IRIARTE, 2006, p. 23).

Se hoje existe escassez é porque a riqueza se alimenta da escassez da maioria e também porque as rápidas e profundas mudanças que ocorrem na sociedade transformam-na numa sociedade de risco e de medo. Ninguém está seguro, pois ronda continuamente o fantasma da instabilidade, que gera o medo. O sistema se nutre, dessa forma, de pessoas submissas ao medo da escassez, da violência, da doença. O medo, que, enquanto paralisa, acovarda, é hoje o principal fator de submissão a uma ordem injusta e excludente (BRIGHENTI, 2006, p. 25).

A competição e a sede de lucro sem limite do sistema capitalista estão destruindo o planeta. Nesse sistema, não existem seres humanos, mas sim, consumidores. Do mesmo modo, não existe a “Mãe Terra” como tal, mas sim a fornecedora de matérias-primas. O capitalismo, enquanto fonte das assimetrias e desequilíbrios no mundo, gera luxo, ostentação e esbanjamento para uns poucos, enquanto milhões morrem de fome no mundo inteiro. Nas mãos do capitalismo, tudo se converte em mercadoria: a água, a terra, o genoma humano, as culturas ancestrais, a justiça, a ética, a morte, a vida. Tudo, absolutamente tudo, se vende e se compra no capitalismo. E até a própria mudança climática converteu-se em um negócio bastante rentável, pois há sempre alguém que lucre quando acontecem as catástrofes decorrentes dessas transformações do clima. Essas mudanças colocam toda a humanidade, no entanto, diante de uma grande disjuntiva: continuar pelo caminho do capitalismo e da morte, ou empreender o caminho da harmonia com a natureza e do respeito à vida?

O meio ambiente, com sua biodiversidade, sofre sérios impactos desencadeando desequilíbrios ambientais, mudanças climáticas e uma séria crise ecológica, reduzindo sensivelmente a qualidade de vida, com ameaça de morte a todos os sistemas de seres vivos. Essas são algumas das consequências geradas pelo modelo capitalista, arbitrário, que age à revelia da realidade social e natural.

Nos últimos anos, foi intensa a redução da qualidade de vida. O ser humano está inserido num sistema agressivo, de exploração e de morte. São inúmeros os desafios que ameaçam a humanidade. Destacam-se alguns problemas: a insuficiência de alimentos, o esgotamento dos recursos naturais, a poluição, a corrida armamentista e a crise ecológica. Dentre os inúmeros desafios, o maior está relacionado ao aumento da riqueza e da não partilha dos bens produzidos (GOMES, 1997, p. 137).

Em nossa sociedade, a ambição do império capitalista, gerido pelo poder político e econômico, reduz a pessoa humana ao lucro. Com essa filosofia centrada em interesses espúrios, egoístas, toma-se não só o espaço de sobrevivência, como também coloca em risco esse mesmo espaço. Na sociedade agrária da Palestina do século I, enfrentava-se situações análogas às de hoje, predominava os interesses políticos e econômicos do Império Romano, a revelia da miséria e da fome do povo camponês. Com um agravante, a terra para esse povo era "sagrada".

O Reino de Deus, apresentado por Marcos, contrapõe-se ao reino da dominação e da morte, pois é um reino de vida que tem um caráter permanente. Esse mesmo Reino continua presente hoje, quando se defende a vida em todos os lugares em que é ameaçada. Em nosso tempo, a realidade tem outras configurações, mas os problemas assemelham-se aos do passado: a fome, a pobreza, a miséria, que passa a confrontar-se com a causa única de Jesus, que é a realização (ou implantação) do Reino de Deus, reino de vida, neste mundo. Portanto, na dinâmica do Reino de Deus, urge o desafio de defender a vida da pessoa humana e do Planeta ameaçado de extinção.

É direito de todos usufruir da água e ao ar puro, à segurança na alimentação, ao solo livre de substâncias químicas nocivas à moradia, à higiene. Dentre os direitos inalienáveis de todos os seres humanos, essenciais à vida, a água potável é a primeira da lista. Um alto número de pessoas no mundo não tem acesso à água, sendo obrigadas a utilizar fontes de água não potável. Em razão disso, contraem sérias doenças, expondo-se todos os dias ao perigo de morrer (CARTA DA TERRA, 2000, p. 4).

Quando Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, conforme o relato bíblico, no livro das origens, o Gênesis, Ele o destinou a cuidar do Jardim do Éden, e tirar dali somente o necessário para seu sustento. Hoje, a situação é invertida, passou de cuidador a dono do jardim, usurpando-o e tomando para si uma das prerrogativas de Deus, a de ser o Senhor de todo o Universo.

Nessas condições, o Reino de Deus, como Reino de Vida, tem seu projeto de implantação inconcluso, interrompido, pelas ações inescrupulosas de homens que, embora finitos, não se lembram disso, por exemplo, na hora de desmatar a nossa Amazônia.

As forças da natureza fazem da existência uma aventura laboriosa e incerta, mas a Terra fornece as condições ideais para evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade dos seres vivos e do bem-estar da humanidade depende da preservação da saúde da biosfera, de seus sistemas ecológicos, da rica variedade vegetal e animal, da fertilidade e pureza do solo, da pureza do ar e das águas. Os ambientes globais, com seus recursos limitados, pertencem a todos os povos. A preservação da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um compromisso sagrado (CARTA DA TERRA, 2000, p. 1).

Ao continuar as ações predatórias contra o meio ambiente, o próprio ser humano parece chegar a um ponto em que é inevitável a eliminação da vida terrena. Urge, portanto, investigar as causas que têm originado tais catástrofes e encontrar saídas alternativas, para amenizar os riscos iminentes para a sobrevivência do nosso planeta (DIAS, 2014, p. 18). As mudanças climáticas, tanto as de causas naturais, quanto as de origem humana, são um dos alertas mais evidentes de que a sociedade estará, ao longo deste século, cada vez mais vulnerável aos impactos ambientais que ela mesma provocou.

Esses sinais de alerta demonstram que entramos num tempo em que o mundo será diferente daquele que conhecemos até agora. O problema não é somente o fato de que secas, tempestades, ondas de calor e furacões se tornem mais frequentes. O que é assustador é que estamos perto do ponto do não retorno, do ponto de bifurcação de uma mudança radical, que trará consequências para o modo como comemos, trabalhamos, viajamos e gerenciamos negócios, criamos filhos, praticamos medicina, direito, construímos cidades, produzimos nosso alimento, e assim por diante. As projeções futuras não são nada animadoras: não se trata apenas de ocorrências extremas particulares de elevação gradual de temperatura, mas sim de um ambiente global degradado para os seres vivos. Quando as temperaturas alcançam o ponto de não retorno, é o ponto em que a temperatura torna-se irreversível (McFAGUE, 2011, p. 23).

Vale lembrar que a Palestina do século I estava sob o domínio do Império Romano, que explorava o povo de várias maneiras, dentre os quais, com a cobrança abusiva de impostos. Como o principal objetivo era manter o domínio do comércio e os privilégios dos governantes, espoliava-se o povo, sobretudo dos camponeses. As consequências dessa situação tornaram-se críticas: perda de moradia, da identidade, das relações sociais, entre outras. Isso provocou outras situações, tais como: fome, doenças, escravidões e exclusões (MARQUES, 2006, p. 14). Apesar de estarmos separados por centenas de anos da realidade palestinese, do seu "Sitz in

Leben”, as causas motivadoras da exclusão social se repetem: a ambição sem limite e a ganância de poder.

Essa perspectiva de mundo, tanto do Império Romano quanto do sistema capitalista, choca-se contra a construção do Reino de vida de Deus (MARQUES, 2006, p. 12). Por isso, o apelo profético permanece atual. Diante das catástrofes climáticas presentes em nossa vida, diante do sofrimento de milhões de refugiados ambientais em todo mundo, fica a indignação e a condenação de tais situações e de seus responsáveis diretos (DIAS, 2012, p. 103). A ambição e a ganância no mundo contemporâneo têm levado o mundo a situações absurdas, pois depredam o meio ambiente a troco de lucro e de poder.

As formas de exploração predatória da Terra constituem forte elemento de ameaça à vida, que é criação de Deus (Gn 1,1ss) e são justificadas no âmbito do capitalismo de mercado, produzindo e desencadeando a crise entre ricos e pobres, mas em modalidades novas: os pobres do mundo não só são menos beneficiados pelo consumismo, mas, agora, com as mudanças climáticas, está em jogo a sobrevivência do próprio consumismo (McFAGUE, 2011, p. 39).

Essa crise ecológica atual, em suas diferentes manifestações, global ou local, tem suas origens no processo de desenvolvimento da sociedade moderna. Ela tem-se agravado devido à má gerência da economia e da política neoliberal, que contribui para as desigualdades e para o enriquecimento de poucos. A partir da crença no mito de que os recursos da natureza são inesgotáveis, explora-se ao máximo a terra, para atender ao crescimento das populações e da economia dos países ao redor, sempre sob a bandeira da globalização. Esse sistema, para responder às demandas do mercado, utiliza os recursos de forma irresponsável e inconsequente (FILHO; ANDRÉ, 2011, p. 9-10).

Dentre as consequências mais drásticas dos desequilíbrios ambientais, ao longo da história, destacam-se a fome, que é, segundo Dias (2014, p. 169-177), o resultado mais terrível que o ser humano pode experimentar. Dentre os muitos sofrimentos causados pelos desgovernos, a fome representa um sério atentado à vida, pois é contraditória e imoral. A possibilidade de ocorrência de desastres e de fome em grandes contingentes, no mundo atual, é uma cruel realidade, porque a sede e a fome transtornam a mente das pessoas. Por isso, uma pessoa faminta passa por transformações psicológicas e orgânicas profundas. E essa sensação leva

ao desespero, onde vale tudo, desde o recorrer ao lixo como alimento, até a prática do canibalismo. Spignesi (*apud* DIAS, 2012, p. 170) relata que:

Quando as pessoas estão em processo de inanição, são capazes de comer qualquer coisa, nem que seja apenas para ocupar o estômago vazio. Pedra, areia as próprias fezes e carne humana. Filhos são devorados pelos pais. Cadáveres são retalhados e consumidos por pessoas delirantes e desesperadas. Narra-nos um fato ocorrido na Ucrânia soviética stalinista, 1932, houve um surto de fome catastrófico. O canibalismo foi a última alternativa. Embutidos e conservas de carne humana eram fabricadas e vendidas secretamente. Muitas vezes dedos humanos (do pé e das mãos) eram encontrados em meio à carne cozida (DIAS, 2012, p. 170).

Esses fatos, nascidos de uma situação motivada pela fome, ferem a dignidade da pessoa humana em sua essência. É por isso que reflexão marcana sobre o Reino de Deus mostra a preocupação de Jesus com a fome humana (Mc 8,1-10). Ele eleva a compaixão para aqueles que estão famintos e remete a responsabilidade de saciar a fome de pão para todos. Incentivando a partilha e a solidariedade, Jesus nos ensina que é possível fazer justiça, sem dispensar ou marginalizar alguém. Essa é a exigência para aqueles que decidem seguir o projeto do Reino de Deus. Muda-se a consciência e, conseqüentemente, a prática. O amor transcende a condição de um sentimento egocêntrico e passa-se para um amor compromisso pela causa da vida (Mc 6,30-44).

As mudanças climáticas nos fazem refletir sobre o quanto somos dependentes do nosso planeta para sobrevivermos, ou seja, ao sentirmos o perigo iminente de destruição do nosso meio ambiente, passamos a valorizá-lo. Do mesmo modo, somos dependentes da atmosfera da Terra, pois, além de ser responsável pela regulação da temperatura, nela se concentra todo o oxigênio que precisamos para viver.

É nos pulmões que nos conectamos com a imensa corrente sanguínea aérea da Terra, e assim o ar nos insufla desde a primeira respiração até a última. Os antigos costumes de bater nas nádegas dos recém-nascidos para provocar uma aspiração de ar e de aproximar um espelho dos lábios dos moribundos são indicadores da nossa existência. E é o oxigênio da atmosfera que inflama nosso fogo interior, permitindo assim movimentarmos, comer e reproduzir-nos, na verdade viver. O ar puro, renovado sorvido diretamente do imenso oceano aéreo não é apenas um tônico obsoleto para a saúde humana; é a vida em si, e todo adulto precisa de 13,5 quilogramas dele todos os dias de sua vida (McFAGUE, 2004, p. 29).

As ações do homem sobre a natureza, nos últimos decênios, têm contribuído para destruir até mesmo a atmosfera de nosso planeta, e o aquecimento global e o efeito estufa são provas dessa realidade de destruição e descaso para com a Terra. Contrariamente, na cultura palestinese, do século I, a Terra era um patrimônio sagrado, fonte de sustento e de vida cultural e religiosa do povo, mas a ambição do Império Romano levou à espoliação e depredação das terras dos camponeses, causando impactos expressivos sobre as terras e sobre as pessoas. As consequências dessa ação, conforme vimos anteriormente, foram o êxodo rural, a fome, a perda de identidade cultural e religiosa, entre outras (MARQUES, 2006, p. 14).

Vivemos em um tempo de posições extremadas, ou há excesso de tudo: de pessoas, de doenças, de exclusão social, de opulência, de egoísmo, de destruição; ou, em contraste direto, há falta de tudo: de comida e água para a maioria pobre, de distribuição de renda, de solidariedades; de compaixão; de respeito à natureza. Por isso, é necessário que as pessoas mais ricas e detentoras do poder percebam, antes de tudo, que não estão sozinhas no mundo e que não podem se considerar donas do mundo, mas sim que compartilham, com bilhões de outras pessoas, um mesmo futuro em um mesmo planeta, pois, só assim, com o esforço conjunto e a luta consciente em favor da defesa do meio ambiente e da dignidade das pessoas que conseguiremos reverter um quadro de destruição que há anos começamos a traçar e, que se nada for feito, vai culminar em uma grave crise com destruições catastróficas em massa.

E, para que isso ocorra, faz-se necessário restabelecer o valor da pessoa humana, por meio de um projeto maior, um projeto de fé que nos devolva a esperança. Nesse sentido, a proposta de Reino de Deus, apresentada há quase dois mil anos por Jesus, por meio do Evangelho de Marcos, contém exatamente essa perspectiva, de luta contra a ganância pelo poder e pela excessiva acumulação do dinheiro e da riqueza nas mãos de poucos, para se chegar a um equilíbrio, em que o ser humano seja mais importante que o lucro, que o respeito a todas as formas de vida substituam a exploração desenfreada do mundo.

De acordo com Beto (2013, p. 52), necessitamos de uma sociedade com mercado, e não uma sociedade de mercado, onde tudo vira mercadoria e que pode ser barganhado para auferir lucros. A realidade exige uma mudança de paradigmas,

que possa engendrar um desenvolvimento sustentável, que prime pelo uso racional dos recursos naturais dentro dos seus limites. Além disso, apresentar alternativas para renovação de recursos da Terra, que evitem o aquecimento global, que barrem a ganância sem fim, a fim de promover o equilíbrio social e defender a vida de todos os seres vivos que compõem nosso ecossistema.

Embora a Carta da Terra não mencione, diretamente, uma crença específica em Deus, ela traz a palavra espiritualidade, concebendo, dessa forma, a Terra como sagrada. Faz um apelo universal a todos os homens e a todas as mulheres de todas as culturas e povos para que se unam em defesa da vida ameaçada. O evangelista Marcos nos anos 70 d.C., na Palestina. Ele, anuncia o Reino da vida, para um povo ameaçado em sua própria dignidade, e exige mudanças. Tanto a Carta da Terra quanto o projeto do Reino de Deus fazem um apelo ao povo para a união, para a conversão e, principalmente, para a fé pessoal e comum, em favor da vida em oposição à morte (Mc 1,15).

É necessário que se resgate a essência do projeto do Reino de Deus, em defesa da vida, onde quer que ela esteja sendo ameaçada. Diante de tudo, surge um grito profético de denúncia contra a agressão à natureza e, principalmente à pessoa humana. Marcos fez isso em seu tempo: corajosamente, ele anunciou a vida em meio a situações conflitivas e de morte. Ele denunciou as várias situações em que o povo estava sendo explorado, sobretudo pelas forças do Império Romano. Hodiernamente, o império econômico também explora o povo, mas agora em escala global, ameaçando, inclusive, a própria continuidade da vida no mundo, ao ser responsável por mudanças climáticas tão radicais.

Diante desses novos desafios, fazemos essa releitura de Marcos, mas no contexto de nossa realidade ameaçada por novas formas de exclusões e riscos iminentes. Por isso, Ferrero e Holland (2011, p. 73), baseados na Carta da Terra, fazem um apelo à consciência humana: “Em meio a uma magnífica diversidade de culturas e de forma de vida, nós somos uma só humanidade, e uma só comunidade da Terra e com um futuro comum”. Portanto, preciso unir esforços de todos para salvar o planeta Terra das catástrofes que poderão advir.

Apresentamos, a seguir, algumas propostas de ações de sustentabilidade, fruto da reflexão de cientistas da área ambiental, teólogos, cientistas sociais,

filósofos, entre outros, e como essas propostas estão relacionadas ao projeto do Reino de Deus.

3.5 CAMINHOS DE SUSTENTABILIDADE COMO GARANTIA DA CONTINUIDADE DO REINO DA VIDA

Nossa pesquisa tem insistido, como um todo, na defesa da vida onde quer que ela esteja sendo ameaçada. Os dois primeiros capítulos contemplaram a presença do Deus da Vida e do Deus do Reino, que intervém na história da humanidade como libertador da pessoa humana, agredida por sistemas iníquos e opressores (como o Império Romano). Além disso, observamos que o Deus do Reino, apresentado por Marcos (Mc 1,15), continua a nos interpelar pedindo soluções viáveis que protejam a sobrevivência de todos os seres da Terra.

À luz do que vimos até agora, temos já várias evidências sobre a real situação do planeta, suficientes para apresentar argumentos sólidos para convencer as lideranças políticas, setores da educação, detentores do poder econômico, enfim, a todos os homens e a todas as mulheres, independentemente de origem ou cultura, de crença ou de não crença, de que é mais do que urgente a assunção de atitudes sábias para salvar nossa casa comum (*oikos*), a Terra.

Essa luta pela salvação do mundo em que vivemos, poderia, hoje, começar levando em consideração a própria situação climática, pois o clima é o maior e mais importante elemento para o equilíbrio do nosso ecossistema, como também o mais vulnerável sistema de interconexão do nosso planeta: ele possibilita e mantém, em medida, a vida. Não se pode consentir que mudanças maciças ocorram e, ao mesmo tempo, acreditar que poderemos prosseguir para sempre com a nossa vida sem nenhuma alteração. Como fazemos seguro de nossa casa, em possibilidades bem mais remotas de que poderão sofrer algum dano, como, então, podemos considerar a ameaça das mudanças climáticas como menos plausíveis e menos importantes? (McFAGUE, 2011, p. 27).

No contexto em que Marcos escreve seu Evangelho, os problemas mais graves foram a perseguição e a exclusão, por parte do Império Romano, que gerou uma situação de fome, de miséria, dentre outros, para muitas pessoas. Agora, as mudanças climáticas constituem a grande preocupação do século XXI. Não se trata

apenas de uma preocupação entre muitas, mas, semelhante ao canário em uma mina de carvão, que sinaliza a presença ou ausência de gases, cantando ou deixando de cantar e morrendo. As alterações climáticas estão nos advertindo que o nosso modo de viver no planeta está nos levando rumo à catástrofe. Precisamos, então, mudar.

Apesar de muitas outras questões nos preocupam, como a justiça social, a paz, a prosperidade, a liberdade, só poderemos nos preocupar com elas se tivermos condições de continuar vivendo neste Planeta, se ele for habitável. Essa é, portanto, a questão unificadora do nosso tempo: é uma nova guerra mundial, mas agora contra o nosso aniquilamento total, por isso, essa preocupação deve se transformar em um movimento mundial pela mudança de mentalidade e pela mudança de atitude (McFAGUE, 2011, p. 28).

No caso do Brasil, segundo Dias (2012, p. 139), deve-se implementar com urgência uma política nacional de mudanças climáticas, que tenha como objetivo reduzir o desmatamento, investir em fonte de energia renováveis, promover estudos de vulnerabilidades e plano de adaptação a mudanças climáticas. E isso exige um esforço coletivo, a partir da conscientização de todos, governos, indústrias, cidadãos. Nessa empreitada, o peso mais alto recai, sem dúvida, sobre os seguimentos que mais contribuem para o aquecimento global.

Entre as propostas de mudança de conduta, sugerimos a conversão do modelo político neoliberal, que só enxerga o mercado e o lucro, e, para conseguir seus objetivos, é capaz de negociar tudo: a terra, as pessoas, a água, etc. Essa filosofia inspira-se na ética maquiavélica, conforme a qual “os fins justificam os meios” (MAQUIAVEL, 2014, p. 1).

Sintetizamos, a seguir, uma série de atitudes necessárias para um desenvolvimento sustentável, apresentadas por Gomes (2012, p. 141):

- 1) denunciar o neoliberalismo;
- 2) mudar os hábitos de vida;
- 3) superar o consumismo e o desperdício;
- 4) superar as desigualdades entre os povos;
- 5) acabar com o mecanismo da dívida externa;
- 6) suspender os gastos bélicos;
- 7) democratizar o uso do solo agrário e urbano;

- 8) desenvolver fontes de energia não poluentes e renováveis;
- 9) valorizar as iniciativas populares e os movimentos sociais, como experiências concretas de sustentabilidade da sobrevivência física, cultural e ambiental;
- 10) respeitar as diferenças entre as pessoas e as culturas;
- 11) promover a integração e a solidariedade entre os povos.

Dialogando com Marcos (1,14-15) entendemos que a adesão ao Reino de Deus implica, em primeiro lugar, mudança de mentalidade e de conduta, seguida de uma crença firme na novidade proposta pelo Reino de Deus. Ou seja, implica na rejeição de toda atitude que gera exclusão e morte. A vida que brota dessa nova conduta é carregada de um novo sentido, de uma nova prática, pois é assumido um compromisso de transformação pessoal e estrutural contextualizada. Declara-se, assim, um não às injustiças sociais, à fome, à pobreza extrema e à destruição do meio ambiente.

Essa mudança, na forma de olhar a realidade à luz do Deus da vida (Deus do Reino), imprime uma consciência nova que impele para a luta em prol do bem comum. Hoje, dentre tantos desafios de ordem política e social, sobressaem-se, como já mostramos, as ameaças presentes, causadas pelas mudanças climáticas. Os empreendimentos voltados para uma proposta de sustentabilidade seja pelo indivíduo do senso comum seja por cientistas, governo ou outros carecem de uma nova consciência humana, voltada para o bem comum de toda a humanidade, à crença universal em um Deus que defende a vida, em todas as suas dimensões.

Mas, quais seriam as características de um modelo de sustentabilidade baseado na perspectiva acima apresentada? Ele deve, antes de tudo, pensar em formas de acesso aos recursos naturais sem degradar irreversivelmente o mundo, buscando preservar toda a sua biodiversidade; ele deve também incluir, em todas as suas fases, o elemento social, pensando na conservação de valores, crenças e identidades culturais e espirituais; ele deve ser politicamente sustentável, para aprofundar a democracia e garantir o acesso e a participação da sociedade em todas as decisões de interesse público.

Com essa mesma orientação, o Relatório Brundtland (FILHO; ANDRÉ, 2011, p. 22), da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida

como Comissão Brundtiand, estabelece quatro problemas-chave que o conceito de sustentabilidade deve enfrentar, são eles: o desafio ambiental e a degradação da base natural de sustentação da vida; o primeiro desafio social: a crescente desigualdade na distribuição de renda; o segundo desafio social: o grande número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza; e o desafio Institucional: a ameaça à paz e à segurança.⁴⁹

Dessa forma, os objetivos econômicos do progresso devem considerar as leis de funcionamento dos sistemas naturais, o respeito à dignidade humana e à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Esse novo modelo também deve levar em consideração fontes energéticas mais limpas, como a solar e a eólica, porque é necessário usarmos melhor a energia da qual dispomos. Nesse sentido, destacam-se os programas de eficiência energética, além, é claro, da revisão dos nossos hábitos de produção e de consumo, caracterizados pelos desperdícios e pelo consumismo (FILHO; ANDRÉ, 2011 p. 22; 25).

O Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), estabelecido nos moldes do IPCC, representa um grande avanço nessa direção para o país. Ele reúne e avalia informações científicas sobre os aspectos relevantes das mudanças climáticas no Brasil e já vêm realizando alguns estudos sobre a dinâmica regional do clima, os impactos relevantes das mudanças climáticas e os impactos ambientais, sociais e econômicos, nacionais e locais, que poderão ocorrer com as mudanças previstas. A produção desse conhecimento científico, a partir do problema das mudanças climáticas, deverá promover conhecimento suficiente no Brasil para uma adaptação que minimize os impactos à nova realidade, considerando as políticas internacionais e nacionais de mudanças climáticas (FILHO; SANTOS, 2011, p. 88).

No entanto, para viabilizar uma solução sustentável para a crise ambiental, segundo Filho e Santos (2011, p. 85) faz-se necessária uma mudança estrutural na economia dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. É preciso criar mecanismos limpos e sustentáveis de produção, utilizando o selo *Gold Standard*, que funcionará como uma certificação de garantia do projeto para o

⁴⁹ O principal objetivo desse conceito é o de possibilitar que todos, em qualquer lugar e em qualquer tempo, possam ter uma vida digna. Assumem-se a inclusão padrão de uma vida decente, coesão social, participação social e um ambiente saudável. Três imperativos centrais são derivados desses objetivos: 1) O imperativo ambiental: preservar o ambiente numa perspectiva de longo prazo; 2) O imperativo social: promover a justiça entre pessoas, países etc.; 3) O Imperativo Institucional: assegurar a participação da sociedade em decisões políticas, como uma condição inicial na resolução pacífica de conflitos.

desenvolvimento sustentável, além da redução das emissões de GEE. Isso, sim, poderia levar a uma diminuição dos problemas ambientais locais e a uma melhoria de vida para as comunidades envolvidas.

A Convenção do Clima (ou Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima) (UNFCCC), de acordo com Filho e Santos (2011, p. 73), estabelece métodos e condições para medir os níveis dos gases de efeito estufa na atmosfera. Nessa convenção, os mais de 180 países que assinaram o acordo reconheceram que a mudança climática é uma preocupação comum da humanidade e se propuseram elaborar uma estratégia global, para proteger o sistema climático, para as gerações futuras. Mas todos concordam que a prevenção deve ser o caminho para evitar um holocausto global.

Contudo, os países mais ricos, que são os principais causadores do aquecimento global, produzem o estrago, mas a conta é sempre paga pelos países mais pobres e vulneráveis. Os menos favorecidos são, geralmente, os mais atingidos pelas calamidades e continuarão pagando a conta.

A superação dos problemas ecológicos será fruto de nova consciência, de nova forma de viver, de pensar, de relacionar-se. Essa nova consciência deverá preceder a ciência e a racionalidade científica. Deverá ser superada pelos critérios éticos de reverência pela vida. Essa foi a postura ecologista de vários homens, tais como: Francisco de Assis, Thoreau, Tolstói, Gandhi, Luther King, Chico Mendes, Hélder Câmara e outros. É a proposta de vida anunciada por Jesus de Nazaré, encarnada em seu modo-de-ser-cuidado e sintetizada em sua palavra-programa de vida: “Que todos tenham vida, e vida em abundância” (Jo 10,10).

Os fatos têm comprovado que não basta apresentar políticas mescladas de interesses corporativistas e imediatistas só para favorecer pessoas ou Instituições. Mas sim, que as políticas públicas de desenvolvimento sustentável devem levar em conta a noção de que a natureza impõe limites ao crescimento econômico, especialmente quando esse crescimento está atrelado ao aumento do consumo de recursos naturais. Portanto, essas políticas devem ser feitas com ética e responsabilidade social (FILHO; ANDRÉ, 2011, p. 26).

Trata-se, portanto, de uma conversão (*metanóia*), que exige mudança de pensamento e de ação. Assim, por meio de uma experiência profunda de Deus, o ser humano será capaz de uma verdadeira conversão e reconciliação, pois a

reorientação dos caminhos da humanidade se fará “n’Ele”. Isso não é fácil, porque a coerência cristã exige compromisso e engajamento, no momento em que a fé em Cristo aponta para uma ação transformadora. Todo conhecimento balizado nesse propósito deve promover a vida.

Essa opção leva a uma nova concepção, a uma nova consciência ecológica, em que se assume uma prática libertadora, de comunhão e solidariedade (VIEIRA, 1999, p. 15). Logo, essa escolha é nossa: formar uma aliança planetária para proteger a Terra e cuidar uns dos outros ou arriscar a destruição de nós mesmos e da toda diversidade biológica.

Dependendo de nossa resposta a essa questão, deveremos mudar valores pessoais e institucionais. Enfim, encontrar um novo estilo de vida.

Com atitudes sábias para o desenvolvimento, poderemos nos tornar melhores, melhorando também a qualidade de vida de todas as pessoas, sem acúmulo desnecessário de riquezas e de poder nas mãos de poucos (McFAGUE, 2011, p. 110).

Há de se aplicar, então, os conhecimentos tecnológicos que a humanidade já adquiriu para prover todos os habitantes da Terra e reduzir o impacto sobre o meio ambiente, uma ação a ser desenvolvida por todos. Uma vez interconectados às exigências ambientais, econômicas, políticas, sociais e espirituais, poderemos preparar juntos soluções viáveis para a crise climática, que ameaça a vida no Planeta (FERRARO; HOLLAND, 2004, p. 44).

Vale ressaltar que, quando são tomadas decisões na área social e ecológica, deve-se considerar que cada ser do nosso planeta deve ser tomado em consideração. Para ser bom, cada projeto precisa ser guiado pelo bem comum: se uma decisão é positiva para um grupo social, mas não o é para seu meio ambiente; se é boa para os seres humanos, mas não para as árvores, ou para a tundra,⁵⁰ de nada valerá.

Um bom exemplo de ação em favor dessa causa está no trabalho conjunto que resultou na Carta da Terra (FERRERO; HOLLAND, 2004), cujos princípios e

⁵⁰ Tundra é um tipo de vegetação rasteira típica de regiões polares que ficam cobertas por gelo durante grande parte do ano. Na época do verão, este gelo derrete e a tundra se desenvolve. Podemos encontrar este tipo de vegetação em várias partes do mundo como, por exemplo, na Sibéria (norte da Rússia), no norte do Canadá, na Groelândia, na Suécia, no Alasca, na Noruega e na Finlândia (TUNDRA, 2014, p. 1).

propostas buscam defender a vida ameaçada no planeta. Entre as propostas dessa carta, destacamos:

- 1) reconhecer a interconectividade e interdependência com todos os seres vivos;
- 2) afirmar a fé na dignidade inerente a todos os seres humanos e em suas potencialidades;
- 3) assegurar que o mesmo direito em usar os recursos humanos comporta o dever de cuidar e de proteger o ambiente;
- 4) usar os conhecimentos com responsabilidade na promoção do bem comum;
- 5) promover a justiça econômica, de uma subsistência digna;
- 6) proteger as reservas, incluindo terras selvagens e marinhas;
- 7) manter a biodiversidade, defender a água e o solo, as espécies nativas;
- 8) manejar a extração e uso de recursos não renováveis, como minerais e combustíveis fósseis, de forma que diminua a exaustão e não cause sérios danos ambientais.

A Carta da Terra manifesta com clareza uma preocupação comum pelo futuro da humanidade, em defesa das formas de vida no planeta Terra. Essa preocupação se une à proposta do Reino da vida anunciado por Marcos (1,15), quando Jesus declara que o tempo se cumpriu, que o Reino de Deus sinaliza uma vida nova, e que não se permite mais a destruição e a morte. É preciso decidir-se em viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com a comunidade terrestre, como um todo e com nossas comunidades locais.

Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões local e global estão interligadas. Cada um compartilha responsabilidades pelo presente e pelo futuro bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade e de parentesco com toda a vida dos seres vivos é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida e com humildade em relação ao lugar que o ser humano ocupa na natureza (BOFF, 2012, p. 169).

Segundo Vieira (1999, p. 16), a crise ecológica também está relacionada a uma crise profunda entre o ser humano e Deus. Ao deixar Deus de lado, na

substituição do Deus da vida pelo deus econômico, o ser humano tornou-se desumano, esqueceu-se que era co-criador e guardião da natureza. Desvirtuou o sentido da criação e começou a agir como o senhor absoluto de tudo, passando de cuidador a dono. Somente redescobrimo o Deus da Vida, o Deus do Reino, e experienciando a Vida de Deus, será possível à humanidade uma verdadeira transformação da situação atual da crise ecológica.

O desenvolvimento responsável passa, necessariamente, por uma “metanóia”.⁵¹ E exige mudança de pensamento e de ação, o que implica libertar-se de uma visão egoísta e unilateral e passar a conceber a Terra como um bem comum, fundamental, para todas as formas de vida. Implica ainda uma reorientação dos caminhos da humanidade, exigindo empenho, compromisso e engajamento na tarefa transformadora. Devemos, enfim, cobrar atitudes decididas em promover mudanças, não mais podendo tolerar condutas destruidoras que ameacem o futuro da humanidade e do planeta (GOMES, 2014, p. 155).

Edificados a partir da fé e da conversão (Mc 1,15), que os valores do Reino de Deus são capazes de mudar os paradigmas de desenvolvimento, pois contêm um novo olhar, capaz de despertar o ser humano para uma nova consciência ecológica. Ao propor uma unidade na comunidade, o Reino de Deus demonstra que qualquer organismo no mundo só funciona bem se articulado com todos os demais organismos, em perfeita sintonia, dada pelo respeito e convívio mútuo. Se alguma parte do conjunto é afetada, reverbera em todas as demais. Verificamos essa premissa observando que, quando se depreda o meio ambiente, de forma irresponsável, com fim de auferir lucros, afeta todo o ecossistema. Se matam os peixes, destroem as florestas, poluem as águas, envenenam os alimentos, enfim, para se conquistar um bem para si, como o lucro, destroem, na verdade, o todo de todos (FERRERO; HOLLAND, 2004, p. 75)

Portanto, para resolver o problema da mudança climática em nosso mundo, precisa-se antes de uma mudança de mentalidade (MCFAGUE, 2011, p.116). Marcos sugeriu nos anos 70 d.C, uma mudança de mentalidade, que continua vivíssima em nosso tempo, quando a vida permanece ameaçada pela ambição das pessoas que persistem em acumular bens, em detrimento da destruição da “casa

⁵¹ *Metanóia*, do grego filosófico teológico, indica transformação radical de uma pessoa. Seu caráter seu pensamento, conversão espiritual (GOMES, 2004, p. 130).

comum” e de toda a humanidade. Se a Terra é de todos, nada mais justo do que intervir com um apelo profético, veemente, de denúncia contra seus agressores.

O Reino de Deus é a soberania de Deus sobre todas as coisas e os homens e as mulheres, que se comprometem em consolidá-lo, devem agir em favor da vida e da dignidade de todos os seres existentes. Para salvar o planeta Terra, ameaçado de extinção, pelas evidências do aquecimento global, são necessárias mudanças substanciais do indivíduo e das estruturas responsáveis pela poluição do planeta. Faz-se necessário, portanto, entender que a obra da criação é sagrada, que a Terra é a Mãe, nossa casa comum, e que é ela quem fornece as condições necessárias para a continuidade da vida de todos os organismos vivos. Por conseguinte, o cuidado com a ela significa a própria preservação da vida de todos os entes que vivem na natureza (FERRARO; HOLLAND, 2004, p. 43).

A intervenção de Marcos, conforme relatado em seu Evangelho, apresentou ao povo o Reino de Deus em meio a uma situação de conflitos, perigos e destruição. Seu anúncio continua a interpelar-nos a uma mudança de conduta. “Convertei-vos e crede no evangelho” (Mc 1,15). Com esses dois verbos no imperativo, Jesus define a resposta que Deus requer daqueles que desejam pertencer ao seu Reino. Nem arrependimento nem fé são gestos isolados, por isso, tanto atitudes quanto ações são essenciais para o seguimento de Jesus. Crer na Boa Nova resulta obediência, conforme ilustrado pelos quatro pescadores (Mc 1,16-20).

No evangelho de Marcos, a fé não é uma ideia abstrata, pois significa assentir e se comprometer com a causa do Reino (JÚNIOR, 2014, p. 01). Quando os contemporâneos de Jesus esperavam ansiosamente serem libertos da opressão e da perseguição do Império Romano, Marcos (vv. 14,15) apresenta, em um primeiro momento, o grito profético de João Batista, acendendo a esperança no povo, de que a intervenção divina estava próxima, de que Deus estava próximo de cumprir sua promessa. Mas, antes de efetivar sua obra, Marcos apresenta o conteúdo da mensagem do Batista, que dirige um apelo de conversão. Então, esclarece que, no caminho do Reino de Deus, na pessoa de Jesus, inaugura-se uma nova forma de viver e de ser, pois nada seria como antes. Para se chegar à novidade próxima, havia necessidade de abertura e de compromisso radical, a fim de erradicar todas as situações opressoras e de morte. No contexto em que se dá essa novidade, exige-se do povo de Israel uma nova ordem de justiça e de paz.

Especificamente, no anúncio do versículo 15, “o tempo está cumprido e o Reino de Deus está próximo; convertei-vos e crede no evangelho”, estão contidas as orientações de Jesus, que declara a existência de certas realidades criadas por Deus, que demandam (imperativos) respostas daqueles que as ouvem. Deduz-se de tudo isto que o apelo demanda uma resposta na prática, pois a fé professada implica fé compromisso pela causa do Reino.

Nessas circunstâncias dramáticas para a vida da humanidade, não é mais possível tomar do mundo natural tudo o que precisamos, para depois descartar tudo como lixo, como meros objetos sem sentido. Ao contrário, o homem é chamado a transformar sua própria existência, tornando-se responsável pela salvaguarda de todo ecossistema, celebrando a espiritualidade da natureza em suas múltiplas manifestações (FERRERO; HOLLAND, 2004, p. 78).

Essa visão espiritual da natureza, segundo Swimme e Berry (*apud* FERRERO; HOLLAND, 2004, p. 79), é necessária porque nela se evidencia quando o ser humano compreende e percebe em profundidade a natureza sagrada em todas as formas de vida. O solo, as plantas e os animais tornam-se sagrados, conforme modalidades específicas e particulares. Da mesma forma, eles se tornam uma fonte importante de espiritualidade para os seres humanos.

À luz dessa reflexão, lançamos novos desafios para a realidade atual. Se entendemos que o Reino de Deus, apresentado pelo Evangelista Marcos, implica na defesa da vida, em todas as circunstâncias onde ela é ameaçada, resulta que os homens e mulheres de fé no Deus da vida são convocados a mudarem sua forma de lidar com as obras do criador, e, conseqüentemente, a abraçar a causa em conjunto de defender o nosso *habitat* comum, a Terra, ameaçada pelas mudanças climáticas.

Toda a proposta marcana, desde o início do nosso trabalho, voltou-se para o tema do Reino de Deus, em uma perspectiva de vida e de esperança para toda humanidade. Marcos nos mostrou um Jesus comprometido com a causa da pessoa humana em circunstâncias mais diversas (fome, doenças, exclusão, ameaças, etc.).

Ameaçados de extinção em nossa própria casa (a Terra) pelas mudanças climáticas e, conseqüentemente, pelo aquecimento global, somos convidados por Jesus, presente no Evangelho de Marcos (1,15) — “Convertei-vos e crede no Evangelho” —, a mudar de conduta em favor da vida. Esse apelo se dirige não apenas a uma pessoa ou a um determinado grupo, mas sim a toda a humanidade,

porque, ao salvar o planeta Terra, estaremos assegurando a sobrevivência de todas as formas de vida criadas por Deus e que foram confiadas ao ser humano para serem cuidadas e preservadas.

CONCLUSÃO

*“Da Terra depende o bem estar da humanidade.”
(CARTA DA TERRA, 2004, p.43)*

Essa epígrafe remete-nos à relação de unidade que há entre a Terra e a humanidade. Partes diferentes do universo se articulam para a realização plena da vida. Neste sentido, ponderar sobre a plenitude da vida demandou nossa reflexão sobre o que, de fato, propôs Marcos ao anunciar o Reino de Deus no meio de nós.

Nessa perspectiva, verificou-se no Evangelho de Marcos, apresentado por nós, neste estudo, a inserção do homem nesta unidade, tão bem sintetizada na Carta da Terra (2004, p. 43). Por isso, esta relação Terra-humanidade, é necessária à preservação da existência da pessoa humana e os demais seres existentes. Esse entendimento nos foi abordado como o ponto de partida para o estabelecimento do projeto de Reino de Deus, pois revela todo o equilíbrio que deve ser buscado por nossa atual sociedade, se quisermos sobreviver neste planeta.

Diante disso, (re)pensar o homem e suas ações para a realização deste ideal de mundo igualitário é, também, refletir sobre a sua humanidade e a sua relação com a Terra. Daí analisarmos, nesta pesquisa, todo o processo de busca de salvação do homem no passado, que pôde em Jesus, vivenciar o Reino de Deus, mas que, para nele ingressar, teve antes de aceitar o desafio da mudança, com coragem, para levar adiante o projeto pessoal e coletivo de preservação da vida.

Tendo o Evangelho marcano como ponto de partida para compreender o Reino de Deus entre nós, verificamos que a salvação do homem engloba sua existência terrena, suas ações e sua relação com o meio e que tudo isso faz parte do universo da criação, cujo fim é a plena comunhão com o Amor do Pai.

O homem constitui, inequivocamente, com o universo uma simbiose que é fundamental para o equilíbrio do ecossistema. Ao observarmos que a vida está ameaçada, histórica e socialmente, nas suas ações, atribuímos essa conduta à irresponsabilidade causada pela ganância de um pequeno grupo de pessoas. Logo, compreender, aceitar e valorizar a relação entre a Terra e a humanidade implica também vivenciar aqui a existência deste Reino de Deus relatado pelo Evangelista.

Neste sentido, Marcos afirma que o Reino de Deus irrompe na pessoa de Jesus de Nazaré, encarnando-se entre nós. Nossa atenção volta-se ao contexto social, político e econômico da Palestina, em particular da Galileia, no século I d.C., realidade de onde emergem os escritos deste Evangelista e do qual os ensinamentos transcendem seu tempo e vêm ao nosso encontro demonstrando o caráter dinâmico do Reino de Deus.

De acordo com Marcos, Jesus, em sua atividade missionária, nos mostra que a opção pelo Reino de Deus implica libertação da opressão e ruptura com as estruturas que impõe a morte. Leva a um compromisso histórico em consolidar a justiça e a paz.

A observância deste convite ao Reino proporciona aos pobres e oprimidos, descritos no Evangelho de Marcos, a esperança necessária para a ruptura com paradigmas de escravidão daquele tempo, e pode, ainda hoje, possibilitar a libertação do homem, pois permite aos que acreditarem na realização do Reino de Deus, o reencontro de si com o outro e com a vida na Terra.

Este encontro do homem consigo mesmo e com o outro, seu irmão, chamamos humanidade, cujo sentimento de bondade e benevolência, em relação aos semelhantes, se converte também em humanização. Há de se ressaltar, contudo, que a humanização do homem descrito pelo Evangelista, está correlacionada à forma como estes homens (do passado e do presente) tratam a Terra e todos os seres que nela vivem para gerar, de fato, o Reino de Deus.

Consideramos que a Terra, enquanto parte do plano de Deus para a existência e salvação do homem, deverá ser cuidada e preservada em todos os seus aspectos, do ser humano aos animais e plantas, do ar, da água, do solo até as diferentes culturas e crenças, pois todos os seres são interdependentes e tudo está inter-relacionado.

Decorre disto que a proposta de salvação no Reino de Deus, relatada por Marcos, passa pela existência e coexistência da vida, pelo convívio e pela comunhão de todos, em sintonia perfeita com os princípios de preservação e respeito à biodiversidade encontrada, por exemplo, na Carta da Terra.

Assim, o compromisso com a natureza e com os ecossistemas deve ser uma das diretrizes da salvação da vida humana em favor do resgate da dignidade pessoal e social do homem. Essa responsabilidade universal, presente na Carta da

Terra, apresentada no Evangelho de Marcos, promove o anúncio do Reino de Deus e pede a conversão pessoal e social.

Concluimos, portanto, à luz da proposta do Reino de Deus em Marcos, e por toda a reflexão em torno da luta pelo meio ambiente, pelos problemas sociais, econômicos, políticos e espirituais, que só o funcionamento dos sistemas podem assegurar a vida na terra, e garantir a sobrevivência de nosso planeta.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, Xavier. Marcos ou a correção de uma ideologia triunfalista. Tradução do Centro de Estudos Bíblicos – CEBI. *Revista Latino-Americana de Teologia*, n. 8, 1988. Belo Horizonte.

ALMEIDA, João Ferreira de. *A Bíblia Sagrada*. Revista e atualizada no Brasil. 2.ed. São Paulo: Sociedade Bíblica Brasileira, 1993.

ÁLVAREZ, Beltrano Andrés. Ecologia. Tema da próxima encíclica de Francisco? *Vatican Insider*, 12 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/525599-o-tema-da-ecologia-sera-abordado-na-proxima-enciclica-de-francisco>>. Acesso em: Jun. 2014.

AMORA, Antônio Soares. *Minidicionário da língua portuguesa*. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

AREIA, Eduardo. A caixa preta do Permafrost. *Revista Planeta*, n. 474, mar.2012. Disponível em: <<http://revistaplaneta.terra.com.br/secao/reportagens/a-caixa-preta-do-permafrost>>. Acesso em: Jul. 2014.

ASLAN, Rezza. *Zelota: a vida e a época de Jesus de Nazaré*. Tradução de Marlene Suano. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

AZEVEDO, Walmor Oliveira. *Comunidade e missão no Evangelho de Marcos*. São Paulo: Loyola, 2002.

BALANCIN, Martins Euclides. *Como ler o evangelho de Marcos: Quem é Jesus?* 9.ed. São Paulo: Paulus, 2011.

BARBAGLIO, G.; FABRIS, R.; MAGGIONI, B. *Os Evangelhos*. V. I. Tradução de Jaldemir Vitorio e Giovanni di Biasio. São Paulo: Loyola, 1990.

BEOZZO, Oscar. O cristianismo na América Latina e Caribe. In: SOTER e AMERÍNDIA (Orgs.). *Caminhos da Igreja na América Latina e no Caribe: novos desafios*. São Paulo: Paulinas, 2006.

BERGMAM, D. O clima mudou! E nós? *Blog Plante uma vida, plante uma árvore*, 6 jan. 2010. Disponível em: <<http://darcibergmann.blogspot.com.br/2010/01/o-clima-mudou-e-nos-novas-reflexoes.html>>. Acesso em: Jul. 2014.

BERGÓGLIO, Jorge Mario. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium – A alegria do evangelho*. São Paulo: Paulinas, 2013. (Documento 198).

BETTO, Frei. *Fome de fé e espiritualidade no mundo atual*. São Paulo: Paralela, 2013.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 9.ed. São Paulo: Paulus, 2000.

BÍBLIA EDIÇÃO PASTORAL. 75.ed. São Paulo: Paulus, 2010.

BOB, Utey. *Interpretação Bíblica*. Marshall, Texas: Lições Bíblicas Internacional, 2003. V. 2. (Série Guia de estudos e Comentário Novo Testamento)

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. O resgate do contrato natural com a Terra. *Jornal do Brasil*, 8 jun. 2006a. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/leonardo-boff/noticias/2014/06/08/o-resgate-do-contrato-natural-com-a-terra>>. Acesso em: Jun. 2014.

_____. *A força da ternura*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006b.

_____. *Paixão de Cristo paixão do mundo: os fatos, as interpretações e o significado ontem e hoje*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *Sustentabilidade: O que é: o que não é*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BONAVIA, Pablo. Introdução. In: SOTER; AMERÍNDIA (Orgs.). *Caminhos da Igreja na América Latina e no Caribe: novos desafios*. São Paulo: Paulinas, 2006.

BRAVO, Carlos G. Conflito e seguimento. *Revista Christus*, n. 607-608, ago./set. 1987. México.

BRIGHENTI, Agenor. Congresso Latino-Americano de Teologia: uma análise da situação sociorreligiosa-eclesial atual. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, 2012.

BROWN, E. Raymond; FRITZMYER, A. Joseph; MURPHY, E. Roland. *Novo comentário bíblico São Jerônimo: Novos artigos sistemáticos*. Tradução de Celso Eronides Fernandes. São Paulo: Paulus, 2011.

CARDOSO, Fátima. *Efeito estufa: por que a terra morre de calor*. São Paulo: Terceiro Nome; Mostarda, 2006.

CHED, Myers. *O Evangelho de São Marcos*. Tradução de I.F.I. Ferreira; revisão H. Dalbosco. São Paulo: Paulinas, 1992.

CIPOLINE, Pedro Carlos. *Permaneça no meu amor*. Amparo: Gráfica Foca, 2012.

CROSSAN, J. Dominic. *O Jesus histórico: A vida de um camponês judeu contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

_____. *Jesus, uma biografia revolucionária*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

_____. *O nascimento do Cristianismo: o que aconteceu nos anos que se seguiram à execução de Jesus*. Tradução de Bárbara Theoto Lambert. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. *O essencial de Jesus*. Tradução de Pedro H. Berwick. São Paulo: Jardim dos Livros, 2008.

DIAS, Genebaldo Freire. *Mudanças climáticas e você: cenários, desafios, governança, oportunidade, cinismos e maluquices*. São Paulo; Gaia, 2012.

ECHEGARAY, H. *A prática de Jesus*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

FERREIRA, Joel Antônio. *Primeira Epístola aos Tessalonicenses*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

_____. *Paulo, Jesus e os marginalizados*. Goiânia: PUC, Goiás, 2011.

_____. *Jesus na origem do cristianismo: os vários grupos que iniciaram o cristianismo*. Goiânia: PUC Goiás, 2012.

FERRERO, Elizabeth M; HOLLAND, Joe. *Carta da Terra: reflexão pela ação*. Tradução de Roberto Canttani. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

FILHO, Rodrigues; ANDRÉ S. Souza Santos. *Um futuro incerto: mudanças climáticas e a vida no planeta*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

FRAZÃO, Lopes Cristina Andréia. *A Palestina no século I d.C.* Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~frazão/palestina.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2013.

GALVÍNCIO, Jociclêda Domiciano (Org.). *Mudanças climáticas e modelos ambientais: Caracterização e aplicações*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

GHINI et al. Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre as doenças de plantas. *Revisão anual de patologia de plantas*, v. 16, p. 1-37, 2008.

GOMES, Santos Suzana. Ecologia e responsabilidade humana. *Horizonte*, v. 2, n. 4, p. 137-144, 1º sem. 2004. Belo Horizonte: Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20060221184633.pdf> Acesso em: Jun. 2014.

GORGULHO, G.; ANDERSON, Ana F. *O Evangelho e a vida*. São Paulo: Paulinas, 1975.

GORGULHO, G.; HOEFELMANN. *Evangelho de Marcos*. Belo Horizonte: Ed. do Cebi, 1987.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *O Deus da vida*. Tradução de Gabriel C. Galache, Marcos J. Marcionilo. São Paulo: Loyola, 1992.

HASENACK, H. *Diagnóstico ambiental de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2008.

HORSLEY, Richard A.; HANSON, John S. *Bandidos profetas e messias: movimentos populares nos tempos de Jesus*. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. *Jesus e o Império: o Reino de Deus e a nova desordem mundial*. Tradução de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *Jesus e a espiral da violência: resistência judaica popular na Palestina romana*. Tradução de Monika Ottermann. São Paulo: Paulus, 2010. (Coleção Bíblia e Sociologia)

IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IRIARTE, Gregório. A globalização neoliberal: absolutização do mercado que a tudo coloniza. SOTER; AMERINDIA (Orgs.). *Caminhos da Igreja na América Latina e no Caribe: novos desafios*. São Paulo: Paulinas, 2006.

JEREMIAS, J. *Teologia del NT, I*. Predicazione d' Gesù, Brescia, v. III, p. 1046-1047, 1967.

JOSEFO, Flávio. *História dos hebreus*. Tradução de Vicente Pedroso. 8.ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2004.

JUNIOR, Eduardo G. Comentário de Marcos 1:15. *Blog Biblioteca Bíblica*. 12 mai. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecabiblica.blogspot.com.br/2009/05/comentario-de-marcos-115.html>>. Acesso em: Jul 2014.

KOESTER, Helmut. *Introdução ao novo testamento: história, cultura e religião do período helenístico*. Tradução de Euclides Luiz Calloni. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2012. V. 1.

KRAUTLER, Erwin. *Eucaristia celebrada por ocasião do quarto aniversário de morte da Ir. Dorothy*. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/outros/dom-erwin-kraeutler/2580-homilia-de-dom-erwin-kraeutler-na-eucaristia-celebrada-por-ocasião-do-quarto-aniversario-de-morte-de-ir-dorothy?tmpl=component&print=1&layout=default&page>> Acesso em: Jun. 2014.

KATZ, Joseph E. *História e significado da Palestina e palestinos*. Disponível em: <<http://www.webradiorc.net/index.php/pagina.php?id=19>>. Acesso em: Jul. 2014.

KURY, Mário da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LACOSTE, Jean Ives. *Evangelhos: Marcos*. Dicionário crítico de teologia. São Paulo: Paulinas; Edições Loyola, 2004.

LADD, Eldon George. *O Evangelho do reino de Deus: Estudos bíblicos sobre o Reino de Deus*. São Paulo: Vida Nova, 2008.

LESBAUPIN, Ivo. *A bem-aventurança da perseguição: A vida dos cristãos no Império romano*. Petrópolis: Vozes, 1975.

LESSA, Ana Carolina da Rocha et al. *Impactos da ação do homem sobre a natureza*. Fundação CECIERJ. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/aclessa/produto-final-verso-final>>. Acesso em: Jun. 2014.

LIBÂNIO, João Batista. *Ecologia: vida ou morte?* São Paulo: Paulus, 2010.

LIMA, Oliveira Anderson. Roma e os camponeses da Galiléia: os motivos que proporcionaram o nascimento do movimento de Jesus de Nazaré. *Ciberteologia, Revista de Teologia & Cultura*, n. 32, p. 1-13, nov./dez. 2010. Disponível em:

<<http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/index.php/category/edicao32>>. Acesso em: 1º out. 2013.

MORALDI, Luigi. *Evangelhos sinóticos*. São Paulo: Paulinas, 2001.

MALINA, Bruce J. *Evangelho social de Jesus: O Reino de Deus em perspectiva mediterrânea*. Tradução de Luís Alexandre Solano Rossi. São Paulo: Paulus, 2004.

MALONEY, Elliott C. *Mensagem urgente de Jesus para hoje*. O Reino de Deus no Evangelho de Marcos. Tradução Barbosa Theoto Lambert. São Paulo: Paulinas, 2008.

MANZANARES, César Vidal. *Dicionário de Jesus e dos Evangelhos*. Tradução de Fátima Barbosa de Mello Simon. Aparecida: Santuário, 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. Os fins justificam os meios. Site Redes da Editora Moderna. 2012. Disponível em: <<http://redes.moderna.com.br/2012/05/03/nicolau-maquiavel-%E2%80%9Cos-fins-justificam-os-meios%E2%80%9D>>. Acesso em: Jun. 2014.

MARAFON, et al. *O desencanto da terra: produção de alimentos, ambiente e sociedade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

MARQUES, Maria Antônia. *Beleza, sedução e morte: uma análise exegética de Judite 16,1-12*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

_____. *No caminho de Jesus: entendendo o Evangelho de Marcos*. São Paulo: Paulus, 2012.

_____. No caminho de Jesus: uma leitura do evangelho de Marcos. *Vida Pastoral, Revista Bimestral para Sacerdotes e Agentes de Pastoral*, n. 286, p. 3-8, set./out. 2012.

MATEOS, Juan; CAMACHO Fernando. *Jesus e a sociedade do seu tempo*. São Paulo: Paulus, 1992.

McFAGUE, Sallie. *Um novo clima para teologia: Deus o mundo e o aquecimento global*. Tradução de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2011.

MESTERS, Carlos; LOPES, Mercedes. *Caminhando com Jesus: círculos bíblicos do Evangelho de Marcos*. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2003.

MÍGUEZ, Nestor O. Contexto Sócio Cultural de Palestina. *Ribla*, n. 22, p. 21-31, 1995.

MINC, Carlos. *Como fazer movimento ecológico*. Petrópolis: Vozes/lbase, 1985.

MORALES, Evo. *É preciso salvar o planeta do capitalismo*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/18744-%60e-preciso-salvar-o-planeta-do-capitalismo%60-afirma-evo-morales>> Acesso em: 25 maio 2014.

MOREIRA, Silva Alberto (Org.). *A Religião entre o Espetáculo e a Intimidade*. Goiânia: Ed. da PUC, 2014.

MORGADO, Célia. O Apocalipse de Marcos. *Fragmentos de cultura*, v. 21, n. 10/12, p. 567-579, out./dez. 2011. Goiânia.

MORIN, Émile. *Jesus e as estruturas de seu tempo*. Tradução de Vicente Ferreira de Souza; revisão H. Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1988.

MOSCONI, Luís. *O Evangelho segundo Marcos*. 10. ed. São Leopoldo: CEBI, 1989.

_____. *Evangelho de Jesus Cristo segundo Marcos: para cristãos e cristãos do novo milênio*. 13.ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. *Para uma leitura fiel da Bíblia*. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. *Para além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NODARI, César Paulo; CESCION, Everaldo. *Aprendendo com o Evangelho de Marcos*. São Paulo: Paulus, 2009.

ODORÍSSIO, Mauro. *Evangelho de Marcos*. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 2000.

PAGOLA, José Antônio. *Jesus: Aproximação histórica*. Tradução de Gentil Avelino Titon. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PESCH, Rudolf. *Evangelo di Marco*. Paideia Editrice: Brescia, 1980.

RADEMAKERS, Jean. *Letura pastorale del Evangelo di Marco*. EDB: Edizioni Dehoniani Bologna, 1975.

RATZINGER, Joseph. *Jesus de Nazaré. O Evangelho do Reino*. Tradução de José Jacinto Ferreira de Farias. 8.ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

REIMER, Ivoni Richter. Patriarcado e economia política: um jeito romano de organizar a casa. In: _____. (Org.). *Economia no mundo bíblico: enfoques sociais, históricos e teológicos*. São Leopoldo: CEBI/Sinodal, 2006. p. 72-97.

_____. *Compaixão, cruz e esperança*. São Paulo: Paulinas, 2012.

_____. *Trabalhos acadêmicos: modelos, normas e conteúdos*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

REIMER, Ivoni Richter; REIMER, Haroldo. Cuidado com as pessoas empobrecidas na tradição bíblica. *Estudos de Religião*, v. 25, n. 40, p. 181-197, jan./jun. 2011.

ROBERTS, Craig Paul. *O capitalismo global está destruindo a raça humana*. Site Carta Maior, 14 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Economia/O-capitalismo-global-esta-destruindo-a-raca-humana/7/30477>>. Acesso em: Jun. 2014.

ROCHA, Ivan E. Dominadores e dominados na palestina do século I. *História*, v. 23, n. 1-2, p. 239-258, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v23n1-2/a12v2312.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

McFAGUE, Sallie,. *Um novo clima para teologia: Deus o mundo e o aquecimento global*. Tradução de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2011.

SAMANES, Cassiano Floristan; ACOSTA Juan José Tamoio. *Dicionário de conceitos fundamentais do Cristianismo*. Tradução de Isabel Fontes Leal Ferreira e Ivone de Jesus Barreto. São Paulo: Paulus, 1999.

_____. *O Reino de Deus no Novo Testamento*. Dicionário de conceitos fundamentais do cristianismo. São Paulo: Paulus, 2003.

SANDRI, Luigi. Uma encíclica de Francisco sobre a ecologia. *Jornal Trentino*, 07 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/530056-uma-enciclica-de-francisco-sobre-a-ecologia>>. Acesso em: Jun. 2014.

SANTOS, Ivanaldo. *Vida e dignidade humana: entrevista*. [26 de julho, 2012]. Brasília: Zenit. Entrevista concedida a Ivanaldo Santos. Disponível em: <<http://www.zenit.org/pt/articles/vida-e-dignidade-humana-parte-i>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

SANTOS, José Alves. *O Reino de Deus causa única da vida de Jesus Cristo*. Goiânia: Kelps, 1998.

SAULINIER, Christiane; ROLLANDER, Bernard. *A Palestina no tempo de Jesus*. Tradução de José Joaquim Sobral. 9.ed. São Paulo: Paulus, 2012. (Cadernos Bíblicos; 27).

SCHIAVO Luiz; SILVA, Valmor. *Jesus milagreiro e exorcista*. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Sebastião A. G.; CORREIA JR., João Luiz; OLIVA, José Raimundo. *Evangelho de Marcos*. São Paulo: Santuário, 2013.

SUNG, Jung Mo. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

THEISEN, Gerd; MERZ, Annete. *O Jesus histórico: um manual*. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. *O Jesus histórico: um manual*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

TUNDRA. Sua pesquisa. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/o_que_e/tundra.htm>. Acesso em: Jul. 2014.

VIEIRA, Tarcísio Pedro. *O nosso Deus é um Deus ecológico: por uma compreensão ético-teológica da ecologia*. São Paulo: Paulinas, 1999.

VISSER, Wayne. *Os 50 + importantes livros em sustentabilidade*. Tradução de Francisca Aguiar. São Paulo: Peirópolis, 2012.

WALDEMAR, Kohai Manfred; BARRO, Antônio Carlos (Org.). *Educação teológica transformadora*. Tradução de Maria Priscila Barros. 2. ed. Londrina: Descoberta, 2006.

WENGST, Klaus. *Pax romana: pretensão e realidade: experiências e percepções da paz em Jesus e no cristianismo primitivo*. Tradução de António M. da Torre. São Paulo: Paulinas, 1991.